

ERIVAN CASSIANO KARVAT

**DISCURSOS E PRÁTICAS DE CONTROLE:  
FALAS E OLHARES SOBRE A MENDICIDADE  
E A VADIAGEM  
(CURITIBA: 1890-1933)**

Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Mestre.  
Curso de Pós-Graduação em História,  
Setor de Ciências Humanas, Letras e  
Artes. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

CURITIBA  
1996

**MENDIGOS** - É preciso suprir os mendigos: porque nos irritamos quando lhes damos esmolas e nos irritamos quando lha não damos.  
NIETZSCHE, Aurora, 1881.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma dissertação de mestrado nada mais é, além de uma etapa na vida acadêmica, o remate de um longo processo de formação e amadurecimento intelectual iniciado no curso de graduação.

Desse maneira, sou grato aos professores deste Departamento de História que acompanham e acompanharam, direta ou indiretamente, minha trajetória, desde o meu ingresso nessa Universidade, em 1987.

Por outro lado, a realização deste trabalho, dado o árduo e moroso percurso de sua gestação, me levou a travar contato, de uma maneira ou de outra, com várias pessoas que deveriam ser aqui nominalmente lembradas. Contudo, dada a iminência do esquecimento, me atenho àquelas pessoas que de forma alguma posso deixar de lembrar. Às demais não sou menos agradecido.

Inicialmente agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudo e às direções e funcionários dos arquivos onde pesquisei:

Arquivo Público do Paraná;

Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná;

Biblioteca do Círculo de Estudos Bandeirantes;

Arquivo do Instituto de Identificação do Paraná.

Além, é claro, ao pessoal da Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR e da própria Biblioteca Pública do Paraná.

Na fase de redação da versão prévia deste trabalho - 2º semestre de 1995 - contei com o apoio da professora Eloisa Maria Fagotti. Na época, coordenadora dos Cursos de Adicionais do Instituto de Educação do Paraná, me possibilitou algumas *ausências* nos meus compromissos docentes em relação ao Curso.

Rubens Tavares e Elisiani Tiepolo, amigos inestimáveis, cederam, mais que paciência e hospitalidade, o seu microcomputador para a redação deste trabalho. Além do sótão.

Agradeço a minha colega de mestrado Ana Maria Ganz pelas discussões e pela indicação precisa de fontes de jornais. Indicações que serviram como um dos maiores incentivos para a realização desta dissertação.

Com o professor Euclides Marchi encontrei - aluno desorientado - apoio e companheirismo, além de toda a orientação necessária. Além do seu profissionalismo, pude contar com sua paciência e compreensão e, é claro, confiança de que este trabalho se realizaria. Apesar dos prazos, que se esvão.

Por fim, coube a minha companheira Tânia Luiza Bonassa compartilhar das *barras* que surgem ao longo da realização de um trabalho como este. E mais, *segurou todas elas*. Além de se responsabilizar pela digitação do trabalho, conviveu com as crises e temores que persistem quando se está *em fase de elaboração de dissertação*. Para ela dedico este trabalho e seus possíveis méritos.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
NOTAS.....	11
<b>1 VADIOS E MENDIGOS : DENTRO E FORA DAS LEIS.....</b>	<b>13</b>
1.1 “INDIVÍDUOS CONTRAVENTORES”.....	13
1.2 “MENDIGOS” :DESTITUÍDOS DO VOTO, SUJEITOS À MULTA.....	20
1.3 MUNDOS DO TRABALHO E “NÃO-TRABALHADORES”.....	27
NOTAS.....	36
<b>2 QUESTÃO DE CURA ? .....</b>	<b>41</b>
2.1 MENDIGOS E VADIOS NAS FALAS DE CRIMINOLOGISTAS E MÉDICOS.....	41
2.2 CLASSIFICANDO VADIOS E MENDIGOS : A VADIAGEM E A MENDICÂNCIA COMO UM OBJETO DE ESTUDO.....	57
2.3 UMA QUESTÃO DE <i>IDENTIDADE</i> : IDENTIFICAÇÃO; MENDIGOS LICENCIADOS E MALANDROS PROFISSIONAIS.....	75
NOTAS.....	91
<b>3 OS ROTOS NA FALA : VADIOS E MENDIGOS NOS RELATÓRIOS DE POLÍCIA.....</b>	<b>98</b>
3.1 A ORDEM E OS OUTROS.....	98
3.2 VADIOS, MENDIGOS E CHEFES DE POLÍCIA.....	120
3.3 <i>ARES PROVINCIAÑOS E TYPOS POPULARES</i> .....	135
NOTAS.....	145
CONCLUSÃO.....	150
FONTES.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158

## INTRODUÇÃO

### O TRABALHO

Quem não trabalha não deve comer, dizia S. Paulo.

É no trabalho, - a lucta mais gloriosa, mais edificante da vida, que a creatura humana dilue grande parte de suas imperfeições, tornando-se util a si, a patria e á humanidade.

O seguinte excerpto de Pedro Souza Pinto, interpretará brilhantemente o sentimento que ora nos domina, rendendo religioso preito ao que no mundo ha de mais veneravel e sublime, - o trabalho:

*O trabalho é para a Humanidade o symbolo augusto da conquista e do dever. Trabalhar é banhar o corpo na uncção santissima da força, que corrobora o Espirito e dá alento e consolação á Alma; é ter erguido no coração o altar onde seja entoado o cantico supremo do amor e da victória.*

*Hosannas excelsas!*

*Hymnos alviçareiros sejam entoados em glorificações aos atletas do trabalho, que têm o dorso abraçado pela luz alourecida do sol e as mãos doridas de pegar o arado que rasga as entranhas das terras productoras!*

*Bemaventurados sejam para todo o sempre os apóstolos das grandes descobertas e os paladinos das grandes empresas!*

*Infelizes! Para todo o sempre sejam infelizes os ociosos,- homens rudes que não comungam na mesa da via-dolorosa da existencia, o pão eucharistico do trabalho!* [sem grifo no original]

Se o argentario, aponta para os cofres dourados, exclama - eu sou a força porque represento o capital; o operario arrogante, cheio de musculo e de vida exclama, diz altaneiro - também sou a força que colhe o linho e põe em movimento as tuas machinas.

E com effeito, sem o trabalho o capital nada adeanta, bem como ambos são frageis sem a terra, - o elemento mais importante da producção da riqueza.

**Bemdito o verbo que proclamou o trabalho.**

**A cabeça que não pensa, o braço que não se applica atraçoam ao Deus que os investiu de um mandato e á Humanidade que lhes determinou um posto de honra no prelio edificante da vida.**

**Hosannas ao trabalho! (1)** [sem grifo no original]

No bojo da constituição das sociedades modernas, o *trabalho* é concebido e representado como a atividade que estrutura estas mesmas sociedades, seu princípio instituinte: o próprio *princípio constitutivo da existência social*.(2)

A participação nessas sociedades se dá, justamente, através da participação na atividade produtiva do trabalho. A todos cabe o *dever do trabalho*:

O trabalho é um dever social. Os que vivem sem trabalhar são parasitas morbidos, que usurpam aos outros homens uma parte do seu labor commum. A mais justa formula da moral social ordena imperativamente: "quem não trabalha não come". Quem nada leva para a colmeia, não tem o direito de provar o mel.(...)

A sociedade é o único juiz do trabalho individual; ella o impõe como um dever, ella o submete á sua sanção. Aquelle que tesse uma casa, escreve um livro, tornea um eixo, semeia uma semente, fiscalisa uma engrenagem, cura um enfermo, educa uma creança, modela uma estatua, realiza uma função benefica para a sociedade. Cumpre o dever de produzir e adquire o direito de consumir, dando o que podem dar o seu braço e seu engenho, merece o que necessita para o seu bem estar physico e moral.(3)

A existência de indivíduos que, voluntária ou involuntariamente, se negam ao trabalho, atenta contra a *positividade do trabalho*, ou seja, o trabalho como fonte de toda atividade criadora e da riqueza. Aparecem assim como *parasitas mórbidos*, ou seja, como elementos exteriores a própria sociedade, “elementos estranhos aos pactos constitutivo do social e da sua história” (4). Tais elementos foram, durante todo o processo de formação das *sociedades do trabalho*, alvo e objeto de diversas práticas disciplinares que - se num primeiro momento visavam excluí-los do convívio social (5) - tiveram, por outro lado, seu grande mote na própria sociabilização pelo trabalho: o homem pobre tornado civilizado e portanto, morigerado e moralizado. Assim, numa sociedade (*o mundo comum entre os homens*) que acredita ser resultado da atividade do trabalho, o trabalho tende a tornar-se a própria atividade - e possibilidade - da *redenção* humana. A própria redenção:

O trabalho é fonte de mérito e base de toda dignidade humana. O porvir será dos que trabalham. Todo ocioso é um escravo, parasita de algum hospede. Só o trabalho dá a liberdade. Cada trabalhador é uma força social; aquele que não trabalha é inimigo da sociedade. Nobilitando o trabalho, emancipando-o de todo jugo, transformando-o de supplicio em deleite, de vergonha em honra, será possível os cidadãos servirem o seu país com satisfação. (6)

Trabalho: fonte de riqueza e criação; força moral e base de toda dignidade; possibilidade de prazer e satisfação; reino da própria liberdade. Participar do mundo do trabalho, estar nele inserido, garante a própria cidadania: a garantia de fazer parte, portar direitos e ter poderes de decisão sobre *o mundo comum dos homens*, isto é, o mundo do próprio trabalho.

Diante de tanta positividade acerca da noção de trabalho, visto como aquele que possibilita *remir-se*, a permanência no *não-trabalho* é a própria *condenação*. Assim, mendigos e vadios representam o *inverso/avesso da ordem* daquilo que se busca implantar, ou seja, uma sociedade regida por valores oriundos da *ordem do trabalho*.

Nosso objetivo nesta dissertação, menos que esgotar todos *discursos e práticas de controle* sobre mendigos e vadios, condignos representantes do *não-trabalho*, procura perceber a construção das *falas policiais*, através dos Relatórios dos Chefes de Polícia (7). Relatórios estes que representam o grande mecanismo de controle sobre uma sociedade que se constrói; e mais precisamente, no caso brasileiro, de um controle sobre o mercado de trabalho livre que se funda nos fins do século XIX.

Buscamos a articulação destas falas com outras estratégias de controle, outras falas, mais especificamente, a medicina e a criminologia.

Ouvir essas falas é buscar entender a construção de uma sociedade do trabalho e de uma sociedade que se urbaniza. Dentro de suas especificidades - de caráter demográfico e econômico, principalmente - Curitiba convive com os mesmos problemas que outras cidades brasileiras encontram nesse momento, isto é, problemas relacionados com a redefinição da ordem social, imposta pela transição para o regime republicano e tudo o que isto implica: um sistema político (e democrático!) ancorado numa economia organizada no trabalho livre e assalariado.

Se no caso curitibano (e paranaense), ainda que não se possa falar em economia escravista, podemos falar em sociedade escravocrata. Insurge daí, ou mais precisamente, do fim deste sistema escravagista, e na conseqüente formação de um mercado de trabalho livre, constituído basicamente de imigrantes, toda uma preocupação com a construção de uma sociedade *civilizada* e portanto, de uma *sociedade do trabalho*.

Curitiba possui ainda outro ponto interessante: os casos específicos de registros e prisões de vadios e mendigos são bem menores que o “alarde” do discurso policial faz crer. Tal constatação nos revela o caráter ideológico das prisões (8). E ainda, a preocupação das autoridades para com a *grande causa da criminalidade*, isto é, a vadiagem e a mendicância -



argumento este amparado nas teorias criminológicas da época. Ainda que aqui, Curitiba dos fins do século XIX aos primeiros anos da década de 1930, o número de vadios ou mendigos fosse menor do que, por exemplo, São Paulo (9) ou Rio de Janeiro, eles existem e incomodam. Existem e podem vir a incomodar e se não existem... podem vir a existir. Por isso a preocupação policial.

Em resumo, ocupamo-nos em entender a elaboração do conceito de vadio e de mendigo como *delinquentes/contraventores* ou *criminosos em potencial*, através dos Relatórios Policiais (e da imprensa, em menor grau). Como é que essas *pobres figuras* significam uma afronta à ordem e dessa forma, à lei suprema do trabalho; como que, a partir da vigilância e do controle - ou somente do discurso - o mecanismo policial recai sobre toda uma camada da população: todas as outras *pobres figuras*, ainda que trabalhadoras. Como que, a partir daí, elabora-se toda uma noção de ordem e civilidade.

Nosso recorte temporal, 1890-1933, justifica-se dadas as seguintes razões: primeiro, 1890 traz várias transformações de ordem legal (jurídica) como, por exemplo: a elaboração de um novo Código Penal (1890) e de uma nova Constituição, a de 1891, a primeira do regime republicano. Os anos 30 marcam, do ponto de vista de uma historiografia política tradicional, a transição para um “novo Brasil”. Contudo, tal questão pouco nos interessa (talvez, apenas pelo seu caráter ideológico). Outros aspectos são mais relevantes: em 1934 temos a promulgação de uma nova Constituição e, com ela, a elaboração (ainda que implícita) de um novo conceito de vadiagem. Por outro lado, cessa nesse momento nossa principal fonte de pesquisa, os Relatórios dos Chefes de Polícia (mais precisamente em 1933, ou melhor, dentre os arquivos consultados este é o último ano encontrado) (10).

Outro ponto, bastante importante, dentro desta periodização é que a partir dos anos 30, a imprensa começa a elaborar os “typos populares das ruas curitybanas”. Onde,

aparentemente, a vadiagem passa a ser tratada de forma romântica quando não exótica. Contudo, tal “tratamento” não impede que “figuras célebres das nossas ruas”, como Maria Ballão, por exemplo, seja, por várias vezes, condenada a prisão.

A elaboração de tal imagem, que se dá justamente no momento de um intenso crescimento urbano - e de reformas - busca conservar, acreditamos, um certo “ar provinciano” que vai lentamente se perdendo e que os jornais denunciavam. Tais figuras que perambulam a anos pelas ruas, assegurariam, assim, uma certa *identidade* para a própria cidade.

Nosso trabalho apresenta-se dividido em três capítulos:

O capítulo I mostra, num primeiro momento, a construção da noção de *indivíduo contraventor*, assim designado em oposição ao *senhor cidadão* - noção esta, cara ao ideário republicano - e ainda, a tentativa de controle social sobre as camadas pobres no ocaso do Império; num segundo momento, a configuração deste indivíduo na propaganda republicana (a partir de Alberto Sales); na primeira Constituição da República (1891) e no Código Penal (1890) e a reavaliação, possível, do conceito de vadiagem, com a Constituição de 1934.

O primeiro capítulo, ainda, localiza a necessidade da construção de um discurso positivo sobre o trabalho, no Brasil do fim do Império: como essa nova noção de trabalho busca engendrar, ideologicamente, a construção de um mercado de trabalho livre. Enfim, intentamos neste momento, entender a construção de uma *sociedade do trabalho* no Brasil e os vários elementos daí decorrentes: a elaboração de um corpo policial, não só repressivo mas, principalmente, vigilante; a construção de saberes específicos que buscavam a construção do *cidadão ideal*: o trabalhador operoso, moralizado, ordeiro.

O capítulo II trata da presença do vadio e do mendigo, no discurso da criminologia. Entendendo o vadio e o mendigo como um dos principais fatores da criminalidade, criminologistas buscavam estudá-los para melhor prevenir a disseminação de tal mal. Não

podemos esquecer que a criminologia, alimentando-se da medicina, vai lançar seus olhares por toda a sociedade na tentativa de dissecar os criminosos, em defesa da própria sociedade. Os Relatórios Policiais pesquisados deixam entrever várias leituras, dos Chefes de Polícia, sobre as idéias da criminologia, ou melhor, são essas falas que sustentam as falas policiais nas suas preocupações sobre a natureza do crime/criminoso, sua prevenção e punições. Questão fundamental, pois a criminologia investe na vigilância ostensiva sobre o homem pobre propondo, por exemplo, a identificação individual para o trabalhador e inclusive, para o mendigo verdadeiro (!), ou seja, carteiras de identificação para aquelas pessoas que efetivamente não pudessem, por razões de deficiência física principalmente, trabalhar. Enfim, estratégias de controle social.

O terceiro capítulo *ouve as falas* dos Chefes de Polícia e as explicações oriundas, muitas vezes, da criminologia acerca do *não-trabalho*; as formas de prevenção e repressão. E ainda, o próprio conceito de *ordem* que daí se expressa. A partir de dados estatísticos contidos nos Relatórios visamos entender como se constitui a *contravenção* da vadiagem e da mendicância. Enfim, como vadios e mendigos eram percebidos pela “mais importante estratégia de controle, a polícia” (11). Como os indivíduos que simbolizam (e aí os jornais periódicos têm grande responsabilidade) a própria *desordem*, dada sua negação ao trabalho, são concebidos pelos *agentes de ordem*. Mais duas questões são importantes neste capítulo: o próprio desenvolvimento do complexo policial, enquanto estratégia de controle social (não só repressivo) e ainda, a busca de uma solução institucional para o problema da mendicância.

Por fim, encerramos o capítulo - e a própria dissertação - perseguindo, a partir de jornais diários (Diário da Tarde e Gazeta do Povo), a elaboração e em parte a trajetória dos tipos populares de rua que, insistentemente, aparecem na imprensa a partir dos anos 30. Partindo de três *figuras* - Maria Ballão, Preta Luiza e Maria Pelanca - buscamos perceber o

controle social oriundo da opinião pública. E ainda, a constituição de um *modo de viver urbano*: uma sociedade trabalhadora, ordeira e moralizada - disciplinada. Uma cidade onde até os “typos de rua” são mais “interessantíssimos” (12).

Os discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem, correspondem a uma das preocupações das elites capitalistas emergentes com as chamadas *patologias sociais* que se desenvolvem nas sociedades modernas.

Tal preocupação, característica do cientificismo do século XIX, é voltada fundamentalmente para o *comportamento* das camadas populares pobres.

Considerados indisciplinados, preguiçosos e imorais, numa sociedade que passa a sacralizar a ordem, os homens pobres serão alvo do olhar de médicos, juristas, pedagogos e sociólogos arvorados em *sanar* ou, pelo menos, indicar tratamentos para o problema e assim, colocar a *nação no caminho do progresso* (13).

Tal processo de *ordenação social*, atrelado a uma construção de uma nova ideologia do trabalho (14), merece por parte das Ciências Sociais um lugar de destaque: seus fundadores, no século XIX, tinham entre os seus principais objetivos o conhecimento acerca das *patologias sociais*, patologias estas pensadas e representadas principalmente, a partir do estudo do *crime* (15).

Encarando as *patologias sociais*, e especialmente o crime, como um sinal de *desvio do comportamento*, responsáveis pela *desordem no corpo/organismo social* buscavam estes cientistas o controle e eliminação dos *comportamentos desviantes*.

Dessa maneira, é o *desvio* identificado como algo essencialmente patológico e que revela, portanto, a presença de uma *doença* implicando assim, numa analogia - nada casual - com a medicina. Por seu turno, os *desviantes* - “transmissores da doença” - são identificados/

classificados como *mórbidos parasitas* incorrendo num processo de *desclassificação social* e, por vezes, de *exclusão*. (16)

Conjuntamente com a medicina e a sociologia outros discursos e práticas de disciplinarização são gestados ou se produzem, sendo responsáveis pela criação e difusão de um *padrão de normalidade*: a psiquiatria, a criminologia, os aparelhos judiciário e policial. Assim, loucos, prostitutas, ébrios, jogadores, gatunos, menores, vadios e mendigos entre outros *desviantes*, responsáveis pela linha de frente dos comportamentos e *práticas anti-sociais*, transformam-se em *objetos de saber* e inevitavelmente, alvo de práticas de controle social associados a espaços próprios de reclusão e tratamento, ou seja, objetos das chamadas *instituições disciplinares* (17).

Mesmo que as Ciências Sociais tragam no seu nascedouro a preocupação com os comportamentos desviantes, tal preocupação implica na elaboração do que chamamos acima, *padrões de normalidade*, padrões estes que, por sua vez, implicam - não menos - num certo maniqueísmo sociológico (normal x anormal; ordem x desordem; indivíduo x cultura).

Maniqueísmo, ou melhor, determinismo também presente nas explicações que justificam o comportamento desviante como resultante da ação do meio social sobre o comportamento individual. Ainda que desloquem a explicação do *desvio* da esfera do patológico individual - *psicologismo* - para uma patologia social, onde o comportamento desviante resultaria de uma anomia social, tais estudos padecem de um *sociologismo*, ou *sociodeterminismo*. Para tais estudos, a sociedade é concebida como um *todo harmônico*, funcionando a partir de princípios de harmonia e equilíbrio, sendo que o *desvio* é uma *disfunção* no funcionamento desta totalidade (18).

Nas últimas décadas contudo, diversos estudos socioantropológicos buscam contextualizar o *comportamento desviante* divergindo das explicações de caráter *psico* ou *sociologizantes*.

As análises a partir da perspectiva interacionista (interacionismo simbólico) discutem o desvio como *problema político*, ou seja, *o desvio é criado pela sociedade*, conforme avalia

Howard BECKER:

Não quero dizer com isto o que se compreende normalmente, ou seja, que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou nos “fatores sociais” que induzem a sua ação. Quero dizer, mais do que isso, que *os grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio* e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um “transgressor”. O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal. (...)

O desvio é, entre outras coisas, uma consequência das respostas de outros ao ato de uma pessoa. (...)

O desvio não é uma qualidade que exista no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que respondem a ela. (19)

Desta perspectiva, *não existem desviantes em si mesmos* mas, a partir de um ato de classificação ou categorização, consequência do próprio *jogo social*. O *comportamento desviante* não é um dado em si mesmo mas é elaborado num *jogo de acusados e acusadores*, onde atores sociais acusam outros atores de transgredir limites dentro de um determinado contexto sócio-cultural (20).

Partindo de um conceito de *cultura* menos rígido, segundo a expressão de Gilberto VELHO, o interacionismo simbólico nos permite ver a *sociedade* como possuidora de um caráter *multifacetado, contraditório, dinâmico e político*, contrariando das explicações psicologizantes ou pseudoculturalistas e da sua noção e crença numa *estrutura social não problematizada* que conseqüentemente, implica em comportamentos desviantes decorrentes de patologias sociais/ individuais.

Assim, perseguimos aqui, a *construção de um contexto sociocultural*, que com a sua formulação de regras e condutas implicam na elaboração, dentro de um *jogo de acusadores e*

*acusados*, de um *padrão de normalidade*, isto é, a ordem (instaurada sobre o trabalho) como normalidade: ordem esta que num jogo com a desordem (*anormalidades e imoralidades*), constrói, idealiza e consagra sua imagem e identidade.

## NOTAS

- (1) **A Escola** (Revista do Gremio dos Professores Públicos do Estado do Paraná ) Curitiba, Anno I; n.5, jun. 1906. p.1.
- (2) BRESCIANI, M.S.M. Lógica e dissonância; sociedade do trabalho; lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 11, p.12-13, set. 1985/ fev.1986.
- (3) INGENIEROS, José. **As forças moraes**; (obra postuma). Montevideo: [s.n.], 1928. p.38-39. José Ingenieros foi fundador e diretor dos "Archivos de Psiquiatria, Criminologia y Ciencias Afines", de Buenos Aires. Editada no início do século XX, esta revista foi considerada a principal publicação científica, no ramo, do continente. Professor da Universidade de Buenos Aires, INGENIEROS foi um dos grandes nomes da Escola Positiva de Direito Penal na América. Sobre INGENIEROS, ver CUNHA, M.C.P. **O espelho do mundo; Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.47.  
CARRARA, L. Os mistérios de Clarice: etnografia de um crime na avenida. In. BRETAS, M.L. (org.). **Seminário Crime e Castigo**, vol.2. Rio de Janeiro:Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p.51.
- (4) BRESCIANI, M.S.M. **Londres e Paris no século XIX; o espetáculo da pobreza**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.80.
- (5) FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade clássica**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1989. Especialmente capítulos 2 "A Grande Internação" e capítulo 3: "O mundo Correccional".
- (6) INGENIEROS, J. Op. cit. p.129.
- (7) Foram consultados os Relatórios dos seguintes anos: 1894 - 1898; 1900; 1904; 1906 - 1912; 1916 - 1918; 1920 - 1928; 1933.
- (8) BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. p.96. Tese(Doutoramento) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- (9) FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.30-50.
- (10) Foram pesquisados, principalmente, os seguintes arquivos: Setor de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná; Arquivo Público do Paraná; Círculo de Estudos Bandeirantes.
- (11) CUNHA, M.C.P. op. cit. p.39.
- (12) GAZETA DO POVO, Curitiba, 13/06/1930. p.1.
- (13) BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.32, 2º semestre 1991, p. 53.



(14) Com relação à construção de uma nova ideologia do trabalho no Brasil, consultar: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim** : o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo : Brasiliense, 1986. p. 27-30.

(15) BRETAS, M.L. Op. cit. p.49.

(16) Sobre a constituição da medicina enquanto prática de controle social, consultar: FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1987. p.23-40.

(17) A partir da década de 80 a historiografia social brasileira passou a se interessar pela *construção da sociedade da ordem* e pelo tratamento dado, a partir desta sociedade, aos ditos *comportamentos desviantes*. Diversos trabalhos têm como objeto a produção de saberes e sua articulação com os problemas sociais urbanos e ainda, a elaboração e complexidade das estratégias de controle e disciplinarização. Dentre estes trabalhos produzidos, além dos já citados: **O espetáculo visto do alto** : vigilância e punição em Curitiba (1890 - 1920), de Maria Ignês Mancini de Boni; **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880 - 1924), de Boris Fausto; **O espelho do mundo**; Juquery, a história de um asilo, de Maria Clementina Pereira da Cunha e ainda, **Trabalho, lar e botequim**, de Sidney Chalhoub, é necessário apontar: ENGEL, Magal. **Meretrizes e doutores** : saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 - 1890). São Paulo : Brasiliense, 1989; ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas** : os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989. Cabe ressaltar que esta dissertação, que ora apresentamos, é tributária, em maior ou menor grau, nos trabalhos acima citados.

Em termos teórico-metodológicos, quanto às questões de *vigilância e controle social* e quanto às noções de *ordem e disciplinarização*, nosso trabalho se fundamenta em:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** : história da violência nas prisões. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1986 e **Microfísica do poder** . 8. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1989.

STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 7-33, set. 1984/ abr. 1985.

PERROT, Michelle. Delinquência e sistema penitenciário na França no século XIX. In. \_\_\_\_\_. **Os excluídos da história** : operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p. 235-273.

Para uma discussão do conceito sociológico de controle social, cf. BURKE, Peter. Socialização, desvio e controle social. In. \_\_\_\_\_. **Sociologia e história**. Porto : Afrontamento, 1980. p.51-56. Com relação às instituições disciplinares em FOUCAULT, cf. MUCHAIL, Salma Tannus. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In. RIBEIRO, Renato Janine (org.). **Recordar Foucault**. São Paulo : Brasiliense, 1985. p.196-208.

(18) VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante : a contribuição da antropologia social. In. \_\_\_\_\_. **Desvio e divergência** : uma crítica da patologia social. 5. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985. p. 14.

(19) BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro : Zahar, 1977. p. 59-64.

(20) Com relação ao interacionismo simbólico e comportamentos desviantes, consultar: BECKER, Howard. op. cit. especialmente capítulo III : “Marginais e desviantes”; capítulo IV : “Tipos de desvios”; capítulo V : “As regras e sua imposição” e capítulo VI : “Os empresários morais”; GOFFMANN, Erving. **Estigma** : notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. Além do já citado **Desvio e divergência**, de Gilberto Velho. Valemo-nos destes autores, principalmente, para elaboração do último capítulo em nosso trabalho.

## 1 VADIOS E MENDIGOS: DENTRO E FORA DAS LEIS

### 1.1 “INDIVÍDUOS CONTRAVENTORES”<sup>(\*)</sup>

#### - Mendicidade, vadiagem, vagabundagem e falsa mendicidade:

*Importantes factores nas causas dos crimes contra a segurança individual, contra a propriedade e contra a liberdade pública (1894); mal que acarreta para ella (sociedade) desagradaveis consequencias (1895); causas que concorrem para a perpetuação de crimes neste estado (1896); constritor espetaculo de dezenas de individuos (...), estendendo a mão á caridade publica ao publico expondo as suas desgraças phisicas, consistentes, quasi sempre, em e moléstias horripilantes e contagiosas; individuos desoccupados (1917); são os problemas fundamentaes que o policial tem de encarar de frente para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vicio (1920); alavanca de retrocesso (1921); termo de cultura e formação dos malfeitores (1925);...*

#### - Mendigos, vadios, vagabundos e falsos mendigos:

*males que entorpecem a marcha regular das garantias sociais (1894); individuos sem occupação honesta e que se incumbem de avolumar a relação dos criminosos na estatística policial; elemento prejudicial á ordem e a tranquillidade publica (1895); multidão de desequilibrados; malfasejos; obstinados; desordeiros; vigaristas; pedintes incommodantes (1911); desprotegidos da sorte (1917, 1923, 1924); desamparados da fortuna; contumases (1917); individuos desoccupados; desviados do caminho do bem (1921); individuos contraventores...*

Poderíamos ainda registrar outras expressões, oriundas do discurso policial e da imprensa curitibana como, por exemplo, a Gazeta do Povo se referindo aos mendigos, nos anos 30: “*os precisados*; a verdadeira fotografia da miséria; creatura esfarrapada, anti-hygienica, os cabellos em desordem, com a voz dorida e mão á espera”. Ou ainda, de forma mais precisa, se referindo as mulheres mendigas: “*officio de mulheres amorfonhadas e estranhas (...)* que sofrem os percalços da miséria.” (1)

As expressões são várias, denotando num rico conjunto discursivo acerca da mendicância e da vadiagem. Contudo, antes de adentrarmos mais profundamente neste conjunto - e talvez aí, esteja uma das várias portas de entrada - gostaríamos de refletir sobre uma das expressões acima alocadas: mendigos, vadios, vagabundos e falsos mendigos enquanto *individuos contraventores*.

<sup>(\*)</sup> A expressão *individuos contraventores*, aqui utilizada, foi retirada dos próprios Relatórios de Polícia pesquisados.

Desde o decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890, isto é, desde decretado o Código Penal de 1890, a mendicância e a vadiagem, portanto, mendigos e vadios, tornaram-se contraventores. Contudo, ainda que a explicitação da idéia de contravenção e/ou contraventor, isto é, aquele que transgrediu disposição estabelecida em lei, apareça no primeiro Código Penal Republicano, esta já se encontrava nas leis criminais do Império:

**vadios e mendigos.** Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e util do que possa subsistir, depois de advertida pelo juiz de paz (hoje a respectiva autoridade policial), não tendo renda sufficiente. Penas, de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias. cod., art. 295. Estas penas serão elevadas, pela lei de 26 de Outubro de 1831, art. 4, de um a seis mezes de prisão com trabalho (um mez no grau minimo, tres mezes e quinze dias no médio e seis mezes no maximo); e ao duplo na reincidencia.

**vadios e mendigos.** Andar mendigando:

§1 Nos lugares em que existirem estabelecimentos publicos para os mendigos, ou havendo pessoa que se offereça a sustenta-los.

§2 Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não haja os ditos estabelecimentos.

§3 Quando fingirem chagas ou outras enfermidades.

§4 Quando mesmo invalidos mendigarem em reunião de quatro ou mais, não sendo pai e filhos, e não se incluindo tambem no numero dos quatro as mulheres que acompanharem seus maridos e os moços que guiaram os cegos.

Penas, de prisão simples, ou com trabalho segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez; isto é, por oito dias no grau minimo, por dezenove dias no médio por um mez no maximo. Cod., art. 296. (2).

Assim considerados *dentro-da-lei* (pois, incluídos no Código Penal de 1830), vadios e mendigos têm, com a república seu *mister* inflado. De apenas dois artigos no Império (n.º 295 e 296), a mendicidade e a vadiagem figuram no Código Penal da República em dois capítulos específicos, n.º XII e XIII. Caracterizados como “contravenções em espécie” (ao lado “da profanação dos tumulos e cemiterios, Cap. I; do “fabrico e uso de armas”, Cap. V; “do uso de nome supposto, títulos indevidos e outros disfarces, Cap. VI; “do uso illegal da arte typographica, Cap. IX; “do damno as cousas públicas”, Cap. XI; entre outros capítulos), mendigos conjuntamente com ébrios (Capítulo XII) e vadios conjuntamente com “capoeiras” (Capítulo XIII), recebem quatorze diferentes artigos, sendo que três artigos são específicos para a embriaguez (artigos 396, 397 e 398) e três específicos para a “capoeiragem” (402, 403 e 404).

Portanto, mendigos ficam sujeitos a cinco artigos:

**Art. 391.** Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar: Pena - de prisão celular por oito a trinta dias.

**Art. 392.** Mendigar, sendo inhabil para trabalhar, nos lugares onde existem hospícios e asylos para mendigos: Pena - de prisão celular por cinco a quinze dias.

**Art. 393.** Mendigar fingindo enfermidade, simulando motivo para armar á commiserção, ou usando de modo ameaçador e vexatório: Pena - de prisão com trabalho por um a douz mezes.

**Art. 394.** Mendigar aos bandos ou em ajuntamento, não sendo pae ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor: Pena - de prisão celular por um a três mezes.

**Art. 395.** Permittir que uma pessoa menor de 14 annos sujeita a seu poder, ou confiada á sua guarda e vigilância, ande a mendigar, tire, ou não, lucro para si ou para outrem: Pena - de prisão celular por um a trez mezes". (3).

Aos vadios couberam três artigos:

**Art. 399.** Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite; prover á subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva a moral e aos bons costumes. Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias.

**Parag. 1.** Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena.

**Parag. 2.** Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

**Art. 400.** Si o termo fôr quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes, que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

**Paragrapho unico.** Si o infractor fôr estrangeiro será deportado.

**Art. 401.** A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta si o condenado provar superveniente aquisição de renda bastante para a sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

**Paragrapho unico.** A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança tomará effectiva a condenação suspensa por virtude della." (4).

A partir destes oito artigos podemos indagar acerca das concepções, de época, de mendicância e vadiagem. Ainda que uma caracterização básica, que diferencie mendigos e vadios não fique clara, podemos perceber algumas linhas dessas concepções quando os artigos se referem, por exemplo, àquilo que podemos chamar de práticas de mendicância. Em relação às penas, podemos ter uma mínima idéia da condução do problema. Um leve contorno até mesmo dos valores sociais de então, principalmente com relação a *moral e aos bons costumes*, podem aí ser percebidos. E ainda, nos parece óbvio, a contraposição destas contravenções com aquele que é considerado o valor maior, no ideário da sociedade burguesa, seu *princípio instituinte* e base de toda vida humana: *o trabalho*. (5).

Ficam assim esboçadas algumas questões - que aprofundaremos adiante - e apontado aquele que é talvez o ponto crucial das concepções/representações sobre a vadiagem e a mendicância, ou seja, a contraposição destes com a atividade produtiva do trabalho. Poderíamos perguntar ainda: como são concebidas, pensadas, encaminhadas, evitadas, reprimidas, ocultadas, discutidas, etc. as práticas que se colocam contrárias ao próprio princípio básico da sociedade? Como uma sociedade que se sustenta ideologicamente no trabalho - a própria sociedade do trabalho - reage, em seus diversos aspectos, à vadiagem e à mendicância?

Contudo, antes de seguirmos viagem com estas e outras inquições, detenhamo-nos ainda neste *princípio*: o mendigo e o vadio enquanto *indivíduos contraventores*. Parece-nos que não é difícil, a partir do Código Penal, perceber estes indivíduos como contraventores, ou seja, transgressores da legislação estabelecida. Mesmo que durante o Império, mendigos e vadios tenham sido contemplados com dois artigos nas leis penais, como já dissemos, a partir da República, concomitantemente a infração, a pessoa infratora (autora de contravenção) é também *classificada* ou rotulada de *indivíduo contraventor*. Esta designação a nosso ver, nos remete a uma forma de classificação social (e consequentemente, de *desclassificação*) a partir do momento que se constitui numa contraposição à designação de *senhor cidadão*, ou mesmo de *cidadão* somente.

O *indivíduo* (e portanto *indivíduo contraventor*) diferentemente da *pessoa* ou do *cidadão* é aquele que, invariavelmente, tende ao delito, à infração: “Ha na sociedade diversas classes de individuos que mantem as miserias sociais e representão,(...), o triste noviciado da criminalidade. O vagabundo, o desordeiro, o libertino, o jogador, o ratoneiro, prostituta e, o que é mais desolador, os menores abandonados aos vicio e á especulação de creaturas

despresíveis são os typos dessas classes perigosas, manancial que entretem as penitenciárias.”(6)

Várias são as falas policiais neste sentido. Contudo, podemos ressaltar que a fala acima colocada, do chefe de Polícia Carlos Augusto de Carvalho, do seu relatório de 20 de fevereiro de 1879, já aponta - e isso durante o Império - para a questão da designação *indivíduo* como possível e provável infrator e portanto pertencente às *classes perigosas*, ou potencialmente perigosas (à luz da ordem social); *indivíduo* também é aquele que, por ser provavelmente infrator, representa a estreia e a aprendizagem da criminalidade e consequentemente “o manancial que entretem as penitenciárias”. E portanto, a justa designação contrária do benemérito cidadão, isto é, da pessoa pacífica, ordeira e cumpridora dos seus deveres.

Interessante percebermos que, no relatório de 1879, o crime é entendido como uma anomalia moral e o infrator como um ser corrompido - mas passível de correção:

O crime é sempre uma perversão de ordem moral.

Essa perversão, porem, ou resulta da abjecção dos sentimentos pelos vícios, é uma adynamia da alma, estado anormal permanente, ou é a vontade solicitada por paixões vehementes, que vezes sentimentos nobres e elevados, mas transviados; é um estado anormal ephemero, uma allucinação.

Só domina as grandes e violentas paixões quem não as sente irromperem quando a honra e a dignidade pungem pela affronta.

Desperte-se no coração os seus instinctos nobres; desenvolva-se na intelligencia a razão - consciencia refletida; dê-se energia á actividade, convertendo-a em força positiva pelo trabalho, ella força latente pela inercia e abandono, e os vícios muito perderão de sua influencia.

Atacar as fontes do mal, transformal-as em elementos do bem, eis o esforço generoso de nosso século.

Não ha trabalho esteril nem na ordem physica nem na ordem moral.

Basta a perseverança - a vontade constante.

O pantano produz o miasma e a morte. Converte-o a acção do trabalho em elemento de vida e de riqueza.” (7)

Todavia, para este mesmo Chefe de Polícia, não são apenas os vagabundos, desordeiros, libertinos, jogadores, enfim os typos da classe perigosa, que devem estar sob atenção. Voltando sua atenção também para os bailes populares - os fandangos e os bailes alemães - Carlos Augusto de Carvalho aponta, em seu relatório, para o perigo que estas manifestações representavam para a ordem social:

FANDANGOS. São reuniões ou bailes semi-selvagens em ambiente carregado de vapores alcoolicos e de tabaco ao reluzir de armas offensivas.

Esta noção faz comprehender quanto têm elles de funesto. É raro que não seja o seu desfecho um crime.”

BAILES ALLEMÃES NA CAPITAL. São bailes de operarios, creados e carroceiros allemães. Pouco se distanciam dos fandangos. (...)

Por diversas vezes ha sido provocada a intervenção da policia. Em todas ellas, porem, tenho notado que as desordens são suscitadas por soldados e vagabundos nacionaes, (...)

São denominados esses bailes - Sumpf - lodaçal, tremendal. É uma expressão feliz e verdadeira.” (8).

Na visão do autor da citação, fandangos pouco se diferenciam dos “sumpfs”. Os fandangos, por serem caracterizados como nativos, recebem a caracterização de “semi-selvagens”. Ainda que o Chefe de Polícia, não deixe claro quem são os freqüentadores dos fandangos (seriam “semi-selvagens?”), especifica os participantes dos “sumpfs”: operários, criados e carroceiros alemães (9). Portanto, trabalhadores. Os criadores de desordens são sempre, diferentemente destes, soldados e vagabundos nacionais.

De forma dúbia, o autor parece querer deixar trabalhadores e imigrantes alemães, no caso - ilenos de acusação, responsabilizando as categorias consideradas socialmente inferiores (soldados e vagabundos). Como não especifica quem são os vagabundos nacionais, poderíamos aventar a hipótese destes serem até mesmo os operários e/ou os “creados”. Ou ainda, prostitutas que muito provavelmente freqüentavam os bailes ou talvez, os próprios animadores, os músicos. Apesar destas elucubrações, algo se faz presente: os freqüentadores dos bailes populares, de uma maneira ou de outra aumentam as listas das *classes perigosas*: ainda que trabalhadores, parecem pouco habituados à ordem que se está buscando impor(10).

Assim, cabe à polícia: “ modificar ou supprimir os factos que podem excitar ou augmentar os delictos, refrear as provocações das más paixões e os excessos dos vícios...”(11). Cabe portanto à vigilância policial, a manutenção da ordem e a repressão a estes bailes populares. Porém, entendendo ser insconstitucional a proibição dos bailes, o Chefe de Polícia sugere maior rigor na expedição das licenças para os bailes o que acarretaria consequentemente, uma modificação nestas reuniões (12).

Entretanto, para uma época afeita a teoria dos miasmas (13), os bailes são considerados um lodaçal, carregados de vapores de álcool e tabaco. Fazendo um jogo entre diferentes sentidos, o lodaçal enquanto região pantanosa (“O pantano produz o miasma e a morte”) e o sentido figurativo significando vida desregrada, devassa ou podridão social, o Chefe de Polícia deixa entrever nos bailes e seus frequentadores, um espaço e indivíduos que devem ser convertidos através da ação do trabalho. O pântano se transforma em “elemento de vida e de riqueza”. O pântano se transforma, então, num espaço da ordem. O homem convertido - em “elemento do bem” - é aquele que “desperta no coração os instintos nobres”, como, por exemplo, a honra e a dignidade. E ainda, “desenvolve, na inteligência, a razão” (14): valores básicos dos *senhores cidadãos*. Valores estes que tendem a se consolidar a partir da República, conjuntamente a outros, caros ao ideário republicano e portanto, ao ideário liberal: a liberdade individual, o direito a propriedade e a segurança individual (15).

Em todos os Relatórios dos Chefes de Polícia, durante a Primeira República, parece haver um reforçamento dessa representação da categoria *indivíduo* - como sujeito/pessoa de pouco valor ou ainda, daquela pessoa de que se fala com certo desprezo - em contraposição ao *cidadão*. Como observou Silvio Romero: “um dos maiores insultos a que se pode fazer a um nosso homem do povo é chamá-lo indivíduo: isto o exaspera e o faz descer de ordinário as vias de facto”(16).

A República, pensada enquanto coletividade, implica na cidadania como ingresso, ou meio de inserção, nesta coletividade (17). Logo, o não pertencimento ao grupo dos cidadãos pode denotar o não pertencimento à coletividade e portanto, à própria República. E este não pertencimento, isto é, a exclusão, parece ser o destino dos *indivíduos*, do *homem reles*, desde a formulação da República.



## 1.2 MENDIGOS: DESTITUÍDOS DO VOTO, SUJEITOS À MULTA <sup>(\*)</sup>

Proveniente da França revolucionária, o tratamento de cidadão nos remete ao igualitarismo civil (18). Por outro lado, a não inclusão neste *igualitarismo*, implica na exclusão social e daí, serem os meros *individuos* pertencentes às *camadas inferiores da sociedade* (19), destituídos de direitos civis e políticos (20).

Já em 1885, Alberto Sales, o ideólogo da República (21), em seu **Catecismo Republicano**, na tentativa de “reunir e em um só corpo de doutrina todos os princípios da escola democrática” (22), indica o sufrágio como elemento indispensável ao exercício da soberania. Criticando aqueles que, “ignorando a verdadeira índole e natureza do sufrágio”, ou seja, aqueles que entendem que o direito do voto só pode ser exercido mediante certas condições de capacidade (“na faculdade de saber ler, escrever e contar”) e interesse (“uma certa renda líquida anual”), Alberto Sales sugere que todos os envolvidos no fenômeno da cooperação social, isto é, todos os homens que contribuem, direta ou indiretamente, para o bem estar social, tenham direito ao sufrágio. Contudo, “por este sistema” (da cooperação), “que é o único, racional e científico, a exclusão do direito de sufrágio só se determina por um dos três motivos seguintes: a mendicidade, a idade, e a integridade de ânimo” (23). Entendendo que num Estado soberano, “a capacidade do cidadão se regula simplesmente pela parte que ele toma no fenômeno geral da cooperação social”, Alberto Sales exclui, necessariamente e em primeiro lugar, os indigentes.

“(…) vivendo unicamente da caridade publica, [os indigentes] entram como fatores completamente nulos na convergência natural e espontânea dos esforços individuais, para realização do intuito social. São verdadeiros parasitas do corpo social, que se concentram em

---

(\*) Utilizamos a categoria “mendigos” na mesma acepção utilizada no período que estamos estudando: parece não haver diferença entre vadios, ociosos e mendigos. Tanto o Código Penal (1890), quanto a Constituição de 1891, empregam a categoria sem maiores distinções (englobando aí, os próprios mendigos, bem como indigentes e vadios). Tal diferenciação contudo, será objeto de estudo e da preocupação de médicos, como veremos adiante.

um egoísmo sem limites e que absolutamente nada fazem para a consecução do bem comum.”(24)

Alberto Sales entende ser o sufrágio, “um dos atributos mais importantes do cidadão”. Assim, além de possuir uma função específica, o voto é também um direito. Direito atribuído a todos aqueles que cooperam, de alguma forma, na vida social, para obtenção do fim comum. Influenciado pelas idéias de Herbert Spencer - a quem considerava “o genial filósofo de nossos tempos, a luminosa culminância de nosso tempo”(25), Alberto Sales, entende a sociedade como um organismo, assim cabendo a todos os seres humanos diferentes “funções sociais” (26), visando justamente, a realização do bem comum, entendido aí, como progresso social (27).

Dessa forma, todos aqueles que não contribuem, funcionalmente, no organismo social, são vistos como agentes “parasitas”, que além de nada fazerem para “a consecução do bem comum”, podem infectar todo o corpo social. Sendo assim, devem, portanto, ser banidos. Logo, o banimento dá-se pela própria exclusão da participação política.

Alberto Sales, aqui representando uma concepção de democracia dos republicanos, aponta para a necessidade de uma maior participação política (incluindo operários, mulheres e analfabetos). Criticando as restrições ao sufrágio no sistema monárquico, “o ideólogo da República”, reivindica a politização da relação indivíduo-Estado, por meio do sufrágio universal (28). Contudo, para exercer tal direito o indivíduo deve transformar-se em cidadão. E para tanto, é indispensável a sua inserção no mundo do trabalho (29).

Uma vez proclamada a República e aprovada a nova Constituição, Alberto Sales mostrou-se ser mais democrático que os constituintes, que promoveram a Magna Carta, em 1891. Além das mulheres e dos menores, que continuaram excluídos do direito de voto, foram também excluídos do alistamento para eleitores: *os analfabetos; as praças de pré,*

*excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; os religiosos de ordens monásticas (...), sujeitos a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual; e ainda ... mendigos* (30). Além do que, não poder alistar-se para eleitor, significa ser inelegível. Assim “ficava de fora da sociedade política a grande maioria da população” (31).

Essa cassação do direito da participação política, no caso dos “mendigos”, além de sua suposta parasitagem, explica-se, de certa forma, pelo artigo subsequente ao já comentado:

**Art. 71** - Os direitos do cidadão brasileiro só se suspendem (...) nos casos aqui particularizados:  
 a) por incapacidade física ou moral  
 b) por condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos (32).

Macedo Soares, comentando o Código Penal de 1890, chama atenção para a distinção entre *mendicidade* e *indigência*: “A indigência é um estado d’alma e do corpo que reduz o indivíduo á miséria moral, á falta de iniciativa e de coragem para a lucta pela vida. A indigência é uma moléstia. A mendicidade é uma das formas da vadiagem” (33).

Contudo, tanto para constituintes quanto para o Código Penal, bem como para o **Catecismo Republicano** de Alberto Sales, parece não haver diferença alguma entre esses estados (mendicidade, vadiagem ou indigência), o que, por si só, se coloca contrário às idéias que estão sendo formuladas nessa época, por juristas e médicos, acerca da pobreza. Logo, mendicidade, indigência ou vagabundagem, constituem a mesma coisa e antes de mais nada, uma afronta social: “Qualquer destes estados é a negação do trabalho, constitui uma infracção de um dever normal e social, imposto a todos que fazem parte da sociedade e della tiram proveito. Conclue-se assim que qualquer d’aquelles estados é um estado anti social” (34).

Dessa maneira, ainda que não seja explicitado o item a - suspensão dos direitos por incapacidade física ou moral -, no que diz respeito a uma caracterização dessas *incapacidades*, é de se supor que a mendicidade, ou mendicância, fossem justamente

ocasionadas, muitíssimas vezes, pela incapacidade física e/ou moral. Assim, na origem da mendicância estaria a justificativa da supressão dos direitos do cidadão, isto é, o direito que assegurava a própria cidadania.

Com relação ao item **b**, podemos recorrer ao já citado Código Penal de 1890. Segundo Heleno Fragoso:

Elaborado às pressas, antes do advento da primeira Constituição Federal republicana, sem considerar os notáveis avanços doutrinários que então se faziam sentir, em consequência do movimento positivista, bem como o exemplo de códigos estrangeiros mais recentes (...), o CP de 1890 apresentava graves defeitos de técnica, aparecendo atrasado em relação à ciência de seu tempo. (...) com o Código de 1890, nasceu a tendência de reformá-lo.(35)

Com um caráter bastante repressivo, o Código Penal prevê processos e condenação para as contravenções de mendicância e vadiagem. E uma vez condenado, enquanto condenado, suprimem-se os direitos políticos.

Em 1893 porém, através do Decreto de 13 de outubro, mandava-se “criar uma ou mais colônias correcionaes para reabilitação pelo trabalho e instrução dos mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como taes julgados (...)” (36)

Se por um lado o Código Penal começa a receber decretos onde a vadiagem e a mendicância devem ser tratadas através da prevenção e vadios e mendigos através da reabilitação, o que implica em estudo e classificação dos mesmos, por outro lado os mendigos continuaram, de acordo com a Constituição, banidos de direitos políticos.

A Constituição de 1934, mantém esses mesmos mendigos não alistáveis e portanto, inelegíveis. Todavia, segundo esta mesma Constituição, “A todos cabe o direito de prover a própria subsistência e à de sua família, mediante trabalho honesto. O poder público deve amparar, na forma da lei, os que estejam na indigência.” (37)

A partir dessa questão podemos justificar, do ponto de vista legal, nosso recorte temporal (1890-1933). Ainda que a Constituição de 34, mantenha “mendigos” proibidos de se alistarem, por outro lado, quanto aos *direitos e garantias individuais*, a Constituição assegura a todos os brasileiros (e não somente aos cidadãos), o direito de prover a sua subsistência e de sua família (ainda que mediante *trabalho honesto*). Em caso de indigência fica outorgado ao poder público o dever do amparo. Ainda que possamos questionar a eficácia desse amparo, um ponto parece se fazer importante aqui: surge um novo conceito, ou melhor, parece surgir uma nova leitura do conceito da contravenção da vadiagem, por força da Constituição de 1934. Juridicamente, a lei pune não a falta de trabalho mas sim, a ociosidade voluntária. Logo, o “simples empenho ou diligência por trabalhar equivale à ocupação efectiva” (38). Dessa maneira, na falta de emprego, cabe ao Estado prover a subsistência do desempregado - e de sua família, não podendo ser este processado por vadiagem.

Em 28/08/1936, o jornal Gazeta do Povo, numa seção denominada “Gazeta Jurídica”, se referia a um caso de condenação por vadiagem, na Segunda Câmara de Apelação do Rio de Janeiro:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação crime n. 7074, em que é apelante José Gabriel da Silva, condenado por vadiagem no Juízo da Segunda Pretoria Criminal, acordão os juizes da Segunda Camara da Côrte de Apelação em prover (...) para absolver. E assim decidem porque não se justifica a existência de prova perfeita a miseráveis, doentes e desamparados (...).

Impossibilidade de trabalho, apezar de procurado, não é imputável ao individuo desprovido de habitação ou saúde, mas fato decorrente sobretudo das condições economicas e culturais do meio; cumprindo ao poder público, nos termos da nova Constituição, amparar os que estejam em indigencia (Art. 113, n. 34). É o que fazem há varios anos, outras Nações, tendo em conta somente a impossibilidade de prover á propria subsistencia, mesmo o cidadão sadio (...).

O novo conceito dessa contravenção, por força da carta constitucional de 1934, (que a todos assegura o “direito de prover a propria subsistência”) - define-se pela abstenção voluntária de trabalho, que á acusação cumpre provar, bastando ao réo qualquer prova de diligencia por obtê-lo, para descaracterizar a infração. É o que se verifica neste processo, em que o réo trabalhou proxivamente a prisão e teve motivo impedito de trabalhar (...). Expeça-se o Alvará de soltura (39).

Diferentemente do instituído no Código Penal de 1890, que prevê processos e punições para mendigos e vadios, a partir da Constituição de 1934, parece haver um outro encaminhamento legal para as acusações de vadiagem e mendicância. Ainda que ambas sejam

consideradas *práticas de negação ao trabalho* e, portanto, *estados anti-sociais*, com a segunda Constituição republicana, as contravenções caracterizadas por esses estados ou práticas têm, aparentemente, um encaminhamento simplificado por parte da justiça. Primeiro, o “simples empenho ou diligência por trabalhar equivale á ocupação efetiva”; depois, “qualquer prova de diligencia descaracteriza a infração”. E ainda, “não se justifica a exigência de prova perfeita a miseráveis, doentes e desamparados” para também, descaracterizar a infração (40).

É quase que óbvia, a discussão que podemos fazer a respeito desse novo mecanismo de lei, isto é, até que ponto realmente, essa nova leitura das contravenções de mendicância e vadiagem atingem realmente aquilo que propõem. Várias outras questões poderiam ser propostas a partir deste ponto como, por exemplo, a respeito da própria postura policial a partir desse novo conceito de vadiagem. Fica claro que antes de qualquer coisa, vadiagem e mendicância se constituem em *estados anti-sociais* e dessa forma, em problemas sociais. E, como problema social eram, notoriamente, tratados como *casos de polícia* (41). Contudo, adiante abordaremos esta questão que é de fundamental importância para se entender a construção da contravenção, e que se constitui nosso principal objetivo neste trabalho, ou seja, o mendigo e o vadio na fala policial. Todavia, podemos apontar apenas que - fruto dessa legislação - o encarceramento de vadios e mendigos continuará a acontecer, mesmo depois desse momento: a partir da “Estatística Policial, Criminal e Judiciária” do ano de 1936, podemos precisar, para a cidade de Curitiba, 31 detenções por vadiagem (ao lado de outras contravenções como, por exemplo: desordem, embriaguez, pequenos furtos, escândalos, provocações, etc.) (42). Para o ano de 1937, através da mesma “Estatística”, aparecem 13 prisões nesta mesma contravenção (43). Poderíamos ainda, extrapolando o período que nos interessa estudar, dizer que os anos 40, registram também diversas prisões por vadiagem e

mendicância no centro da cidade, sendo que os casos eram encaminhados para a “seção de Repressão a vadiagem e mendicância da Delegacia de Segurança Pessoal” (44).

Contudo, voltando ao mecanismo da lei, especialmente a partir do Código Penal de 1890 e das Constituições de 1891 e 1934, é importante chamar atenção para um ponto que já observamos anteriormente. Justamente sobre esse novo conceito de vadiagem. Ou melhor, a vadiagem caracterizada apenas enquanto “abstenção voluntária ao trabalho”.

Na formulação do Código Penal de 1890, não existe uma diferenciação precisa entre mendigos e vadios “os termos *ociosidade*, vadiagem ou vagabundagem são, juridicamente, equivalentes e o nosso Código não suffraga (...) distinção” (45). Ou seja, todas essas práticas se equívalem, ainda que existam artigos diferentes para as contravenções da mendicância e da vadiagem. Ambas são consideradas comportamentos anti-sociais ou de parasitismo social pois, denotam na negação do trabalho. Dessa maneira, sinônimos de ociosidade, a mendicância e a vadiagem tornam-se um “pecado infinitamente mortal, numa sociedade dedicada ao trabalho” (46). E vadios e mendigos, *pecadores* além de tudo.

Buscar entender a questão por esse viés é procurar entender também, um aspecto da constituição da sociedade do trabalho e da formação da mão de obra livre no Brasil. A partir daí conseguiremos entender também as próprias formulações de Alberto Sales, que propunha ampliação da participação democrática (concomitantemente à inserção do futuro cidadão à sociedade do trabalho), excluindo os mendigos (que certamente compunham grande parte da população brasileira no século XIX) (47). Conseguimos também, aventar algumas hipóteses sobre a proibição da participação eleitoral dos mendigos, na primeira Constituição republicana, bem como as formulações generalizantes do Código Penal, que via vadios e mendigos, tão somente como indivíduos contrários à *ordem do trabalho*. Podemos assim, acreditamos, refletir de alguma forma também sobre as transformações no conceito de

*vadiagem*, que sobrevivem com a Constituição de 34 e que, juridicamente, parecem dar outro encaminhamento, ainda que a nível legal apenas (e não de cotidiano), aos casos dos pecadores da mendicância e da vadiagem.

### 1.3 MUNDOS DO TRABALHO E “NÃO-TRABALHADORES”

O século XIX vê surgir no Brasil uma acalorada discussão acerca da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Tal discussão, ainda que se problematize nos próprios discursos republicanos, nos idos dos anos 70 (48), pode ser melhor ilustrada pelo debate parlamentar, em 1888, na Câmara dos Deputados, sobre a “Repressão da Ociosidade” (49).

O problema é o seguinte: como transformar o escravo em trabalhador livre operoso? Como reabilitar a noção de trabalho, *positivizá-lo*, após séculos da mácula do trabalho negro escravo? E, talvez o ponto fulcral da questão, como constituir, por parte dos grupos dominantes, uma noção de trabalho que mantivesse intocados seus lugares na estrutura social? Como manter a *ordem social*?

Procurando uma justificativa ideológica para o trabalho, isto é, buscando convencer camadas menos favorecidas socialmente da obrigatoriedade do trabalho, faz-se imprescindível a construção do próprio conceito positivo de trabalho. Elaboração esta que passará por algumas fases: primeiro, o trabalho é, consagradamente, o elemento ordenador da sociedade, sua lei suprema. “O cidadão recebe tudo da sociedade, pois esta lhe garante a segurança, os direitos individuais, a liberdade, a honra, etc. O cidadão, portanto, está permanentemente endividado com a sociedade e deve retribuir o que dela recebe com o seu trabalho.” (50)

Depois, o apego ao trabalho implica no alargamento dos atributos morais. Quanto mais dedicado e abnegado o indivíduo for ao trabalho, tanto mais moralizado será.



Essa construção do conceito de trabalho, que provém da discussão legislativa acerca da repressão à vadiagem, deixa entrever a preocupação da elite imperial - representada pelos Barões - com as levadas dos negros recém-libertados, que “vagavam a esmo pelas estradas e plantações”. A construção ideológica da noção de trabalho busca a manutenção da estrutura social, e aí, procura conectar trabalho - enquanto lei suprema da sociedade - com moralidade, manutenção da ordem e respeito à propriedade.

Por outro lado a construção dessa noção implica na elaboração do conceito de vadiagem. A elite imperial produz tal conceito a partir de uma simples inversão: “os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem”(51). Dessa forma, se o trabalho representa a lei suprema da sociedade, a ociosidade é vista como uma ameaça constante à ordem. O ocioso tende a parasitagem, pois negando-se a trabalhar, coloca-se à margem da sociedade e nada promove para o bem-comum. Aliás, concepção que muito nos lembra Alberto Sales, quando exclui os mendigos do direito ao voto, como já falamos anteriormente.

Da mesma maneira, se o trabalho liga-se ao desenvolvimento de atributos morais, inversamente, a vadiagem associa-se a imoralidade e a perversão. “Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum e nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual.” (52).

Chamando atenção para o ocioso enquanto um indivíduo destituído de senso moral, depravado e propenso ao crime, o projeto de Repressão da Ociosidade, de 1888, prevê *colônias de trabalho*, onde seriam recolhidos os ociosos, na expectativa de introjetar-lhes *hábitos de trabalho* (53).

Vemos aí, o esboço nos trópicos, de práticas freqüentes, na Europa, desde pelo menos, o século XVII: os *internamentos* visando a regularização da mão-de-obra e sua normatização (54).

Aparentemente a construção que a elite faz da noção de trabalho, nesse momento, nos permite perceber um “discurso ideológico dualista e profundamente maniqueísta - baseado na melhor tradição cristã ocidental de procurar distinguir sempre o bem do mal, o certo do errado, etc” (55). De um lado o mundo da *lei suprema do trabalho*, mundo este consagrado à lei e à ordem. Do outro lado, o depravado mundo do ócio e da desordem: um mundo, portanto, à margem da sociedade ou do seu avesso.

Contudo, nos chama atenção Sidney CHALHOUB, este maniqueísmo social é apenas uma forma de representação ou construção ideológica dos *homens do imperador*. A partir da animada discussão legislativa é possível fazermos outra leitura da visão de mundo da elite dominante, ou em outras palavras, tal visão nos possibilita um paralelismo perfeito entre a hierarquização da estrutura social e as diversas partes constituintes do universo ideológico. Assim, hipoteticamente, teríamos no nível superior da hierarquia social os proprietários, seguidos dos bons trabalhadores por uma certa distância. Tal nível representa o espaço da ordem, ou seja, da abnegação ao trabalho, da moralidade e do respeito à propriedade. No nível inferior, *reinariam* os ociosos: um mundo de depravação moral e afeito à desordem, pois seus componentes não respeitam a *lei suprema da sociedade*. Logo abaixo destes, por fim, temos o mundo do crime: “formado pelos indivíduos de maus instintos, miseráveis e infensos aos ditames da ordem” (56). Dessa maneira, formula-se um sistema segundo o qual os elementos mais bem situados na hierarquia social, são aqueles mais dedicados ao trabalho, mais moralizados e ordeiros que os indivíduos que os precedem. Inversamente, quanto mais pobre o indivíduo, menor sua afeição ao trabalho, menor seu senso moral e seu apego à ordem.

O mais interessante nessa hipótese, aventada pelo autor em questão, é que se rompe com a dicotomia - bastante presente até mesmo nas explicações sociológicas - de um mundo da ordem por um lado e por outro, de um mundo do crime (que seria em parte ocasionado pela ociosidade). Tal dicotomia cede seu espaço assim, a outra possibilidade de explicação : não teríamos dois mundos polarizados, mas um “sistema integrado”, uma “linha contínua” unindo o mais ao menos moral no universo ideológico e o mais rico ao mais pobre na estrutura social. Dessa forma, rompendo-se com as polarizações, não se justifica pensarmos o ocioso, o vadio ou o criminoso como indivíduos à margem da sociedade, marginalizados em relação ao mundo da ordem. Procede sim, pensarmos a ociosidade e o crime, como elementos constituintes da própria noção de ordem e portanto, como “elementos fundamentais para a reprodução de determinado tipo de sociedade” (57). Assim, mais do que meras deficiências e contradições insolúveis do sistema, ou resultado dessas contradições e/ou deficiências, a existência da ociosidade, da vadiagem, da marginalidade e do crime enfim, teriam uma “utilidade óbvia do ponto de vista da racionalidade do sistema”: ela justificaria os próprios mecanismos de controle, coação e sujeição de grupos sociais menos favorecidos (58).

Sendo assim a própria ociosidade ou a vadiagem, que tanto preocupam os parlamentares neste momento - bem como preocupará a elite dirigente brasileira durante toda República Velha - antes de ser um dado real, ou melhor, um dado inquestionável da realidade, parece ser uma construção ideológica utilizada para justificar a ação de mecanismos de controle e disciplinarização e portanto, de dominação sobre as *camadas inferiores da sociedade*.

O debate acerca da Repressão da ociosidade, no ocaso do Império, sintetiza várias questões que serão transplantadas e discutidas durante toda a Primeira República. Dito de outra forma, o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, impõe uma questão

fundamental: a da própria construção de uma *Sociedade do Trabalho*, objetivando o *Progresso* e a *Civilização*. Tal construção envereda pela necessidade da manutenção da paz e da ordem social, ou melhor, a preservação da paz e da ordem são os fatores que possibilitam atingir o fim último da sociedade, isto é, o próprio *Progresso*. Sendo assim, a construção da Sociedade do Trabalho implica concomitantemente na construção de uma *Sociedade Disciplinada* e necessariamente disciplinar. Uma sociedade de indivíduos disciplinados ou, mais precisamente, de cidadãos morigerados e operosos. “A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. (59)

Decorrente de *práticas de poder*, resultantes de relações de *saber/poder*, a disciplinarização- que fabrica corpos dóceis e submissos- não pode ser entendida de forma singular ou linear, “mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral .” (60)

Desta maneira, a disciplina, ou melhor, as práticas disciplinares - “que atuam (...) para formar e transformar o indivíduo pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos como a vigilância (...)”(61) - resultam do entrecruzamento de saberes específicos e da disseminação de poderes. Os *saberes* são inbuídos de *poder*.

(...) todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar, aos que lhe delegaram poder, um determinado saber correlativo do poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional. Mas a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade doado de poder. É enquanto é saber que tem poder. (62).

Vadios e mendigos, honrosos representantes das práticas de negação ao trabalho, são concebidos assim como *seres anti-sociais*, dentro de uma sociedade que acredita se instituir do próprio trabalho. Nessa sociedade, que estabelece um *contrato* em torno do próprio trabalho, onde os homens devem *cooperar* funcionalmente para se atingir o Progresso, estes não trabalhadores (e portanto, anti-sociais) serão motivo de diferentes *discursos de saber* e consequentemente, alvo de diferentes *práticas de poder*.

Contudo, a mesma atividade que institui a sociedade e portanto é sua lei suprema, garantindo assim a sua própria preservação, possibilita a *regeneração* dos *parasitas anti-sociais*, responsabilizando-se por sua *sociabilização*.

Para tanto, para se sociabilizar o indivíduo através do trabalho, para educá-lo através da *pedagogia* do trabalho que, por si só, implica numa prática de poder (e portanto, num discurso de saber), é fundamental, antes de mais nada, conhecer este indivíduo; estudar seu comportamento e personalidade; classificá-lo. Assim, saberes se elaboram a partir dessa necessidade de se conhecer positivamente o indivíduo anti-social, conhecimentos estes que têm por princípio proteger, incansavelmente, o próprio corpo social da ação malévola do parasita do não-trabalho. Surge dessa forma, a possibilidade de uma *criminologia* (63).

A institucionalização de uma sociedade disciplinar e portanto de uma sociedade do trabalho, implica no controle dos comportamentos. Implica numa vigilância dos indivíduos. A sociedade disciplinar, estabelecida a partir da articulação entre a *produção de saberes específicos* e *diferentes modos de exercício de poder*, implica na constituição de *instituições disciplinares*. Essas instituições, que se articulam com a produção de saberes e ao exercício de poderes, e que FOUCAULT denomina “instituição de seqüestro” (64), têm por finalidade *fixar indivíduos; ligá-los a um aparelho de correção; introjetar-lhes normas*. Enfim, torná-los produtivos e dóceis. Essas instituições - que se caracterizam por possuir um poder

*polimorfo, polivalente*, isto é, poderes que se desdobram em múltiplos caracteres (econômicos, políticos, judiciais e epistemológicos) e que devem controlar, através da vigilância, a utilização do tempo e dos corpos - respondem pela própria construção de uma sociedade do trabalho, a partir do momento que, *seqüestrando* os indivíduos, busca a *inclusão e a normalização* e não mais, diferentemente do século XVIII por exemplo, a pura *exclusão social*.

Dessa maneira, não conseguimos pensar a construção de uma sociedade do trabalho, deslocada da constituição de uma sociedade disciplinar: *galgada em práticas e instituições disciplinares*, a sociedade disciplinar é responsável pela *inserção* - aqui utilizada no sentido mais amplo - do indivíduo no mundo do trabalho (65).

Como já vimos, o discurso que se dirige ao controle da ociosidade se dirige também, na verdade, ao controle da população pobre: ociosa, imoral, propensa ao delito.

Esse controle, que se dá através da vigilância sobre *suspeitos*, abarca todas as *camadas inferiores da sociedade*, “onde ainda não conseguirão penetrar, de modo aproveitável, o respeito e a dignidade pessoal” (66), pois são essas *camadas*, constituídas de *homens de baixa classe* “que se incumbem de fornecer crescido numero de elementos de perturbação e desordem” (67).

É essa parte inferior da sociedade que contribui *na perpetração dos delictos*. Esses delitos, que se traduzem por *ataques à vida e à propriedade do cidadão*, têm como causa, na maioria das vezes, “a embriaguez, a vagabundagem e o uzo (...) de armas proibidas”: hábitos estes que, não poucas vezes acumulados, influem “no indivíduo que praticou a acção criminoza”, “acompanhando geralmente a parte inferior da sociedade em seus desvarios”. Hábitos caracterizadamente *anti-sociais*, pois atentam contra a vida, contra a segurança e contra a propriedade (68).

Tais hábitos, na opinião da autoridade competente, parecem se justificar, dadas “nossas condições locais”: “onde é avultado o numero de estrangeiros, na sua maioria proletários; onde a população ignorante é bastante espalhada por todo o território paranaense; onde não há nem instrução sufficiente como guia, nem o sentimento religioso predomina refreando as paixões dos homens de baixa classe” (69).

Como se vê, a vigilância sobre os suspeitos - que implica em conhecê-los *positivamente* (para torná-los dóceis e submissos) através de saberes especializados (como, por exemplo, a criminologia, a psiquiatria ou mesmo a medicina legal) e que permite o controle social sobre largas camadas da população (70) - enseja a constituição de estratégias específicas de controle social.

Dentre essas estratégias e mecanismos de controle, fundamentais para a elaboração de uma noção de ordem, o organismo policial ocupa um lugar de destaque. Contudo, ainda que aparentemente pareça a principal estratégia, não é a única: figuram aí, também, uma engenharia sanitária, instituições de assistência social, a criminologia e a medicina social, entre outras. Saberes que buscam tornar conhecido, talvez para tornar recuperável, aqueles elementos e grupos que distoam da ordem que se impõe.(71)

Resumindo: o regime político que se institui, a partir de 1889, no Brasil, se institui sobre a representação do homem livre, ou seja, do trabalhador que é, concomitantemente, cidadão. Ou, em outras palavras, a cidadania é consequência da inserção do homem livre no mundo do trabalho. Contudo, tal inserção, que implica na criação de um mercado de trabalho livre no Brasil, implica também no *desenvolvimento de uma vigilância policalesca sistemática do trabalhador*: “para além de uma incitação explícita ao trabalho, considerado fonte da própria vida do homem, é montado um sistema de controle com a finalidade de

manter o homem pobre no trabalho e de recolhê-lo a colônias de trabalho, quando não a prisão, sempre que ele se recusa, ou aparece fora, de um local de trabalho.” (72)

Essa montagem de um aparelho policial, entrelaçando-se à estruturação de um mundo do trabalho, possibilita outra leitura de uma velha questão: “a questão social é um caso de polícia”. Afirmada e reafirmada nos estudos sobre a República Velha, tal questão pode ser entendida, dessa forma, não só pelo viés da pura repressão da mão-de-obra pela elite dirigente.

Assim, a redefinição da ordem social, exigida pelo regime republicano, implica na vigilância e controle social exercidos por diferentes estratégias, da polícia à medicina. Na *ordem do trabalho*, esses mecanismos de controle social e vigilância - e portanto estratégias da *ordem* - lançarão seus olhares (seguidos de palavras, instrumentos e instituições) sobre àqueles que, principalmente, se negam ao trabalho.



## NOTAS

(1) *Gazeta do Povo*, 30/ 4/ 1930, p.8. João do Rio em seu *A alma encantada das ruas*, publicado em 1908, dedica um texto às “Mulheres Mendigas”: “Os homens exploradores não tem brio. As mulheres só quando são realmente desgraçadas é que não mentem e não fantasiam. São entretanto, as mais incríveis...” p.166.

(2) RAMOS, Joaquim José Pereira da Silva. *O Indicador penal contendo por ordem alphabetica as disposições do Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1861. p.273-274.

(3) BRASIL. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil*. Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Commentado por Oscar de Macedo Soares. 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, [s.d.]. p.760-761.

(4) Ibid. p.765-766.

(5) BRESCIANI, M.S.M. *Lógica e dissonância...* p.7-8.

(6) RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses - Presidente da Provincia do Paraná - pelo Chefe de Policia da mesma Provincia, Carlos Augusto de Carvalho. 20/12/1879.

(7) Ibid. 20/02/1879.

(8) Ibid. 20/02/1879.

(9) Sobre os bailes alemães e o relacionamento cotidiano de escravos e imigrantes, conferir o interessante texto de: PENA, Eduardo Spiller. *Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. História: questões & debates*. Curitiba, v.9, n.16, p.83-103, jun.1988.

(10) Cf. CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. 2.ed. Paris: Pluriel, 1978. p.133-150.

(11) RELATÓRIO... 20/02/1879.

(12) Sobre a ação policial em manifestações populares, conferir: STORCH, Robert D. *O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n. 8/9, p.7-33, set.1984/abr.1985.

À guisa de observação, é interessante ainda, recorrermos ao Relatório do Chefe de Polícia de 1880: “Seria conveniente que a Câmara Municipal criasse qualquer imposição que dificultasse tais ajuntamentos, e em vista da tolerância até hoje havida, nada quis providenciar no sentido de proibir esses divertimentos, e unicamente limitei sua duração até meia-noite, em que a polícia poderá exercer a necessária fiscalização por meio de patrulhas e por ser dessa hora em diante que a desordem ali se manifesta pelo excesso de bebidas alcoólicas.” RELATÓRIO apresentado ao Pres. Manoel Pinto de Souza Dantas, pelo Chefe de Polícia, Luiz Barreto de Correia Menezes. In. MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaios de aculturação no Paraná*. 2.ed. São Paulo: T.A.Queiroz, 1988. p.145. Cf. também: PENA, E.S. op.cit., p. 99-100.

Novamente se faz corrente, num Relatório de Polícia, a questão da vigilância e controle sobre o cotidiano/cultura das classes pobres entendidos, pela ordem policial, como “espaços” de desordem e portanto, indesejáveis. Outra questão importante, que o Relatório acima chama atenção, é da necessidade - “policial” - do controle do tempo desses grupos. Todo “tempo” devendo ser transformado em “tempo útil”. Cf. THOMPSON, E.P. *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*. In \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudos sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 2.ed. Barcelona: Ed. Crítica, 1984. p.265-276.

(13) Os miasmas - emanções provenientes de substâncias em decomposição - são percebidos, nos séculos XVIII e XIX, como propagadores de doenças, arautos da morte. Cf.

CORBAIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 367p.

(14) RELATÓRIO... 20/02/1879.

(15) RELATÓRIO do Chefe de Polícia do Estado, Benedicto Pereira da Silva Carrão, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Governador Francisco Xavier da Silva. 29/09/1894. p.6

(16) ROMERO, S. *Folklore brasileiro; contos populares*. 2.ed. Rio de Janeiro, 1897, p.242, nota 1. In. TESCHAUER, Carlos. *Novo dicionário nacional*. 11.ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

SILVA BASTOS aponta para a mesma questão: o indivíduo significando o homem reles ou pandilha (designação usada no Brasil e Açores).

BASTOS, J.T. da Silva. *Diccionario etymológico, prosódico e orthográfico da língua portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1928.

(17) CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.60-61.

(18) CARVALHO, José Murilo de. op.cit. p.50, nota 11 e ainda, do mesmo autor *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p.15.

(19) RELATÓRIO apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica do Estado do Paraná, pelo Chefe de Policia interino Benedicto Pereira da Silva Carrão. 30/09/1895. p.5.

(20) Cf. CARVALHO. *Os bestializados...* principalmente cap. II: República e cidadanias.

(21) VITA, Luis Washington. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

Cf. também. CARVALHO, op.cit., p.46.

(22) SALES, Alberto. *Catecismo Republicano* (1885). In. VITA. op.cit. p.171.

(23) Ibid., p.199.

(24) Ibid., p.199.

(25) SALES, apud VITA, op.cit. p.109.

(26) Cf. BOTTOMORE, T.B. *Introdução a sociologia*. 9.ed. Rio de Janeiro:Guanabara, 1987. p.64-66.

(27) SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada; o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: Hucitec, 1986. Especialmente cap.V.

(28) Id. Ibid. p.137.

(29) Id. Ibid. p.137.

(30) Art.70 do título IV da Constituição de 1890.

(31) CARVALHO, op. cit., p.45.

(32) BRASIL. Constituição de 1890.

(33) SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (1890)**. 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s/d. p.762.

(34) SOARES, op.cit., p.766.

(35) FRAGOSO, Heleno C. **Lições de direito penal**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993. p.60-61.

(36) SOARES, op. cit., p.763.

(37) BRASIL. Constituição de 16/07/1934. Cap.II, Art.113, n.34.

(38) **Gazeta do Povo**, 27/08/1936, p.6. “Vadiagem: seu conceito em acordam da Segunda Câmara de Apelação do Rio.”

(39) **Gazeta do Povo**, 27/08/1936. p.6.

(40) Ibid., 27/08/1936. p.6.

(41) CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.60.

(42) PARANÁ. Polícia Civil. Relatório do Instituto de Identificação. Serviço de Expediente e Estatística Policial, Criminal e Judiciária. Ano de 1936.

(43) PARANÁ. Polícia Civil. Relatório... Ano de 1937.

(44) PARANÁ. Polícia Civil. “Partes” da Delegacia de Segurança Pessoal, 1942.

(45) SOARES, op. cit., p.766.

(46) BONI. **O espetáculo visto do alto**. p.97.

(47) Caio Prado Júnior no clássico **Formação do Brasil Contemporâneo**, bem como em **História Econômica do Brasil**, chama atenção para o elevado número de vadios e prostitutas no Brasil do século XIX. Segundo o autor, tal população era resultante da própria estrutura social da sociedade escravista, constituindo-se, por sua vez, num “estado patológico” da vida social.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 19. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. p. 281

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo : Brasiliense, 1972. p. 198

(48) Cf. SALLES, op. cit. Principalmente Cap. II. Ver também, sobre a formação da mão de obra livre no Brasil: KOWARICK, Lucio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

(49) CHALHOUB, Sidney. Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888. **Estudos Ibero-Americanos**, n.9, v.1/2, p.53-67, jul./dez. 1983.

(50) Ibid., p.58.

(51) Ibid., p.60.

(52) Ibid., p.61.

(53) Ibid., p.58.

(54) FOUCAULT, M. **História da loucura...** p.54.

(55) CHALHOUB, op.cit. p.65.

(56) Ibid., p.66.

(57) Ibid., p.66.

(58) Ibid., p.66.

(59) FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. p.127.

(60) Ibid., p.127.

(61) MACHADO, Roberto. **Ciência e saber : a trajetória da arqueologia de Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1988. p.200.

(62) Ibid., p.199.

(63) FOUCAULT. Op.cit. p.225. Cf. ainda, FOUCAULT. **Microfísica do Poder**. p.145 e **Verdades e formas jurídicas**. p.98.

(64) FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da PUC**, série Letras e Artes, Rio de Janeiro, n.6, p.92, 1974.

(65) Ibid., p.83-102.

(66) Relatório 1895. p.5. Sobre a questão do controle cf. FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. p.246-247.

(67) Relatório 1895. p.5.

(68) Ibid., p.5.

(69) Ibid., p.5.

(70) RAMALHO, J.R. **Mundo do crime**. Principalmente Cap.III "A sujeição pelo crime" p.155-179. Ver também CAMPOS, Edmundo. Sobre sociólogos, pobreza e crime. **Dados**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.377-383, 1980.

(71) CUNHA, op.cit. p. 39-40.

(72) BRESCIANI, M.S. Comentário ao texto de LINEBAUGH, P. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. In. PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.139.

## 2 QUESTÃO DE CURA?

### 2.1 MENDIGOS E VADIOS NAS FALAS DE CRIMINOLOGISTAS E MÉDICOS

“Portanto, ‘classificar’ criminosos será como parar um ‘film’, e escolher uma imagem, ‘estabelecida’ arbitrariamente, pela devida sucessão delas, como faz a vida, em contínua mudança.”

AFRÂNIO PEIXOTO (1)

Neste capítulo teceremos alguns comentários acerca da presença de vadios e mendigos nas falas da medicina e da criminologia. Saberes específicos que se inter cruzam na busca de compreender, entre outros, o *problema do não-trabalho*, prevenindo e/ou reprimindo-o.

Elemento fundamental de controle e vigilância sobre os espaços e indivíduos, a medicina, desde o século XVIII (2), vai adquirindo foros de saber competente e consequentemente, instâncias de poder. Preocupada com a normatização de comportamentos e com o saneamento e higiene sociais, a prática médica visa a *normalização da sociedade*. Para tanto, o médico deve conhecer a sociedade; descortiná-la: interceder no social, vigiando-o e controlando-o. O médico transforma-se, assim, num vigilante e a medicina numa medicina social. Com isso - com essa atuação médico-vigilante sobre a sociedade - a preocupação da medicina parece se deslocar da doença propriamente, para a saúde: mais que curar o doente, a intervenção médica busca dificultar através da *normalização do social* (3), o aparecimento da doença, buscando atacar suas próprias causas (4). A prática médica se aproxima da prática policial quase que numa relação de equivalência (5): “O serviço de hygiene e de polícia, instituído para assegurar a saude publica, a vida, a honra, a propriedade e a paz, entre os

homens, na terra, não pode ficar estacionário; deve progredir e modificar-se na proporção e desenvolvimento dos povos” (6).

Assim,

Autorizada por seu caráter científico, a medicina higiênica (...) vai constituir um discurso sobre todas as instâncias da vida, invadindo a esfera das relações pessoais para moldá-las segundo os propósitos da ordem e da disciplina urbanas. Inúmeras são as estratégias desse embate: da polícia à justiça, dos médicos aos patrões (...). Elas transitam por diferentes questões e iniciativas que incidem sobre o cotidiano da vida urbana, da habitação à saúde, da sexualidade à norma familiar, do crime às mobilizações operárias, do medo das turbas e multidões ao receio à loucura, à promiscuidade, à devassidão” (7).

Durante todo o século XIX os médicos tiveram influência bastante forte sobre o discurso jurídico e concomitantemente, sobre o estudo do crime (8). Podemos arriscar dizer que a moderna criminologia nasce, justamente, deste intercruzamento entre a medicina (social, psiquiátrica, higiênica) e o direito penal ou ainda, que a criminologia, entendida como estudo do delito, surge do olhar médico sobre o delinqüente.

Este *olhar médico* sobre o crime é notório durante todo o século XIX. Contudo, dentre esses *olhares* (que se iniciam por volta do século XVIII) cabe destacar - do aspecto da criminologia - a formulação da figura do *criminoso nato* de Cesare Lombroso (9). Ainda que hoje tal idéia seja refutada definitivamente, a formulação do *criminoso nato* é merecedora de destaque dado que revoluciona a criminologia: a idéia de ocupar-se mais do criminoso do que propriamente do crime.

Lombroso, através da medição da capacidade craniana de *homens normais* e de delinqüentes, publica em 1876 sua obra **L’Uomo Delinquente**, onde propõe a existência de uma predisposição natural para o crime em determinados indivíduos, caracterizando-se assim como um tipo antropológico específico (10). E busca ainda, mostrar que as tendências dos criminosos se revelam desde a primeira infância:

O comportamento, como a estrutura anormal do criminoso nato, seria o fruto mórbido de um processo de degenerescência caracterizado por uma interrupção do desenvolvimento no estágio infantil. (...) para Lombroso os germes da loucura moral e do crime se encontram de maneira normal na criança (...). Mas a criança é perfectível, e o mundo civilizado, ao inculcar-lhe a noção do bem e do mal, desconhecida dos

povos selvagens, pulveriza nela os vestígios do atavismo que, em outras circunstâncias, teriam feito dela um primitivo sanguinário (...) (11)

Anos mais tarde, Lombroso propõe uma *nosologia do crime*. Segundo ele existem dois grandes tipos de criminalidade: uma criminalidade decorrente de anomalias orgânicas e outra decorrente de causas externas ao organismo. Enquanto esta procede de influências sociais, morais, climáticas e dietéticas, a criminalidade decorrente de anomalias orgânicas compreende a totalidade de *criminosos natos* (epilépticos, loucos morais e degenerados) (12).

Desprende-se dessa nosologia uma preocupação em conhecer o criminoso em profundidade, para além do próprio crime. Essa maneira de conceber a criminologia - a partir do estudo do criminoso - proposta por Lombroso, vai revolucionar os estudos que procedem suas concepções. Surge a partir daí uma especial atenção - que não estava até então muita explícita em Lombroso - em entender o delinqüente em seu próprio meio e a partir de sua própria constituição social e antropológica (mais que biológica ou psicologicamente).

As idéias de Lombroso sobre o *criminoso nato* apoiavam-se, entre outras concepções, na *teoria da degenerescência*, elaborada por Morel nos finais dos anos 1850. Considerado como um “referencial teórico que permitiu o enfrentamento das hostes da indisciplina” na segunda metade do século XIX (13), a teoria de degenerescência acreditava que “a espécie humana se perpetuaria a partir de um tipo primitivo ideal que conteria o conjunto dos elementos da continuidade da raça, e qualquer desvio desse esquema corresponderia a uma degenerescência de nossa natureza” (14).

Assim, “(...) sob a influência de nocividade diversas, de origem patológica (...) ou social (industrialização, urbanização, pauperismo, desregramento de costumes, alcoolismo, tabagismo), as forças do mal preponderariam doravante sobre as forças do bem, e a



humanidade sofredora, já no declive da degenerescência, não teria nada mais a oferecer além de uma grande quantidade de frutos secos, (...) (15).

Segundo o próprio formulador da teoria, o médico - alienista Morel, as naturezas criminosas

(...) são indefiníveis, se remontarmos às suas verdadeiras origens. Os indivíduos nascidos dessas condições fatais assinalam-se desde cedo pela depravação de suas tendências. São bizarros, irritáveis, violentos, suportando dificilmente o freio da disciplina e mostrando-se, na maioria dos casos, refratários a toda educação. Eles entregam-se instintivamente ao mal (...). Do ponto de vista físico, têm uma constituição franzina e débil. Sua estatura é pouco elevada, suas cabeças pequenas e mal conformadas, a frequência e a gravidade das convulsões da infância, nestes seres degenerados, produzem o estrabismo ou as deformidades (...) Muitos são incapazes de reproduzir-se. Em outras circunstâncias, enfim, bem mais numerosa do que se poderia imaginar, juntam-se àquelas que recebem a punição das leis e aumentam a população das prisões (...) (16).

A teoria da degenerescência transforma-se assim, num fator de repressão e controle social (uma espécie de suporte teórico), uma vez que *manifestações de degenerescência* são identificadas a partir das chamadas práticas anti-sociais como a vagabundagem e a prostituição, por exemplo (17). Vadios são identificados como degenerados: herdeiros da degenerescência e simultaneamente, motivadores da mesma degenerescência:

“(...) degenerescência hereditária por efeito de uma *seleção regressiva*, que faria perder ao homem as suas melhores qualidades, productos de uma lenta evolução, reconduzindo-o moralmente ao grau de inferioridade d’onde se elevava.

Isto procede das uniões sexuais de indivíduos debeis, neuroticos, doentes ou aviltados pela extrema miséria e pela excessiva ignorancia; familias se formam assim, desmoralizadas e abjectas, que se propagam e que a seu turno se conjugam até que dentro da raça uma sub-raça se forma de qualidade inferiores (18).

Apesar das contestações que encontrou desde as primeiras publicações de suas formulações, Lombroso - partindo da teoria da degenerescência para a caracterização de seu *criminoso nato* - vai ganhar notoriedade e discípulos no mundo todo. A partir das suas observações, funda-se a *Antropologia Criminal*, “iniciando o estudo antropológico do homem criminoso, visando uma explicação causal de seu comportamento anti-social” (19). A importância que sobrevem dessa nova postura em relação ao estudo do delito e da delinquência é bastante grande: a partir do momento que se busca entender o delito pelo viés

do autor do delito (seja através da constituição biológica, psicológica, social ou antropológica do delinqüente) e não somente pelo próprio fato delituoso, elabora-se, mesmo, um novo conceito de crime e conseqüentemente, outras explicações de suas causas e estratégias de prevenção. Donde a mendicância e a vadiagem tornar-se-ão objeto de constantes estudos e observações.

Também a partir desse novo conceito de crime, ou dessa nova abordagem sobre o crime, têm-se toda uma rediscussão sobre o Direito Penal e inevitavelmente, da responsabilidade penal e da penologia.

Com as formulações de Lombroso e discípulos - e aí destacam-se necessariamente os juristas italianos Garofalo e Enrico Ferri - os preceitos do Direito Penal Clássico formulado principalmente por Beccaria se vêem abaladas: entendiam os lombrosianos que a Escola Clássica, e conseqüentemente toda *justiça* que se praticava até então, centrava-se no delito, entendendo-o como uma entidade abstrata e esquecendo-se do essencial, ou seja, a própria personalidade do delinqüente.

Fundando-se sobre a noção do livre-arbítrio, o Direito Clássico, considerado *metafísico* pelos seus críticos *positivos*, considerava o crime uma infração e a pena, conseqüentemente, uma forma de repressão. O homem é moralmente responsável por seus atos. Logo, no caso da infração, deve ser inculcado (20). Por seu turno, para Lombroso e toda a Escola Positiva, o crime por ser um a ação anti-social, revela a temibilidade do criminoso. Por outro lado, a pena passa a ser uma forma de correção, de intimidação do próprio criminoso e/ou dos possíveis criminosos (21).

Contudo, a Escola Positiva, ainda que resultado do trabalho de Lombroso em caracterizar o criminoso antes do próprio crime, apresentava divergências em seu interior. Desde que desenvolveu suas idéias, Lombroso se deparou com resistências. Destas

resistências nasce uma outra corrente no estudo do criminoso, a chamada *Escola Crítica* (22). Enquanto Lombroso, Ferri, Garofalo, Ingenieros (na Argentina) ou Nina Rodrigues (no Brasil), entendiam o criminoso como “um ser anômalo, tarado de nascença para a possibilidade de delinquir, sobre o qual, além dos factores intrínsecos (antropológicos), exercem influencia os extrínsecos, do meio físico” (23), para a *Escola Crítica* “... o criminoso é um producto de condições sociaes defeituosas: a sociedade tem os criminosos que merece; os degenerados e susceptíveis que ela faz, mais facilmente se impressionam ás causas sociaes de delinquencia;(...)” (24).

Apesar das escaramuças, tanto para a *Escola Antropológica* de Lombroso, quanto para a *Escola Crítica* ou *sociológica*, é fundamental a dissecação do criminoso. Ambas as correntes entendem o crime como uma ação anti-social e buscam entender suas causas e modos de prevenção. Curiosamente convergem para a questão da mendicância e da vadiagem: concordam que as formas de negação ao trabalho representam um viveiro de criminosos, uma das principais fontes de criminalidade e que, portanto, deve ser reprimida e prevenida.

Mesmo que não se constitua em novidade a concepção de mendicância e vadiagem nestes termos, é interessante que se observe que, a partir deste momento, as formas de delinquência e criminalidade passam a ser medicalizadas. A repressão ao delinquente, e aí se incluem vadios e mendigos, se imiscui de aspectos cientificistas.

Assim como os microbios, infimos seres de uma textura rudimentar, se insinuam nos mais elevados organismos e n'elles vivem parasitariamente, nutrimdo-se dos seus elementos, roubando-lhes as energias, produzindo-lhes doenças e muitas vezes a morte, também os delinquentes, espiritos inferiores, irrompem nas mais cultas sociedades, haurindo-lhes as forças, perturbando-lhes as funções, collocando-as em permanente sobressalto.

O colera, a raiva, a gripe, a febre amarella, o carbunculo, dezenas d'outros flagellos denunciam a presença do inimigo biologico; o assassinato, o roubo, o incendio, o estupro, a calumnia, dezenas d'outros males revelam a existencia do inimigo social. (...) O que fez a medicina em face dos microbios? Sciencia positiva e experimental, fez obra de observação e de pratica: estudou-os na sua textura, nos seus movimentos, nos seus costumes; isolou-os; indagou os meios que lhes são favoraveis ou funestos; cultivou-os; classificou-os; e assim armada de conhecimentos uteis, iniciou contra elles um duro combate, sob as fórmulas de prophylaxia e de therapeutica (25).

Além de apontar para a importância das teorias microbianas, fruto das descobertas de Pasteur, o Dr. Julio de Mattos, autor da citação acima e Director do Hospital de Alienados Miguel Bombarda além de Sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e Membro da Sociedade Médico-Psychologica de Paris, chama atenção para a necessidade do *saneamento social*. Prefaciando, em 1893, a tradução portuguesa da obra mestra do ilustre condiscípulo de Lombroso, Garofalo (escrita originalmente em 1885), o alienista português insiste na representação do delinquente concebido como um parasita, ou, agora, um micróbio. Um “infimo organismo”, um “espírito inferior”, que acaba por exaurir as forças sociais. Recorrente na bibliografia do período, a imagem dos *desclassificados* (26) como *parasitas* pode ser explicada, em parte, pela própria influência das ciências naturais na formulação das ciências sociais (principalmente pelo aspecto do *observacional* e do *empírico/experimental*), durante o século XIX. Proveniente da biologia e da medicina, tal concepção aparecerá nos discursos jurídicos e sociológicos reforçando-os e reforçando a imagem do desclassificado enquanto indivíduo que se utiliza, inescrupulosamente, do trabalho de outrem, sem nada produzir para a coletividade e portanto, para o bem comum. Logo, um ser *naturalmente* anti-social.

O Dr. Julio de Mattos prossegue seus comentários - enquanto animado tradutor da Escola Positiva - criticando aqueles países (e aí inclui Brasil e Portugal) que permitem que o estudo do direito seja iniciado sem prévios conhecimentos de biologia e chama atenção ainda, e mais de uma vez, para as deficiências do direito clássico:

O que fez o classico direito penal em face dos delinquentes? Sciencia metaphysica e de conjectura, fez obra de chimera e de phantasia: não os estudou, não inquiriu da sua physio-psychologia, dos seus costumes, das suas associações; não os classificou; imaginando-os semelhantes a todos os outros homens, creou-os livres nas manifestações da sua actividade e responsaveis por ellas. Assim desarmado, o direito penal feriu com o delinquente uma lucta insensata: combateu o desconhecido. D'aqui toda a inefficacia da repressão; d'aqui o augmento da criminalidade e os progressos da reincidencia na maioria dos paizes: d'aqui, enfim, o crime tornado profissão e como tal lucrativamente explorado. (...) Se a sciencia penal, naturaldmente nascida da necessidade de armar o braço colectivo contra os que perturbam a actividade honesta, se tivessem inspirado na experiencia, e, à maneira da medicina quando

combate os microbios e as doenças que elles produzem, tivesse principiado por tomar conhecimento do que é o crime e do que são os criminosos, outros e muitos diversos dos actuaes teriam sido os resultados praticos do seu estudo (27).

A insistência do Dr. Mattos sobre a condução dada pela medicina no estudo e no combate aos micróbios torna-se elucidativa sobre a própria configuração do direito positivo, em detrimento do direito clássico, ou de uma “sciencia penal”. Elucidativo a partir do momento que levamos em conta que essa *ciência* penal nasce justamente do direito positivo, ou seja, de uma nova proposta jurídica que se inspira nos *métodos experimentais* ou *positivos* oriundos da própria medicina. Elucidativo, também, porque o direito positivo é resultado de uma nova postura frente ao *estudo do crime*, isto é, resultado de uma *Antropologia Criminal*, que nasce do olhar médico, e principalmente psiquiátrico, sobre a criminalidade e propõe uma *medicalização* do crime. Por fim, a referência à medicina, na elaboração de uma *nova criminologia*, faz-se elucidativa uma vez que o autor das referências é um psiquiatra que traduz e prefacia a obra de um jurista do *novo direito*. Logo, um divulgador exaltado da escola positiva que anuncia as idéias de um dos fundadores dessa mesma escola.

O direito positivo ou a *escola antropológica* buscando, dessa maneira, estudar o criminoso (e principalmente classificá-lo) vai exigir uma nova concepção do *crime*. Segundo Carelli, outro importante divulgador da *nova criminologia*:

O crime apparece na vida social como uma fôrma de conducta de uma classe mais ou menos numerosa de individuos, contraria inteiramente á que seguem na vida os cidadãos honestos. O criminoso deve considerar-se em relação ao organismo physico e ás leis da sociedade.

Ha uma fôrma typica do organismo humano que tende constantemente ao aperfeçoamento; - a observação demonstra como d'esta fôrma typica e da tendencia ao aperfeçoamento se desvia e affasta, quer na sua constituição intima, quer na sua configuração exterior, o organismo dos delinquentes.

Ha leis inherentes á natureza intima dos varios aggregados sociaes que se divide, no tempo e no espaço, a grande humanidade; e estas leis desenvolvem fatalmente o seu contheudo, isto é, os elementos que dão physionomia propria e faculdades de desenvolvimento ás varias sociedades humanas. É em relação a este alvo fatal, assignado ás varias collectividades, que é preciso considerar as acções dos individuos que as compõem; ora estes, ou cooperam para esse fatal desenvolvimento das leis sociaes, e são os *honestos*, ou o contrariam, e são os *delinquentes*.

Assim, ao passo que a classe dos cidadãos honestos, secundando, pelo pensamento ou pelas obras, o movimento fatal da sociedade para o seu fim, trabalho para o desenvolvimento e aperfeçoamento dos sentimentos moraes, a classe dos delinquentes embarça o trabalho d'aquella e oppõe-se ao progresso da

sociedade, quer destruindo os meios por que este se realiza, quer manifestando sentimentos contrários aos que constituem a civilização.

O critério distintivo da criminalidade não é, pois, *negativo*: a conducta não é criminoso porque se oppõe á honesta; são as leis fataes da sociedade humana e o natural caminho evolutivo d'esta que constituem o termo de comparação e distinguem as acções honestas e deshonestas, os bons cidadãos e os criminosos. (28)

Essas novas idéias acerca da noção do crime, criminalidade e criminosos, e seus desdobramentos, terão forte acolhida no Brasil. Essa recepção se faz sentir, por exemplo, a partir da influência dessas idéias sobre as faculdades de direito e medicina e consequentemente, sobre a prática dos juristas e médicos. Assim, várias gerações de juristas e médicos se formarão (e formarão outras), entre os fins do século passado e as primeiras décadas deste, embasados nos preceitos (e medições!) da *Escola Antropológica*. Dentre vários nomes, alguns já esquecidos, podemos lembrar os de Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Cândido Motta (que escreveu uma **Classificação dos Criminosos** considerada por Lombroso a obra mais perfeita no assunto), Silvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Renato Kehl, Leonídio Ribeiro como médicos e juristas que buscarão pensar o Brasil e sua população, através do instrumental propiciado pela escola italiana de criminologia ou então, em consequência das mesmas preocupações que propiciaram os estudos criminológicos como, por exemplo, a teoria da degeneração e posteriormente, a questão eugênica.

Lilia Moritz Schwarcz estudando a *questão racial* entre 1870-1930, procura mostrar, em seu trabalho **O Espetáculo das Raças**, como os médicos e bacharéis - através das revistas das faculdades de medicina (da Bahia e do Rio de Janeiro) e de direito (de Recife e São Paulo) recebem e *lêem* essas novas idéias.

Respeitada as diferenças profissionais e institucionais - que não são poucas e nem amenas - essas novas idéias, em termos gerais, propiciarão pensar a população brasileira - caracterizada pelo *problema da miscigenação* - e formular projetos sobre o destino da Nação (29).

Apregando a necessidade de se olhar o país de uma nova forma, ou seja, *com outros olhos*, a Faculdade de Direito de Recife - donde sobressai o nome de Silvio Romero - busca olhar o país de uma *maneira científica*. Acreditando ser o Brasil, ou melhor, sua população, uma *raça* em formação e sofrendo dos males da mestiçagem, os bacharéis se utilizarão do *método antropológico positivo* para explicar e, principalmente, combater, a *delinquência social do povo brasileiro*.

Buscando critérios científicos para a prática do direito e entendendo a delinquência como um “phenomeno anthropologico”, os juristas se deterão sobretudo no sujeito delinquente, antes do próprio crime. Dessa forma, através da Antropologia Criminal, torna-se possível conhecer, através das características físicas de um povo, a criminalidade, as potencialidades e os fracassos de um país. (30)

Notadamente, a Faculdade de Medicina da Bahia, inicialmente preocupada com a questão da higiene, não demorará a se interessar também, pelo problema racial. A *raça* surge como uma questão fundamental nas análises e considerações dos pesquisadores baianos e mais precisamente, “o estabelecimento das raças e a condenação da mestiçagem. Utilizando modelos social-darwinistas, esses cientistas farão uma leitura original da realidade nacional ao apontar o cruzamento como o nosso maior mal, ao condenar a hibridação das raças e sua consequente degeneração”. (31)

A partir desse momento passam a ser desenvolvidos estudos relativos a Medicina Legal e, devido a estes, a faculdade baiana passa a ter um papel de destaque no cenário nacional.

O surgimento destes estudos - ligados ao nome do prof. Nina Rodrigues (elogiado por Lombroso como seu discípulo no Novo Mundo) - utilizando-se dos ensinamentos da Escola Antropológica, se deslocam da preocupação em torno do doente/doença para se deter sobre o

criminoso. Abandonando o vocabulário estrito da medicina e se aproximando mais das falas policiais e discursos dos juizes de direito (32), estas pesquisas vão recair sobre a relação entre degeneração e criminalidade, questão esta, de extrema importância dado o próprio contexto populacional brasileiro: acreditando que a mestiçagem é responsável pela degeneração e esta pela criminalidade, os médicos baianos vão reivindicar para si, a responsabilidade no tratamento dos criminosos.(33)

Outra interessante problemática e que Schwarcz aprofunda em seu texto, é acerca da *questão eugênica*.

Presente nos periódicos da Faculdade da Bahia (Gazeta Medica da Bahia) e do Rio de Janeiro (O Brazil Medico), a *questão eugênica* pode ser entendida, em suas origens, como propiciada pelo mesmo ambiente que possibilitará o surgimento das idéias da chamada Escola Antropológica, ou seja, a teoria da degenerescência de Morel e ainda as teorias de seleção natural de Darwin.

Sir Francis Galton, considerado o fundador dos estudos sobre a eugenia, assim a caracteriza: “ciência do melhoramento do patrimônio hereditário, que, de modo algum, se limita a uniões judiciosas, mas que, no que diz respeito ao homem, se preocupa em dar, numa certa medida, às linhagens mais adaptadas ou mais bem dotadas mais oportunidades em relação àquelas que o são menos.” (34)

Buscando, dessa maneira, *a melhoria do patrimônio hereditário do homem*, caracterizada como “uma verdadeira zootecnia humana” (35), a eugenia terá ótima recepção nos meios médicos brasileiros, principalmente a partir dos anos 20, transformando-se num “ideal de esperança” para esses profissionais. Num país caracterizado pela degeneração, motivada pela *mestiçagem da raça*, a eugenia será vista como uma possibilidade de *regeneração*, um elemento ou um fator de *ressurgimento* da raça. Nossos médicos se



outorgavam ao direito de *cuidar da raça*, sanando-a do mal da miscigenação e da degeneração.

Em Curitiba, o Dr. João Cândido Ferreira, professor de clínica médica da Faculdade de Medicina do Paraná numa conferência apresentada no Teatro Guaíra em 25 de fevereiro de 1923, na qual buscava “não se elevar tão alto nas azas da sciencia, o que o povo não a pudesse compreender; nem baixar tanto o seu nível, de forma a enfastiar a parte letrada dos ouvintes”, caracterizava o “problema da Eugenia”, como um problema de “aperfeiçoamento da raça”. (36)

Anos se ocupando em estudar os “grandes flagellos, que mais damnos causam á especie humana”, ou os “factores maximos da decadencia e do abastardamento da raça” (37), o prof. João Cândido chega à eugenia procurando estudar “os factores que trazem: - a saude do individuo, a felicidade do lar e a grandeza da Patria” (38): “Os trabalhos anteriores representam apenas o delineamento de uma grande fabrica, da qual este opusculo é o remate; obreiros da palavra, com outra capacidade, levarão a effeito o magestoso templo da nova era e do qual a **Eugenia** será ainda o zimborio refulgente”. (39)

Na visão do médico-conferencista, os fatores e preceitos da eugenia - que andam “malbaratados” e, até mesmo, esquecidos, “quando deviam ser acceitos e cumpridos como verdadeiros dogmas” pois “visam melhorar a raça, physica e moralmente”- se constituem “no estudo e na prática da educação physica, da alimentação sufficiente, da hereditariedade, das intoxicações euphoricas, da prophylaxia e da therapeutica”. (40)

Comentando a hereditariedade como fator eugênico, João Cândido parece se aproximar, ainda que não nomeadamente, da *questão da degeneração*:

A herança é uma lei biologica que rege os seres os mais simples, os vegetaes cellulares, como os mais aperfeiçoados individuos. Os seres vivos não transmittem somente suas propriedades anatomicas e physiologicas, seu modo de viver; transmittem igualmente sua maneira de ficar doente.  
A herança pathologica é um facto que ninguem ousa contestar.

Ora os filhos herdam a mesma molestia do progenitor, assim um syphilitico póde procrear um syphilitico; ora herdam apenas a predisposição, assim um tuberculoso póde transmittir apenas o terreno preparado para o contagio; ora herdam um estado pathologico sem conexão, á primeira vista, com o que soffre o progenitor, assim, o mesmo syphilitico póde dar nascimento a uma affecção assaz differente, como a tabes e a paralyia geral. (41)

Esse *poder da hereditariedade* pode bem ser percebido nas “intoxicações euphoricas”: “O filho do alcoolista ou soffre de eclampsia, de imbecilidade, de idiotia, ou de epilepsia, ou é um criminoso, um vagabundo e quasi sempre bebedor como o pai (...) Se o alcoolista lega á prole tantos males e a torna degenerada, se as molestias infectuosas, como a syphilis, tuberculose, lepra, etc., são transmittidas aos descendentes, abastardando a raça, porque motivo não se prohibe o casamento desses individuos? (42)

Dessa forma, para o professor da Faculdade de Medicina do Paraná, bem como para vários outros médicos e eugenistas Brasil afora, o “controle” sobre o casamento - através do exame pré-nupcial, e da conseqüente proibição do casamento de individuos doentes e degenerados, responsáveis por futuras gerações debilitadas, representa uma solução - *eugênica* - para sanar o problema da hereditariedade doentia.

Mesmo porque, segundo nosso médico:

É preciso que assim seja, já que as estatísticas, principalmente americanas, demonstra um facto que muita gente ignora e que parece inverosimil: os seres defeituosos são mais prolificos que os normaes, isto é, os nascimentos dos individuos doentes, degenerados, tarados, são superiores aos dos individuos normaes e sãos.

Se os ensinamentos da nova era e grande sciencia forem postos em pratica com devotamento e criterio, os governos não terão mais necessidade de despende essas sommas fabulosas, em internar e asyalar doentes e criminosos. (43)

Se o cumprimento dos ensinamentos eugênicos é a possibilidade de sanar e aperfeiçoar a raça, “a inobservância dos preceitos eugênicos leva à incongruências de todos os quilates”:

Se a autoridade policial prende o individuo que atenta contra a vida de seu semelhante e o Juiz condemna-o á reclusão, por ter deixado seu contendor apenas desfigurado; porque motivo não deve soffrer um castigo severo, aquelle que estando atacado de molestia contagiosa, hereditaria ou degradante contráe nupcias, passa sua doença á esposa e vae procrear filhos doentes e degenerados?

Se a policia não consente que um cidadão qualquer armado de punhal ameace os transeuntes, desarma-o e recolhe-o ao xadrez, porque motivo se deve consentir que um alcoolista inverteado se case e tenha uma rédua de filhos, composta de imbecis, vagabundos, criminosos, bebedos como o progenitor e todos prejudiciaes á sociedade? (...)

Será que as auctoridades são destinadas a proteger o individuo, mesmo contra a pureza da raça?

Será que o individuo desperta maior interesse e desvelo que a especie? (44)

Acima de tudo confiante, o Dr. Cândido diz acreditar que chegará um dia, não longe daquele fevereiro de 1923, em que a eugenia, conquistando espíritos e avassalando consciências, criará um novo mundo, repleto de encantos e alegrias. Contudo, volve os olhos para nossa Pátria, e pergunta: “- Porque o Brasil, o mais bello e invejavel paiz do mundo, pela magnificiencia de suas florestas, pelo esplendor de seus campos, pela feracidade de seu solo não ha de abrigar o povo mais robusto, mais sadio, mais alegre e feliz do Universo?” (45)

Dizendo não compreender como um país tão vasto, com um céu tão belo e natureza tão luxuriante e sorridente, pode criar homens tão fracos, doentes, desalentados e tristes, o médico - e também membro do Centro e Academia de Letras do Paraná - recusa a caracterização do brasileiro como um “tipo inferior” ou um “indivíduo degenerado”. O brasileiro - “producto do cruzamento de tres troncos principaes e do caldeamento de outros sangues” - representado pelo “caboclo” - é forte, ousado, patriota e inteligente, isso quando a “moléstia não contamina seu sangue, nem deteriora seu corpo.” O que explicaria “tanto desanimo, tanta indiferença, tanta ausencia de grandes e nobres ambições, tanta falta de ideal, por essa vastidão de nosso sólo?”

João Cândido estima que 80% da população brasileira é doente e analfabeta e aí, estaria a explicação para a “falta de animo e ideal.”

Somados à ignorância - “densa escuridão” - dos analfabetos, a verminose, a “syphilis, a tuberculose e o alcool” se caracterizam como os flagelos que, reunidos, “degeneram e abastardam a estirpe brasileira”.

Cultuando a eugenia, o insigne professor aponta o remédio para tantos males, a própria panacéia:

Temol-o ao alcance de nossas mãos e de efficacia segura - é o saneamento rural, é a proibição do alcool e mais venenos euphoricos, é a prophylaxia das molestias evitaveis, é o exame pre-nupcial, é a cultura physica: enfim a observancia dos preceitos da Eugenia. A obra galtoniana do saneamento e da prophylaxia já começou fremente e vae proseguindo impavida; as outras, virão muito breve e esse colosso, que é nosso orgulho, não causará pasmo somente pela vastidão e esplendor de seu territorio

mas, principalmente, pelo vigor e intelligencia de seus filhos, que serão sadios, alegres, bellos e felizes. (46)

Amparando-se pelos mesmos ideais e preceitos, o Dr. Jorge Lacerda, proferindo a oração na solenidade de colação de grau dos médicos da Faculdade de Medicina do Paraná em 1937, diz ser a população brasileira composta por 70% de doentes, além dos analfabetos. Verminoses, tuberculose, leishmaniose, sífilis, tracoma, lepra, disenteria, sub-alimentação, o uso do álcool causando a distrofia elastopática, as espantosas cifras da mortalidade infantil, são, entre outras, as moléstias que flagelam o corpo dos patricios e agravam o estado de “disgenesia nacional”.

O Brasil está exigindo, (...), uma legião de sanitaristas. Os médicos não poderão alienar as suas responsabilidades. Cabe-lhes, em colaboração com um Estado verdadeiramente forte, que solucione as questões vitais da Pátria, promover a libertação sanitária do brasileiro, aproximando-o do verdadeiro tipo humano, normal ideal, se possível, que deve encerrar em si as quatro harmonias biológicas de Pende: “a beleza, que é harmonia das formas; a saúde, que é harmonia das funções; a bondade, que é harmonia dos sentimentos; e a sabedoria, que é a harmonia da inteligência!” (47)

O jovem médico acredita que, além de “uma legião de sanitaristas”, o Brasil exige a intervenção da mocidade pois - enquanto os médicos representam “apóstolos da sociedade” - o país confia na sua mocidade, nos seus “soldados do Brasil”: “O Brasil confia na mocidade, pois, quando o cataclisma corruptor dos caracteres devasta a sociedade, são sempre os moços que fulguram ainda, como nas cruciantes sêcas nordestinas, com a punjança soberba e eterna das oiticicas e dos joazeiros sempre verdes.” (48)

Com um discurso notadamente nacionalista, o orador pergunta: “Quem não houve o Brasil a levantar sua voz aos médicos pedindo-lhes que se façam os propugnadores da eugeniização da raça?” (49). Aos médicos - “batalhadores da eugeniização nacional, sacerdotes do bem, apóstolos da caridade e voluntários da dôr” - cabe a “redenção sanitária das cidades e dos sertões”.

*Cumpra ao médico laborar no sentido de ser criada uma consciência eugênica nacional: O saneamento do sólo pátrio e a eugeniização da raça constituem uma exigência económica do país! O combate aos fatores disgênicos e a profilaxia das causas da degeneração racial afirmam-se como imperativo da honra e da dignidade do Brasil. (50)*

Contudo, nessa missão *de cura da raça*, que exigia novos espaços de atuação social, nem todos os elementos que constituem a população podem ser *salvos* ou regenerados. Para alguns médicos, porém, os degenerados desapareceriam naturalmente, *darwinianamente*; para outros doutores a melhor solução seria a esterilização:

Si fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande roda do progresso de um lado e do bem estar e de outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asylos; os mendigos que perambulam pelas ruas... os amoraes, os loucos; a prole de gente inutil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça... A porcentagem desses ultimos é verdadeiramente apavorante... Os medicos e eugenistas convencidos desta triste realidade procuram a solução para esse problema e de como evitar esse processo de degeneração... é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos... Após a guerra às epidemias as reformas medico-sociais e eugenicas entram em efervescência... Com esses exemplos chego a seguinte conclusão eugênica: a esterilização fará desaparecer os elementos cacoplotos da especie humana, ou melhor a sua proporção será reduzida, mas não se garante a perfeição, só conseguida com um processo *eugenico*. (51)

Conclusão semelhante é a do prof. Toledo Piza Jr., publicada no jornal curitibano *O*

**Dia de 10 de janeiro de 1934:**

A eugenia pretende “melhorar” o homem (...).

Por conseguinte, quando se fala que a eugenia pretende modificar biologicamente o homem, isso apenas significa que ela, opondo-se a determinadas uniões visa impedir o encontro de certos gens recessivos responsaveis por um sem numero de taras somato-psiquicas, os quais, afogados numa heterozigose indefinida, acabarão seguramente por desaparecer, esterilizando os degenerados e criminosos pertencentes a familias em que os mesmos vícios e degenerações se repetem intenta a Eugenia destruir nas entranhas de cada um, milhões e milhões de sementes ferteis que viriam disseminar a miseria, a doença e o delito; favorecendo as uniões de sadios e bem dotados, almeja a Eugenia a melhoria social do homem. Melhorar o homem para a sociedade, significa melhorar a sociedade para o homem. Eis aí o verdadeiro objetivo da ciencia de Galton (...). (52)

Ainda que no Brasil a esterilização dos degenerados não tenha acontecido - ao contrário do que se sucedeu em alguns países da Europa (53) - a eugenia aparecerá por aqui, viva e presente com a Constituição de 1934. Além das restrições na entrada de imigrantes (dadas as garantias da integração étnica e capacidade física e civil dos mesmos), ficavam a União, Estados e Municípios incumbidos de “estimular a educação eugenica”. No mesmo artigo (n. 138), precedendo o estímulo à educação eugênica, ficavam a União, Estados e Municípios incumbidos de assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais. (54)

A eugenia aparece como uma possibilidade de controle sobre as camadas anti-sociais, agora nomeadamente, “indesejáveis”. Um discurso autoritário e cientificamente elaborado, que recai sobre doentes e delinquentes (ainda que apenas supostos): de loucos a deficientes físicos; de criminosos à prostitutas; de mendigos à imigrantes *indesejáveis*; de vagabundos a alcoólatras, entre tantos de uma extensa lista.

A questão eugênica se aproxima assim de vagabundos e mendigos ou, mais objetivamente, da repressão à vagabundos e mendigos: além de se caracterizar como discurso que tenta saná-los, tanto a eugenia quanto a repressão aos não-trabalhadores serão concebidos como formas de prevenção da criminalidade. (55)

## 2.2 CLASSIFICANDO VADIOS E MENDIGOS : A VADIAGEM E A MENDICÂNCIA COMO UM OBJETO DE ESTUDO

Como já foi dito, a preocupação com o sujeito delinquente mais do que com a própria delinquência, leva a uma redefinição do conceito de crime e, conseqüentemente, de sua prevenção, repressão e penalidades.

Partindo das asserções da criminologia positiva - que entende a delinquência/crime como uma ação anti-social e delinquentes/criminosos como seres *anti-sociais* - os médicos, os psiquiatras e os juristas não medirão esforços nas caracterizações e classificações dos delinquentes e das causas da criminalidade visando assim, acima de tudo, a *defesa da sociedade*: “Não só existe um crime natural, mas existem criminosos por natureza. A consciencia não faz senão estudar o phenomeno e applicar os resultados d’esse estudo á necessidade de tutelar a paz social e o melhoramento da raça humana.” (56).

Entendendo vadios e mendigos como seres anti-sociais ou *associais* - dada sua “*instabilidade* instintiva (necessidade funcional de variar)”, sua “imoralidade (carência de

sentimentos dos valores ético-sociais)” e ainda, sua “*pouca alegria no trabalho* (incapacidade para viver a alegria do empreendimento e do êxito do trabalho)” (57) - a criminologia tenderá a explicá-los apontando para a necessidade da sociedade prevenir-se desses *males*, remediando-os. Contudo, as explicações acerca dessas práticas anti-sociais nem sempre chegam a um consenso, causando divergência entre os estudiosos. Essas divergências se iniciam com as explicações sobre as próprias, e supostas, causas da negação ao trabalho. Se para alguns o problema é causado por razões de *ordem econômica*, para outros o problema é meramente psicológico, associado, por exemplo, ao irresistível desejo da deambulação. Contudo, parece haver um consenso em torno da idéia da mendicância e da vadiagem como um fenômeno de patologia social: estado, este, que deve ser tratado ou prevenido buscando-se com isso a garantia da ordem e da tranquilidade social.

Ainda que não consideradas um crime em si - mas “ocasiões de criminalidade” (58), isto é, que podem gerar ou levar a criminalidade - a vadiagem e a mendicância, ou melhor, as noções acerca destas (assim como sobre os demais fenômenos de criminalidade), parecem deixar entrever as obsessões da época em que estas mesmas noções foram elaboradas. Aproximando vadios e mendigos dos alcoólatras, prostitutas e menores abandonados, serão estes, insuspeitadamente, os elementos (portas de entrada) profícuos à criminalidade, seja pela sua não ocupação, seja pela sua falta de domicílio fixo ou por seu apego ao deambular. Enfim, se não representam um perigo imediato - pois se constituem num perigo menor se comparados aos criminosos - a *praga social* que representam é grande. (59). De uma certa forma tal praga poderia, talvez, ser explicada recorrendo-se aos instrumentos da psicopatologia. O psiquiatra austríaco, Dr. Benedikt, partindo dos estigmas lombrosianos, *descobre* em 1891 o “vagabundo nato”:

Há um fato incontestável, existem indivíduos, e também raças inteiras, nos quais a vagabundagem é congênita. Essa particularidade salta aos olhos em quaisquer condições, mesmo as mais desfavoráveis à

sua evolução. A principal causa é a neurastenia física, moral e intelectual, que coloca os doentes na impossibilidade de ganharem a vida com o trabalho. (60)

Benedikt, todavia, parece querer ir mais longe com sua “neurastenia”. O psiquiatra austríaco, referindo-se às práticas delituosas, concebe-as a partir das suas condições patológicas. Assim, os delitos têm em sua origem uma neurastenia física, moral ou estética, congênita ou adquirida, que produzem delinqüentes profissionais, delinqüentes por enfermidade, por intoxicação ou ainda degenerados. (61)

Enrico Ferri, um dos maiores representantes do direito positivo, por sua vez, parece discordar da explicação da neurastenia na origem dos delitos. Considerando uma idéia por demais vaga, o jurista contudo, parece concordar com a relação estabelecida entre neurastenia e a vagabundagem: “La hipótesis de Benedikt sólo se aplica por completo a la categoría de los vagabundos por neurastenia física, en los cuales se habia observado desde hace largo tiempo la debilidad orgánica que les hace incapaces de todo trabajo y prolongado. (62)

Mais precisamente para Ferri, a neurastenia responsável pela vagabundagem e que leva a uma “invencível repugnância a todo trabalho metódico” representa apenas um aspecto dentro do fenômeno da vadiagem. Por ser esta um fenômeno de patologia social, constituir-se-ia de uma tríade de fatores: antropológicos (donde sobressai a própria neurastenia, bem como “formas patológicas do automatismo deambulatório”); físicos (sobretudo nos climas aprazíveis que tornam a vida, a alimentação e o sono mais fáceis) e, por fim, sociais (relação emprego/desemprego). (63)

Ainda sobre a relação do não-trabalho com a criminalidade, os juristas partidários do direito positivo são unânimes. Tanto Ferri quanto Garofalo concordam com a estreita relação entre vagabundagem e criminalidade. Para Ferri “a vagancia más o menos acompañada de mendicidad es una abundante vena de delitos, que constituye una zona intermediaria entre la



holganza y la criminalidad.” Ou, “si la criminalidad es el reflejo de las condiciones sociales y sobre todo de las condiciones económicas, la vagancia es su reflejo inmediato (64). Garofalo, para quem

o crime não é senão a violação da parte menos delicada e mais comum dos sentimentos moraes de piedade e probidade (...). Porque é em maior ou menor grau privado d'estas duas ordens de sentimentos, que formam o senso moral elementar do homem civilisado, é que o delinquente não encontra dentro de si elementos inhibitorios contra as tendencias a lesar a vida e a propriedade d'outrem.” (65)

caracterizando os seus “ladrões ocasionais” refere-se à vagabundagem, ou a tendência a esta, como fator causal, ainda que não seja o único, na origem destes delinquentes e conclui:

N'estes casos [ ladrões motivados por ociosidade ou vagabundagem], qualquer que seja a natureza do furto, deveria sempre fazer-se uma experiência, consistindo em collocar o réu em *companhias de trabalho*, em logares isolados onde houvesse estabelecimentos industriaes e obras publicas, com um salario não inferior ao dos operarios livres mas do qual se deduziria o preciso para satisfazer a multa ao Estado e a indemnidade do offendido. O condemnado não teria direito a sustentação gratuita, que hoje tem como um verdadeiro privilegio, mas seria forçado a ganhá-la, trabalhando. O ocioso teria diante de si a alternativa de trabalhar ou morrer de fome. Além d'isso, não seria predeterminada a duração da pena, mas estabelecida pelo facto de ter o ocioso adquirido realmente o *hábito do trabalho* [sem grifo no original] (66)

Adquirir o hábito do trabalho. Deixar de ser ocioso. Trabalhar ou morrer de fome.

Garofalo a partir dessas asseverações e concordante com todo direito positivo, propõe a “substituição das penas” e nos aponta assim para uma das questões mais contundentes na crítica ao velho direito clássico.

Afrontando o direito clássico e principalmente seus princípios de penalidades - que se galgam na concepção do “livre-arbítrio” ou na noção de “responsabilidade moral” e que portanto, penalizam o homem como ser responsável de seus atos (que age por livre e espontânea vontade) - o direito positivo propõe a substituição dessas concepções pela noção de “temibilidade”. Segundo este conceito a responsabilidade do delinquente - antes de moral - deve ser pensada a partir do *dano* que ele pode causar à sociedade. Este *dano*, ou melhor ainda, a “temibilidade” do delinquente é *calculada* com base nos estudos da antropologia criminal, isto é, através das categorizações e classificações dos criminosos.

Esta noção da “temibilidade” determina a punição. A proposta da eliminação física, no direito positivo, fica restrita ao criminoso nato. Depois desta, temos como penalidades que vão do internamento em manicômios até a deportação transoceânica ou, ainda, a reclusão nas colônias operárias e agrícolas. Com relação a durabilidade da pena, esta deve ser fixada a posteriori, de acordo com o comportamento do condenado. Sendo a pena uma medida de *defesa social*, deve ser imputado ao delinquente, segundo Garofalo, o pagamento de uma dupla indenização: ao Estado e a “indenidade do offendido”, isto é, à parte diretamente lesada. (67)

Esse interessante sistema de substituição das penas, que implica em penas indenizatórias e sem pré-fixação de durabilidade, parece também ser seguido por Ferri. Substituindo a noção clássica de *responsabilidade moral* pela noção de *responsabilidade social*, propõe uma Sociologia Criminal, em substituição ao próprio Direito Penal:

É impossível separar o crime do criminoso (...) Ora, o que faz o juiz? Diante dele existe uma balança; num dos pratos ele põe o crime, no outro a pena; hesita, tira de um lado, aumenta de outro, medindo aproximadamente a faculdade de adaptação social do culpado.

Mas a partir do momento em que se pronunciou a sentença, o juiz não se preocupa mais em saber se o condenado não reincidirá no erro logo após o cumprimento da pena. O que sabe ele sobre a aplicação da pena e sobre o efeito que produz no culpado a privação da liberdade?

Quando um prisioneiro se corrige após dez anos, de prisão, deveria suportar ainda mais dez anos, enquanto um outro é libertado ao cabo de cinco anos, quando, na verdade, deveria permanecer na prisão? O crime é como a doença: o remédio deve ser apropriado ao doente: cabe à antropologia criminal determinar em que medida ele deve ser aplicado. O que diríamos de um médico que, parando na porta de uma enfermaria, dissesse aos doentes que lhe fossem apresentados: Pneumonia? Xarope de ruibarbo por quinze dias! Tifo? Xarope de ruibarbo por um mês! E depois, passado esse tempo, os mandasse embora, curados ou não? (68)

Segundo Ferri devem ser investigadas, e conhecidas, as condições sociais a que geralmente mais se atribuem influência sobre a criminalidade; os fatores criminais “resultantes do meio social em que vive o delinquente.” (69)

De acordo com o jurista, o conhecimento sobre as causas criminais permitem a elaboração de meios preventivos ou de “higiene social” que, por sua vez, equivalem a “substitutivos penas”, evitando crimes e consequentemente, a aplicação das penas. Deve o

legislador “examinar as instituições, costumes e preconceitos de um povo que não origem [sic] de criminalidade e com especiaes providencias removel-os ou tornal-os menos intensos.”(70)

Assim quer nosso autor, que “ao organismo social se dê, sob o ponto de vista legislativo, economico, politico, civil, administrativo e penal, um arranjo de natureza a que a actividade humana seja continua e indirectamente guiada por caminhos não criminosos, offerecendo livre expansão ás energias e ás necessidades individuaes, contrariando-as o menos possivel, e diminuindo as tentações e as occasiões de delinquir.” (71). A partir daí, Ferri aponta os *arranjos* que evitam a criminalidade. Por exemplo: arranjos de origem econômica - a *livre troca* evita crimes contra a propriedade; a *distribuição de lenha*, durante o inverno, diminui os furtos campestres; as *grandes obras públicas*, possibilitando trabalho aos indigentes em tempos difíceis, reduz a criminalidade. (72)

N’uma palavra, (...), deverá o legislador, conformando-se com as lições da experiencia scientifica, convencer-se de que, para impedir a onda dos crimes, importam muito mais do que o Codigo Penal, as reformas sociaes. O legislador, a quem compete manter em saude o corpo social, deve imitar o medico a quem cabe velar pela saude do individuo: recorrer o menos possivel e só nos casos extremos ás medidas chirurgicas violentas, confiar limitadamente na efficacia, por demais problematica, dos preparados pharmaceuticos e lançar mão dos meios seguros e continuos da hygiene.” (73)

Raffaele Garofalo discorda de Ferri nesta proposta, dada a sua abrangência, para ação dos legisladores contra a criminalidade (ou porque estão fora da “órbita do Estado” ou porque uma “sã política” desaconselha certas intervenções):

As providências legislativas contra o crime não podem referir-se senão a uma boa policia, a uma boa administração da justiça, e a promover indirectamente a educação moral do povo, difficultando o aumento de habitos viciosos que são de ordinario causas criminogenes.

Sobre estes habitos não podem incidir *directamente* as leis, a não ser nos casos muito especiaes do porte de amias, das tavernas, das casas de jogo e pouco mais. Fora d’esta área, não poderia aconselhar-se ao governo uma intervenção muito grande e insistente no exercicio dos direitos individuaes; essa intervenção, embora feita no louvavel intuito de prevenir os crimes, traduzir-se-hia por uma incomportavel violação da liberdade, causa de novas revoltas.

Escolas dirigidas por professores inteligentes e moraes; instituição de asylos educativos, de estabelecimentos agricolas para creanças pobres ou abandonadas; prohibição de publicações e espectaculos deshonestos; impedimento á juventude de assistir ás sessões criminaes; restricção á liberdade de crear casas d’hospedes; prohibição da ociosidade [sem grifo no original]; vigilancia sobre individuos suspeitos; boas leis civis; administração rapida e barata da justiça - taes são os meios de prevenir o delicto, que estão dentro da acção de um governo liberal n’um paiz moderno.” (74)

Perceba-se que Garofalo chama atenção para o perigo da intervenção do governo, no exercício dos direitos individuais, pois tal intervenção poderia causar a violação da liberdade individual. Contudo, pelo contrário, tal observação não é incompatível com a repressão à ociosidade e à vigilância sobre indivíduos suspeitos, mecanismos estes, clamados pelo autor como meios, num governo liberal, de se prevenir delitos.

Garofalo - que propõe o internamento em companhias de trabalho, visando a aquisição do *habito do trabalho* (como a punição nos casos de furtos provocados por vagabundagem) - propõe, também, o *trabalho* para os casos dos “menores levados ao furto ou a crimes analogos pelos *maus exemplos da familia ou dos companheiros*.” E cita um obscuro D’Olivecrona: “Para emendar os menores depravados não ha meio melhor que o trabalho com uma severa disciplina; e na escolha dos trabalhos, não ha melhor que o trabalho agricola. O ar livre robustece-os, e a ordem regulamentar condul-os ao *amor ao trabalho*, e as habitos tranquillos. Um espirito são n’um copo são e vigoroso, tal é o resultado que devemos procurar.”(75)

Para Garofalo, a assiduidade ao trabalho, concomitante a maioridade do interno, regularia o *tempo da pena*: “O tempo da coerção *não deveria ser predeterminado*; nos casos *ordinarios*, a *maioridade* dos réus, quando assíduos ao trabalho, marcaria o seu termo.” (76)

Em 1912, o professor de direito criminal da Faculdade de Direito do Pará, João Chaves em sua obra **Sciencia Penitenciaria**, tratando do “regime educativo”, também aproxima menores e “ociosos”: “A maioridade e a vagabundagem, (...), constituem dois estados perigosos pelos vicios e defeitos que despertam e incutem na natureza humana.” (77)

Ainda que não seja um crime em si, “mas pela ameaça constante que o seu exercício importa para a ordem social”, são, ambas, concebidas como “infrações especiaes”. Havendo

assim, “portanto, já uma assimilação perfeita no ponto de vista da necessidade de aplicação do regimen educativo, entre os menores criminosos e os mendigos e vagabundos.” (78)

Essa mesma aproximação, entre menores delinquentes, vadios e mendigos e seu internamento num regime de reeducação, se explica dado “que os menores criminosos apparecem, de ordinario, no mesmo meio onde vivem os mendigos, os vagabundos, os material ou moralmente abandonados. E todos elles, geralmente viciosos pelas condições em que se encontram, alem de precisarem de uma educação protectora, devem recahir sob um regimen commum, capaz de afastal-os do caminho do crime.” (79)

O professor paraense, com base num opúsculo dos diretores de estabelecimentos franceses para menores, justifica a exigência de um “regime correccional commum”, para menores criminosos, vadios e mendigos:

mendigos e vagabundos constituem a parte mais inerte, menos intelligente dos estabelecimentos de educação correccional; que sua aversão pelo trabalho é invencível e soffrem passivamente a disciplina da casa, impotente para corrigil-os de sua preguiça e de seus vícios; que postos em contacto com menores d’um carater mais energico, obedecem á impulsão geral e seguem de longe seus camaradas, que lhe dão o exemplo do trabalho, mas reunidos todos em estabelecimentos que lhes fossem exclusivamente affectados, não seria possível tirar partido algum d’essas naturezas apathicas, sobre as quaes o amor proprio e os outros meios de emulação exercem apenas uma bem fraca influencia. (80)

Em Ferri a ociosidade como *caminho do crime* e consequentemente, *caminho do mal* - mote que sustenta todas as asserções de que temos tratado até aqui - reaparece ainda aliada à *infância desamparada*. Se, para o autor, a vadiagem, mais ou menos acompanhada da mendicidade, constitui-se em abundante filão de delitos, seu remédio (assim bem como para o alcoolismo, para menores abandonados de toda criminalidade) é, então e exclusivamente, o *remédio social*: la elevación de la vida popular (disminución de las horas de trabajo, salarios más altos, vida de familia más atrayente, diversiones higiénicas, teatros, etc., que substituyam a los cabarets, cantinas y demás lugares nocivos.” (81)

Portanto, “Se a criminalidade é o reflexo das condições econômicas, a vadiagem é seu reflexo mais imediato”. (82)

Para entender a relação vadiagem X criminalidade e consequentemente a adoção dos *remédios sociais* mais indicados, Ferri expõe a *evolução histórica* da vadiagem:

La vagancia era un hecho perfectamente normal en su fase primitiva, durante los millares de siglos en que la humanidad en estado nómada vivía de la caza, de la pesca y del cuidado de los rebaños. Pero cuando la humanidad primitiva pasó al estado agrícola (con el régimen económico y social de la esclavitud) el lazo del hombre a la tierra llegó a ser una institución social que llevó aneja la interdicción de la emigración, y la vagancia fué entonces por primera vez un hecho antisocial. Los esclavos fugitivos son, en efecto, los primeros vagabundos, perseguidos y castigados como delincuentes; pero éstos son cada vez más numerosos hasta que el declinar de la servidumbre los transforma a todos o casi todos, en una masa desbordante de vagabundos, a quienes los monasterios y la institución jurídica de la servidumbre de la gleba sólo ponen un dique insuficiente.

En la primera mitad de la Edad Media, durante el período comunal, los Comunes vienen a ser gradualmente los asilos de los siervos que se escapan de los campos; y de este modo la industria naciente reemplaza con la servidumbre urbana del taller la servidumbre rural de la gleba. Pero en la segunda mitad de la Edad Media la extensión del comercio, las guerras frecuentes (que transformaban los soldados aventureros en vagabundos y en bandidos), las ordenes mendicantes, por sí mismas (instituidas por San Francisco de Asís) dieron una nueva extensión al fenómeno de la vagancia, que alcanzo su mayor auge del siglo XVI al XVIII.

Durante este período, que precede a la formación de la gran industria, se produjo de una parte una concentración progresiva de la propiedad territorial, por virtud de la cual fueron expulsados de los campos los paisanos, transformándose aquéllos en prados y parques. “Los corderos se han comido a los hombres”, se decía en Inglaterra, país en donde las leyes contra los vagabundos fueron entonces verdaderamente feroces. Y, sin embargo, no eran éstos más que aldeanos que habían quedado sin trabajo a causa de la transformación de las explotaciones rurales, por la extensión de los grandes prados y del *landlordismo*, que se estableció también usurpando del provecho de los particulares las tierras comunales, de las cuales fueron despojados los proletarios.

De otra parte el industrialismo moderno comenzaba a constituirse con el acompañamiento necesario de dos fenómenos sociales; la movilidad del obrero (que pasaba de un taller a otro, de una a otra provincia) y el ejército de los desocupados, necesario para mantener los salarios al nivel más ventajoso para los capitalistas. Se ve entonces, en siglo XIX, ser cada vez más frecuentes y considerables las inmigraciones y emigraciones nacionales e internacionales de los obreros y de los labriegos. Los desocupados llegan a ser a su vez má numerosos, siguiendo en esto el progreso del maquinismo, y son víctimas de la superproducción y del consumo inferior a ella. Cuando éstos marcharon, hace algunos años, de diversas partes de la América del Norte a Wáshington, en número de cien mil, fué este un símbolo viviente y doloroso de un estado de patología social. (83)

Assim, contra a vadiagem, os legisladores tomaram medidas preventivas e repressivas, que significam sempre sanções penais. Ferri cita, como exemplo, a lei belga de 1891 (modificada pela lei de dezembro de 1896) que visava a substituição da *pena* pela *vigilância*: classificando os vagabundos em *viciosos e crônicos*; *ocasionais* e *vagabundos menores* internava-os em *depósitos de mendicidade*, *casas de refugio* e *colônias de beneficiência*, respectivamente (84). A substituição das leis penais ou de polícia por “medidas econômicas”,

como *casas de trabalho* e *casas de refugio* ou *estações de socorro* para desempregados e indigentes, ainda que amenizem o problema, acabam por ser, contudo, insuficientes. E conclui

Ferri

para la vagancia como para el alcoholismo y la infancia abandonada, el unico remedio radical no es outro que una organización economica nueva que, al suprimir las causas de desocupación y de vagancia (exceptuando los casos aislados y raros de vagancia patológica), pueda suprimir también sus efectos más ou menos desmoralizadores y criminógenos. Cuando la socialización de trabajo (con la de los medios de producción), dé a todo hombre, no ya el derecho sino además el deber de trabajar, la vagancia, bajo su forma epidémica actual, no será posible por más tiempo. (85)

Novamente se faz presente a ideia de uma espécie de *redenção pelo trabalho*. Se para Enrico Ferri afeito a uma sociologia criminal, a obrigatoriedade do trabalho impossibilita a ociosidade, para outros comentaristas da questão, a negação ao trabalho implica numa suspeita de *anormalidade*, ou seja, num comportamento de caráter "psycho-pathologico".

Comentando uma comunicação do professor José Maria Estapé, da Faculdade de Medicina de Montevideo - e também neuro-psiquiatra escolar - o Dr. Heitor Carrilho, em resenha publicada no mês de junho de 1931 na Revista Brasileira de Medicina e Pharmacia, atenta para a *anormalidade* do parasitismo social: "o facto de não trabalhar, de não cooperar deste modo para o bem-estar social, traz por si só uma suspeita de anormalidade". (86)

Alguns anos antes, em 1897, Cândido Motta - disputando o "logar" de substituto da cadeira de Direito Penal, na Faculdade de Direito de São Paulo - escrevendo uma **Classificação dos Criminosos**, e parecendo se aproximar das colocações psico-patológicas do Dr. Benedikt, cita G.L. Duprat (autor de "La Criminalité dans l'adolescence"), anunciando uma espécie de *quase tendência natural à anormalidade* ou, melhor, à *marginalidade*:

Admittimos, pois, que não haja criminoso nato, mas que ha um typo particularmente digno de attenção - o dos seres dos quaes um conjunto de taras neuropathicas, combinadas com anomalias da estrutura, contribue para a formação de casos teratologicos, sob o ponto de vista: não são epilepticos, irresponsaveis no estado de crise e mesmo, sem duvida, mui frequentemente, fóra das horas de crise; não são doentes do ponto de vista psycho-physiologico, ou si o são, são alguma coisa mais; porque são inaptos a viver a vida normal em sociedade, cuja inaptidão é congenita e vae crescendo como que em continuação de uma variação ou desvio do tipo especifico, assás frequente nas especies animaes. Elles diferem das pessoas atacadas de - loucura moral - ou - de imbecilidade moral - porque soffreram, não só uma parada de desenvolvimento ou uma crise funesta à elevação dos seus sentimentos, á evolução normal das suas tendencias sociaes; não foram pervertidos; nasceram predispostos a viver "a margem" -

da sociedade, a não ter em conta as suas prescrições e proibições, porque a vida em comum, tal como é organizada, repugna á sua natureza. Alguns nasceram vagabundos: por vezes - "andarilhos" - desde a primeira infancia, não podem levar a existencia tranquilla, em logar determinado, do adolescente adstricto a uma occupação sempre pouco mais ou menos a mesma; cousa alguma amam tanto como a mudança e a liberdade de ir de um logar para outro, seguindo o seu capricho; assim se evadem quando os procuram reter e fazem "fugidas" - analogas á dos hystericos e dos epilepticos (incapazes de resistir a impulsão das viagens) quando, por um esforço de vontade, efficaz sómente por mui pouco tempo, tentarem fixar-se n'um logar onde por vezes tudo parece mesmo dever-os reter. (87)

Com relação à "Degeneração mental e a psycho-pathologia do vagabundo", do prof. uruguaio José Maria Estapé, os vagabundos, determinadamente, se classificam "clinica e psycho-pathologicamente", em *vagabundos por origem étnica* (onde inclui judeus, ciganos e "alguns bohemios") e *de origem económico-social* (onde sobressaem os mendigos e desocupados). Quanto aos vagabundos adultos, o neuro-psiquiatra escolar, apresenta as seguintes "modalidades": "por insufficiencia mental, por decadencia mental, por confusão mental, por excitação psycho-motora, por depressão psyco-motora, por obcessão impulsão, por factor delirante, taes como interpretadores, imaginativos e alucinados, por factor morbido constitucional, como sejam, os paranoicos migradores de "Foville", migradores naturistas de "Dide", "Matoides" sociaes, politicos e religiosos de "Lombroso" e, enfim, os idealistas apaixonados, etc. (88)

Observando a excessiva abrangência da classificação do Dr. Estapé, o Dr. Heitor Carrilho lembrou sua experiência realizada juntamente ao Manicômio Judiciário no Rio de Janeiro. O médico brasileiro teve a oportunidade de examinar, nesta instituição, quase uma centena de indivíduos processados por contravenção de vadiagem. Solicitando exames de sanidade mental, verificou que quase todos eram portadores de "fórmias psycopathas definidas, cabendo a maior percentagem aos schysophrenicos, que, são, como se sabe, doentes que vivem fóra da realidade, interiorizados, sem acção pragmatica, de vontade e effectividade perturbadas". (89). Destes indivíduos processados por vadiagem - onde encontravam-se até "paralyticos" diz o Dr. Carrilho e sobre os quais reside a suspeita da



anormalidade pelo fato de não cooperarem para o bem-estar social, foi exigido, além da verificação de exame sob o ponto de vista mental, exame de “orientação profissional” (!). Conclui o médico, depois de todas suas psiquiátricas observações: “Às vezes elles são simples in-adaptados para os quaes seria necessario fazer a determinação das aptidões.” (90). Simplesmente.

Interessantes são as observações finais á comunicação do Prof. Estapé. O juiz Emilio de Oliveira, que critica a classificação médica uruguaia “que, tão ampla, envolve a todos como vagabundos”, termina suas considerações atacando a policia como responsável pela criação, em muitas das vezes, de vagabundos, no Rio de Janeiro. Numerosos acusados de vadiagem são vítimas da policia, ou seja, constituídos pelo próprio mecanismo de repressão policial.

Tal questão nos reporta, novamente, aos juristas. Dez anos antes da publicação da resenha sobre a “psycho-pathologia do vagabundo” na Revista Brasileira de Medicina e Pharmacia, portanto em 1921, o jurista e criminalista Evaristo de Moraes publica seu **Ensaio de Pathologia Social**, onde aborda os problemas da vagabundagem, do alcoolismo, da prostituição e do lenocínio.

Dedicando a obra para sua Santa Mãe, com quem diz ter aprendido a se “apiedar de todas as misérias humanas”, inicia o autor suas colocações sobre o *problema da vagabundagem*, criticando as leis brasileiras - que apenas possuem um caráter repressivo - e que permitem que “monstruosidades” possam acontecer como, por exemplo, “ser um suspeito de vadiagem processado e condemnado SEM TER SIDO VISTO PELO JUIZ RESPECTIVO” (91). Isto, segundo o autor, afronta a Política Criminal (e aí , podemos entender o próprio Direito Positivo) que tanto se preocupa com a individualização da pena e com a classificação dos delinquentes, aconselhando o estudo particular de cada caso. As

consequências dessas inobservâncias à Política Criminal, que ocasionam o sacrifício da criatura humana, acarreta o descrédito com o próprio “princípio da defesa social”.

O jurista brasileiro Evaristo de Moraes propõe uma classificação dos vagabundos (mais uma!) em três categorias: os inválidos e enfermos, os acidentais e os profissionais.

Na primeira categoria (inválidos e enfermos) se encontrariam os “insuficientes physicos” e os “insuficientes psychicos”. Velhos, crianças sem proteção familiar ou tutela oficial e sem condições de prover a própria subsistência, doentes de moléstias crônicas e membros da “família neuropathica”, compõem essa categoria.

A segunda categoria “compreende os individuos validos que não trabalham por motivos independentes da sua vontade, os impossibilitados de trabalhar, vagabundos por força de circunstancias accidentaes.” São os “accidentaes” (92). Principalmente, o desemprego aparece como a causa geradora dessa modalidade de vagabundagem.

Por fim, a terceira categoria, ao contrário das duas anteriores, se compõe de “vagabundos voluntários”, ou “profissionaes”, isto é, o ocioso consciente e responsável de sua situação (93). Talvez a única das categorias que realmente merecesse, na opinião do autor, o qualitativo de vagabundagem.

Num texto muitíssimo bem documentado, o criminalista chama atenção para algumas questões. Observando que o problema da vagabundagem é um problema muito mais social e moral do que jurídico, Evaristo de Moraes aponta para a *repressão* à vagabundagem como um dos fatores preponderantes na gênese da própria vagabundagem. E explica, se referindo a polícia:

Intermittentemente, lhes acóde a lembrança de *sanear as zonas* (come elles dizem), prendendo vagabundos. Não escolhem, nem distinguem. Apanham, no meio de alguns lagitimos contraventores, conhecidissimos, muitos infelizes, indicados, apenas, pelas suas vèstes rôtas, seu ar faminto, sua vida erradia. Amontoados, ao principio, em grandes depositos de presos, são, depois, em grupos e remetidos para certas delegacias.  
(...)

Reconhece toda gente os deploráveis efeitos dos *meios improprios*, em que se agglomeram os presos, influenciando por *contagio moral* e por *imitação*. (...) Já houve quem visse na prisão a mais poderosa e exuberante “sementeira de delictos”. *Desclassificando* o individuo condemnado, ou antes *classificando-o como criminoso*, contribue a prisão, igualmente, para desenvolver a vagabundagem, tornando difficil, sinão impossivel a obtenção do trabalho.

(...)

Ao sahir, fica sob as vistas da Policia. Embora a lei assegure a tal egresso da prisão o prazo irrisorio de 15 dias para, *sem o menor auxilio*, encontrar emprego (...)

Prendem, de novo, o já *desclassificado social* que fica sendo (...) prisioneiro da Policia (...) um forçado vagabundo... (94)

Essa *fabricação* do vagabundo pelo mecanismo policial, preocupa o autor na medida em que atinge os vagabundos involuntários, ou seja, os inválidos para o trabalho e os sem-trabalho. Justamente aqueles que necessitam da assistência ao invés da prisão.

Contudo, Moraes insiste para que, uma vez que seja o suspeito preso por vadiagem, seja feito um exame que verifique as causas da vagabundagem. No caso da vagabundagem voluntária, ou profissional, devem ser aplicados meios repressivos eficazes. Esta distinção entre a vagabundagem involuntária e voluntária é fundamental para que se possa aplicar os meios repressivos com segurança, não incorrendo em erros que possam implicar no descrédito da própria noção positiva de “defesa social”.

Buscando precisar o vagabundo merecível de repressão, isto é, o vagabundo profissional, Evaristo de Moraes cita o jurista francês Jean Cruippi: “Le vagabond punissable est celui qui, n’a ayant ni domicile certain, ni moyens de subsistance, et n’exerçant depuis un mois au moins ni métier, ni profession, est apte au travail et ne justifie pas avoir fait le nécessaire pour en trouver, ou encore a refusé le travail rémunéré qui lui était offert, soit par un particulier, soit par une oeuvre d’assistance publique ou privée (95). Bem como Marc Reville: “Les vagabonds ou gens sans aveu sont ceux qui n’ont, ni domicile fixe, ni moyens de subsistance e qui n’exercent habituellement ni métier ni profession, bien qu’ils aient la force et le moyen de travailler.” (96)

Descortinam-se, a partir desses autores, os elementos que compõem a vagabundagem voluntária ou o vagabundo profissional: a falta de domicílio certo; a falta de meios de subsistência. O *voluntário da ociosidade* é aquele indivíduo que apesar de *ser válido* e de “se lhe oferecer ocasião de trabalhar” não exerce ofício ou profissão. Sendo assim, se constitui num *perigo social*. Sem domicílio, sem meios de subsistência e se recusando ao trabalho o vagabundo tende ao parasitismo e à criminalidade.

Como já falamos anteriormente, o discurso da criminologia acaba deixando entrever algumas obsessões da época de sua enunciação. Michelle Perrot, trabalhando com atores sociais marginalizados do modelo familiar do século XIX, aborda brevemente os vagabundos como “os solitários”, e portanto, elementos às margens do modelo normativo familiar. “O modelo familiar no século XIX tem uma tal força normativa que se impõe tanto às instituições quanto aos indivíduos, e cria vastas zonas de exclusão, mais ou menos suspeitos, onde as regras da vida privada, e até o direito a ela, parecem mais incertas.” (97)

Dentre esses *suspeitos*, os vagabundos recebem uma especial atenção. São, talvez, *mais suspeitos*. Vivendo na periferia de uma sociedade cujo centro é a família - “mecanismo regulador fundamental / garantia da moralidade natural”- eles afrontam essa sociedade “que faz do domicílio - fundamento da moral e da ordem social - a própria condição de cidadania e que fareja no nomadismo uma resistência a sua moral.” (98)

Desterrando os multirreincidentes, declarados “inaptos a qualquer espécie de trabalho”, discriminando os nômades e instituindo um passaporte com controle sanitário e carteira de identidade, a França oitocentista, como grande parte da Europa, representará o vagabundo como uma ameaça à família e à saúde: espalha as doenças, os micróbios, a tuberculose. (99)

Sendo o domicílio a própria condição de cidadania e a casa o asilo inviolável do indivíduo (100), a suspeição sobre o vagabundo cresce à medida da dificuldade de encontrá-lo (dada a falta da residência fixa) (101) e a partir da própria inversão de espaços. Fazendo do espaço da rua seu espaço privado o vagabundo afronta um valor, mais um e quase sacralizado, da sociedade normativa familiar.

Vivendo a custa da sociedade e afrontando seus valores mais básicos - “sem lhe prestar o menor serviço, prejudicando-lhe o desenvolvimento organico, perturbando ,por vezes, a sua existência (102) - o vagabundo se constitui num *parasita anti-social*. E dessa forma faz-se punível, mesmo ainda que a vagabundagem não se constitua num fato criminoso em si mesma: “Reconhecida a temibilidade do indivíduo que não trabalha porque não quer, não possuindo meios de subsistência, a sociedade, por direito de defesa, deve aparelhar-se, contra elle, com as medidas proprias a lhe tolher a acção damninha, procurando, ao mesmo tempo, si ainda fôr possível, reeducar-lhe a vontade, estimulando-o para o trabalho.” (103)

Parasitismo, mal social, ação daninha, modo de existência social perigoso. “*A vadiagem como parasitismo social e anti social* é um phenomeno individual, isto é, quando pode constituir germen ou terreno preparado para os crimes, ou quando affecta os interesses da ordem economica ou da segurança social.” (104)

A condenação pela vadiagem, dado o *parasitismo anti-social*, é passível àquele que, não possuindo meio de subsistência e domicílio fixo, deixa de exercitar meios em que ganhe a vida. Ou ainda, àquele que, mesmo que possua domicílio fixo, provê a subsistência através de ocupação proibida ou contrária à moral e aos bons costumes.

Contudo, concomitante a este parasitismo punível, existe outro, considerado apenas como *parasitismo social* ou *simples*, não passível de punição, conhecido também como *parasitismo dos ricos* (105). Lembrando Ferri, novamente, “la vagancia no tiene por carácter

la falta de domicilio (que tiene sin embargo, a desaparecer como atributo de la misma) y la falta de medios de existencia (que es su verdadera nota predominante). En efecto, existen ociosos que, a pesar de ello, no son, con o sin domicilio fijo, y legalmente hablando, vagabundos, porque no les faltan medios de existencia ni aun de forejja y viver portando sin trabajar.” (106)

Assim, se por um lado, na designação de vagabundos - indivíduos sem pouso certo e sem o que fazer

incluem-se, não só doentes, psicastênicos, deficientes, prole degenerada de alcoólicos e que, pela necessidade, e pela índole, podem chegar aos crimes de furto, atentados contra o pudor e até a violência, como, principalmente, os viciosos, incapazes de trabalho útil, indolentes, cuja vagabundagem já não é uma escusa mórbida, parasitas daninhos, certamente criminosos de um momento para outro, que ao Estado importa reprimir e segregar.

(...)

Seria uma injustiça não incluir, entre estes vagabundos pobres, aqueles outros remediados e ricos, que, também preguiçosos e indolentes, vivem por aí, de déu em déu, nas praias de banho, nas estações de altitude, nas cidades de águas, cruzando os mares nos transatlânticos, jogando nos cassinos e prados de corridas, mudando de hotéis *palaces*, gastando perdulariamente, ocupados em sorver *cock-tails*, “flirtar”, adular, prostituir, jogar... enfim, em tudo reproduções do vício e da ociosidade dos outros, só distintos pela graduação que dá a renda...

A lei, porém, não cogita dos vagabundos ricos, pela razão que dá o humorismo: um vagabundo pobre é um vagabundo, um vagabundo rico é um rico... (107)

Condenando o jogo - (“O jogo, esta vil paixão, causas de tantas misérias, é o pae da ociosidade e esta, já é sabido, é a mãe de todos os vícios”) (108) - e principalmente a ocupação desonesta dos elegantes jogadores, o jornalista Sylvio de Lóres publica, no curitibano **Diário da Tarde** de 20 de dezembro de 1907, um artigo “Pelos Vagabundos”.

Denunciando a “vadiagem dos ricos”, pergunta: “(...) quem é mais vagabundo: o individuo, que, privado de trabalho porque não existe, porque não tem aptidões para exercital-o, ou realmente porque não quer applicar-se a nenhum ramo de actividade, sujeita-se à existência vegetativa do cão leproso, ou o individuo abrilhantado, escoreito, elegante, que vive dos fartos proventos da jogatina, e passeia pelas ruas e praças a sua basofia e a sua ociosidade?”

Argumentando, num mesmo fôlego, o jornalista responde incisivamente:

Dirão os menos versados em definições jurídicas: o jogador não é um vagabundo, pois que se mantém com decencia e tem domicilio certo. E nós asseguramos que o jogador é positivamente um vagabundo, classificado no mesmo grau daquelles que se não occupam em coisa alguma; e asseguramol-o, não só baseados em pareceres de luminares do direito, de juriconsultos reputados, como na própria letra do código penal: vagabundo é também o individuo que provê á subsistencia por meio de occupação prohibida por lei.

O jogo é occupação legalmente permittida? É permittido, sob amparo da lei, o exercicio do lenocinio? Entretanto, aqui, como alhures os jogadores ex-professos e os lenocioniolistas repugnantes passam vida farta e milagrosa, confundidos entre aquelles que moirejam a vida ao sol e á chuva, de dia e de noite, marentos, exhaustos, acabrunhados.

No mesmo tom de indignação, indaga:

Porque relegar do convivio social para as colonias penaes os que não se applicam ao trabalho, mas curtem todas as miserias, e deixar em paz, cercados ainda de atenções, os que vivem á farta de occupações ilicitas e olham de soslaio, em ar de desprezo, para os que procuram no labor quotidiano o pão da subsistencia?

Quem é mais vagabundo: o que renunciando ao trabalho, soffre a privação do alimento e do domicilio, ou o que explora os vicios humanos e as degradações sociaes? Quem é mais nefasto á familia, a sociedade e á pátria?

Atirar para as colonias correcionaes os chamados vagabundos, porque não vivem de explorações ignobeis, e deixar em plena paz os mais perigosos dos vadios, porque ostentam fatos elegantes e joias preciosas á custa da occupação prohibida por lei, confessemos que é praticar a mais clamorosa das injustiças, a mais affrontosa das parcialidades.

(...) se tivessemos de applicar o capitulo XIII das contravenções em especie do código penal, começariamos pelos que exploram as occupações illegaes e usam camisas á Bertholet, fatos á Raunier, chapéus á Christie, botinas á Mellier e dormem em camas á Ristori.

Essa especie é mil vezes mais nociva e mais perigosa do que a dos ociosos remendões, que dormem nos jardins, nas ruas ou ás portas dos templos, esfarrapados, macilentos, esfaimados, tiritando de frio sob a abobada immensa constelada de soes... (109)

Jurandyr Amarante, membro da Sociedade Brasileira de Criminologia - autor de um não menos interessante **Os Criminosos Intoxicados** - publica, em 1936, **Psicologia e Crime**, onde expressa semelhante opinião sobre vagabundos e vagabundos, parecendo se aproximar dos vagabundos por origem étnica, do professor Maria Estapé.

(...) ha os vagabundos ricos que só não são catalogados como vagabundos, porque são ricos. Estes atravessam a existencia num nomadismo bem digno de ser assemelhado ao dos ciganos. Vivem geralmente em bandos, sob denominação de turistas, verdadeiros judeus-errantes, que se não cançam, que se não fartam de vêr terras e terras, costumes e costumes, hoteis e hoteis, transatlanticos e transatlanticos, vias ferreas e vias ferreas... E, em todos estes vai-e-vens, exercem atividades mais ou menos viciosas, mais ou menos criminosas.

Jogam nos casinos e nos prados; flertam no sentido moderno do termo, com as praticas adotadas nos banhos de mar, nos recantos pitorescos e socegados, nas terraces convidativas e cúmplices dos grandes hoteis... O turismo, bem analizado, e com raras exceções, mais não é do que um disfarce de que se valem gentes abastadas, ociosas, requintadas, afim de levarem uma existencia mais livre, mais ao sabor desse instinto de poligamia, que estudos sérios já denunciaram ser, desgraçadamente, inseparavel do genero humano. A estes juntam-se esses tipos extranhos de neurastenicos, individuos que de tudo se aborrecem, tudo é vulgar e já visto, tudo enfara, e que para fugirem a essa monotonia, viajam incessantemente mas sem se distrairem e só sentindo dentro de si o vasio tremendo de uma alma doente e insatisfeita. (110)

Os anos 30 parecem ver surgir uma chamada Psicologia Criminal (111). Criminologistas, a partir principalmente da leitura de Freud, “o maravilhoso escafandrista do inconsciente”(112), buscam entender a alma doente dos delinquentes. Dando sequência as elocubrações da Escola de Lombroso, nossos criminologistas - ainda que não ficando aquém das discussões européias sobre a criminologia - contudo, parecem não avançar, principalmente no estudo acerca da *parasitagem anti-social*. Explicando a vagabundagem ocasionada pelas monomanias de Charcot, que levam ao automatismo ambulatório, ou ainda pela neurastenia, de Benedikt, os criminologistas continuam chamando a atenção à necessidade da repressão dos vagabundos válidos e para o perigo da “má-repressão” (já apontada no início dos anos 20 por Evaristo de Moraes e que leva à “criação de vagabundos”).

Se, por um lado, se denunciam os mecanismos de repressão policial (SANTOS NETTO, 1934), por outro, a criminologia parece legitimar - a partir da repressão à ociosidade (e aí incluem-se mendigos e vadios) - a ação policial sobre setores mais largos da população, majoritariamente as populações pobres:

Por vagabundagem, entende-se o processo de vida que certos indivíduos levam, isolados ou em grupos, sem ocupação definida, sem moradia regular, a errarem nas grandes cidades, de bairro a bairro, sinão delinquindo, criando ocasiões de delinquir. (...) Estabelecem os seus estados-maiores nos bairros do vício e do crime, Mangue, Favela, Lapa, etc., onde um amálgama de vadios, intoxicados e prostitutas traça os seus planos de assalto e exploração á bolsa alheia.

(...)

Quanto á criminalidade, a mendicidade é causa eficiente, porque encobre verdadeiras redes de vadios que se entregam a atividade ilícitas. É, também, porque das classes miseráveis partem os maiores contingentes de criminosos [sem grifo no original]. (113)

## 2.3 UMA QUESTÃO DE *IDENTIDADE*: IDENTIFICAÇÃO; MENDIGOS LICENCIADOS E MALANDROS PROFISSIONAIS

O mesmo ambiente que propiciará o surgimento das formulações da Escola Criminal Antropológica e, conseqüentemente, das premissas do Direito Positivo, vai possibilitar o aparecimento, ou melhor, o desenvolvimento de um outro elemento fundamental no controle



social da delinquência: o desenvolvimento da medicina legal e dentro desta, mais especificamente, dos métodos de identificação individual (civil) e de delinquentes (criminal).

A partir das medições de ossos e crânios - inspirados à moda de Lombroso - desenvolve-se um sistema antropométrico e de identificação fotográfica, levados a cabo, desde meados de 1879, pelo francês Alphonse Bertillon, um mero escrevente da Prefeitura de Polícia (114). A “bertilhonagem” (como tal método fica conhecido) - que é pensada inicialmente como uma possibilidade de identificação de presos reincidentes - atenta, também, para as marcas particulares (cicatrices e tatuagens) e para a elaboração do retrato falado.

As marcas particulares - “sinais físicos, congênitos ou adquiridos, além de cicatrizes e deformações profissionais” - são, nesse momento, entendidos como elementos preciosos no reconhecimento da delinquência e do seu meio: “Entre os sinais particulares de cada indivíduo estão as tatuagens, distração habitual dos indivíduos que levam vida ociosa, homens do mar, prostituta e criminosos (...). Foi por isso que Lombroso incluiu as tatuagens entre as características do homem delinquente. Há mesmo quem afirme que, por uma tatuagem, é possível descobrir a profissão e até o grau de inteligência do indivíduo.” (115)

O método de Bertillon para identificação de recidivistas, e que encontrará vários críticos, vai dar origem, ou melhor, propiciará o surgimento de um novo sistema de identificação, notadamente de uma maior praticidade se comparado com a “bertilhonagem”: o sistema de identificação datiloscópica. Ainda que haja alguma discussão sobre a(s) *paternidade(s)* de tal sistema, dois nomes sobressaem na sua autoria: Francis Galton e Juan Vucetich.

Apesar de aparentemente demonstrar um longo histórico, o sistema de identificação a partir das marcas e impressões digitais, parece ter sido codificado e classificado pelo inglês Sir Francis Galton, o mesmo que se debruçara na elaboração de uma *ciência da eugenia*. Coube,

contudo, ao policial argentino Juan Vucetich o aperfeiçoamento da técnica e adoção de um sistema de identificação fundado nas impressões digitais. (116)

Tanto a *bertilhonagem* quanto a dactiloscopia (que a procederá) foram largamente utilizadas desde a última década do século XIX no mundo todo. Contudo, o que nos interessa, nesses sistemas é que a partir de suas elaborações, criam-se os Institutos de Identificação. Prolongamentos dos institutos de polícia e medicina legal, os Institutos de Identificação inicialmente se preocupavam com a identificação de todos detidos e reincidentes, sendo que posteriormente, passam a identificar os próprios funcionários das polícias, mais tardiamente os trabalhadores domésticos e de serviços e finalmente, todas as pessoas, obrigatoriamente.

Medida de segurança, a identificação é entendida “como medida de prevenção adoptada pela policia, é a identificação, pelo seu processo mais moderno, o meio mais relevante de prophylaxia policial pela segurança e certeza dos seus resultados.” (117). “A identidade é um fato e não uma convenção; torna-se, pois, necessário fixar meio inequívoco e único de prová-la, legalmente para facilitar a prática de atos civis dos indivíduos, na vida jurídica, isto é, nas relações familiares, sucessórias, contratuais, políticas, no exercício de todos os direitos e obrigações pessoais que se baseiam na certeza da identidade individual.” (118)

Em 1928 o desembargador paranaense Antonio de Paula, na sua obra **Do Direito Policial** e citando o jurista Luis Reyna Almandos, chama atenção para a necessidade da obrigatoriedade da identificação - como um meio de *profilaxia policial*: “Quando todos os habitantes de um Estado forem obrigados a registrar suas impressões digitais em repartições próprias, ter-se-ia conseguido consideravelmente a prevenção dos delictos. A prophylaxia social poderá, sem embargo, ter um exito completo, estabelecendo-se a identificação obrigatoria de cada individuo.” (119)

Ainda é o mesmo Antonio de Paula que nos informa sobre a *natureza* da identificação e dos identificados.

A identificação, entre nós (1928), divide-se em obrigatoria e voluntaria. Devem ser obrigatoriamente identificados: 1º todas as pessoas que forem detidas, seja qual for a sua idade, sexo ou condição social; 2º os agentes de segurança, guardas civis e pessoal interno das prisões; 3º as pessoas empregadas no serviço domestico; 4º as pessoas empregadas no serviço de vehiculos; 5º eleitores das cidades em que ha gabinete de identificação.

Podem ser identificados voluntariamente todas as pessoas que o quizerem fazer, afim de adquirirem prova de folha corrida ou identidade pessoal (carteira, passaporte, etc.). (120)

Julio Moreira, na sua **História da Polícia Civil do Paraná**, indica o ano de 1905 como o ano de início dos trabalhos de identificação no Estado

Inaugurado em 13 de abril de 1905, nas dependências do Gabinete Médico Legal, o “serviço de Identificação de delinquentes” - utilizando-se do processo Bertillon - funcionará com esse nome até 21 de novembro de 1907. Em 22 de novembro de 1907 inicia-se o preenchimento de fichas pelo sistema Vucetich. O “serviço” passa a se denominar “Gabinete de Identificação e Estatística” sendo que o trabalho de identificação, para o serviço criminal, será feito em conjunto, isto é, através dos métodos antropométrico e datiloscópico até 1918, quando se abandona por completo a bertillonagem.

Em 1º de julho de 1908 o Presidente do Estado do Paraná, Luis Antonio Xavier, assinava o Decreto nº 378, onde instituia o Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística. Conforme o Art.2º do Regulamento

o Gabinete será de cacacter ao mesmo tempo civil, policial e judiciario, destinando-se:

- a. A fornecer, mediante requerimento ao Directos, provas de identidade ás pessoas honestas e de bons antecedentes, que desejarem um documento dessa natureza (...);
- b. A proceder identificação dos agentes de segurança, guardas-civis e pessoas do serviço interno das prisões;
- c. A effectuar directamente a identificação obrigatoria de todas as pessoas detidas, qualquer que seja a sua idade, sexo ou condição social, sem excepção de crimes e contravenções, salvo quanto á pessoas detidas para averiguação, quando o resultado da diligência for negativo.

O Decreto regulava ainda, atribuições específicas ao Gabinete. Uma delas, interessantíssima, é das “verificações das Reincidencias nos Casos de Vadiagem”:

Art.14. Compete especial e privativamente ao gabinete o encargo de verificar a quebra dos termos de tomar ocupação, assignados pelos vadios que tiverem sido condemnados como tal, pelos juizes, na forma da legislação em vigor.

Art.15. Do termo de tomar ocupação deverão constar o numero da prova de identidade do contraventor e os nomes suppostos de que o mesmo tiver usado em anteriores processos e prisões.

Art.16. O alvará de todo vagabundo que tiver sido condemnado pela primeira vez e houver cumprido a pena, deverá ser acompanhado de um salvo conducto que garanta ao individuo n'essas condições o praso que a lei lhe faculta para procurar occupação

1º O Director de Cadeia entregará esse documento ao detento, no momento de ser solto.

2º Nenhum contraventor poderá ser, de novo, procurado como vadio, no interregno assignalado pelo salvo-conducto. (121)

Como reza o parágrafo primeiro do artigo 399 do Código Penal de 1890, “pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, sera elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena.” Assim, esse mecanismo de lei conjuntamente com o termo de bem viver, oriundos do período monárquico, se caracterizam fundamentalmente por seu caráter de controle social.

Ainda que não tenhamos nos deparado com muitos casos de supostos vagabundos condenados a “tomar occupação”, podemos ilustrar a questão com o caso de Bento Ferreira da Silva. De acordo com o Relatório do Chefe de Polícia de 1896, Bento Ferreira da Silva, acusado por vagabundagem e desordem, assinou “termo de bem viver” em 31 de janeiro:

**TERMO DE BEM VIVER QUE ASSIGNA BENTO FERREIRA DOS SANTOS**

Aos trinta e um dias, do mez de janeiro de mil oitocentos e noventa e seis, nesta Cidade de Curityba e na Repartição Central de Policia, onde presente se achava o Coronel Ignacio Gomes da Costa, Chefe de Policia interino commigo abaixo declarado servindo de escrivão ad-hoc, compareceu Bento Ferreira dos Santos, contra o qual existem accusações que o tornam suspeito e feitas as indagações sumarias pela mesma autoridade das quaes se verifica que o mesmo accusado Bento Ferreira dos Santos acha-se em condições de assignar termo de bem viver, a isto o condemnou o Coronel Chefe de Policia em vista da Lei, condemnando elle accusado a pena de trinta mil reis de multa e trinta dias de cadeia se o mesmo quebrar o presente termo, o que ouvido pelo accusado por elle foi dito que d'ora em diante obrigava-se a tomar occupação honesta de onde tirasse os meios de vida promettendo assim tornar-se um bom cidadão. Por nada mais haver deu-se por findo o presente auto que assigna a seu rogo o capitão Arthur Januario d'Oliveira e duas testemunhas presentes. (122)

Interessante observarmos, voltando ao Relatório de 1896, que a prisão de Bento Ferreira dos Santos, ocorrida no dia 28 de janeiro, deu-se por “gatunagem”<sup>(\*)</sup>. Contudo, assina o termo de bem viver por “vagabundagem” e “desordem”.

(\*) O Relatório de 1896 apresenta como “motivos da prisão”: “embriaguez”, turbulência, gatunagem e desordem. Apesar do Termo de Bem Viver, de Bento Ferreira dos Santos - acusado de vagabundagem - e das referências aos “individuos vagabundos” nas palavras do Chefe de Polícia, não consta a causa vagabundagem/ vadiagem como motivo de prisão, especificamente. Logo, podemos perceber a tendência a uma mesma significação, na época, com

Novamente no dia 13 de março, Bento é preso. Acusado agora, de turbulência, foi liberado em 24 horas. Nada se comenta de sua reincidência. Infelizmente, as pistas do vagabundo, desordeiro, gatuno e turbulento se encerram por aqui. Pelo menos nos Relatórios de Polícia.

Macedo Soares aponta para diferenças entre os *termos de bem viver* e os *termos de tomar ocupação*. Enquanto este “é um complemento da pena corporal e decorre da sentença que condena o contraventor”, o termo de bem viver é uma “medida preventiva” (123). Preventiva e que era imputável aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas e turbulentos, ou seja, elementos anti-sociais, fomento da criminalidade. (124)

Retornando aos *reincidentes da vadiagem* é pertinente recordar o artigo 400, do Código Penal: “Si o termo fôr quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a trez annos, a colonias penaes, que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do território nacional (...)”.

Em 1930 foram unificados os registros de identificação (civil e criminal), passando a se chamar Registro Geral. Unificados, dos 47.776 registros emitidos até esta data, 215, segundo Júlio Moreira, eram carteiras para indigentes e mendigos. (125)

Ainda que este número pareça discutivelmente baixo, cabe observar que os mendigos ou indigentes, serão um dos alvos preferidos no processo de identificação da população.

Uma vez que o sistema de identificação no Estado foi criado justamente com o objetivo de registrar os contraventores, tanto mendigos quanto vagabundos comparecerão regularmente nas listas de “indivíduos contraventores registrados no Gabinete de Identificação”. Contudo, os mendigos - também chamados de indigentes ou miseráveis -

---

relação às contravenções de gatunagem (enquanto pequenos furtos), de desordem e de vagabundagem: a vagabundagem seria o *substrato* para a desordem uma vez que propiciaria o desrespeito à propriedade e consequentemente, o desrespeito à segurança individual e social.

chamam atenção pois se tornam portadores de uma “carteira para esmolar”, também denominadas de carteiras para indigentes ou mendigos.

Essa carteira - ou licença - era emitida pelo Gabinete Médico Legal, após um exame realizado pelos médicos legistas. Caso fosse diagnosticada a impossibilidade para o trabalho - geralmente decorrente de deficiências físicas - o requerente recebia a permissão para esmolar, ou sua “guia de miserabilidade”. Tal registro, que confirmava seu “infortúnio” - uma vez que os mendigos eram considerados como “desamparados da sorte” - era exigido pela polícia sempre que o mesmo fosse flagrado esmolando. Uma das primeiras informações sobre tal licença, ou registro, antecede a criação do próprio “Serviço de Identificação”. Segundo o

**Diário da Tarde** de 10 de abril de 1899:

O mendigo profissional, eis o que nos atormenta  
Compoem-se essa cathegoria de mulheres que andam pelas ruas com filhinhos nos braços, proclamando miserias para inspirar a caridade publica.  
E não só dessas mulheres, mas de moços rapagões e crianças que affectando desgraças param diante de cada porta ou janella a pedir a esmola quotidiana.  
A abundancia é tal principalmente nos sabbados que já estava solicitando as vistas da policia.  
Foi o que succedeu.  
Ordenou o sr. chefe de policia que fossem levados até a repartição Central todos os mendigos e ahi, syndicando das desgraças de cada um, esta concedeu aos incapazes de ganhar á subsistencia, licença para valerem-se da caridade publica.  
Quanto aos vagabundos, a policia vai proceder de modo a que tomem melhor meio de vida.  
É uma bôa providencia.

Contudo, parece que tal medida não causa o efeito esperado. Os mendigos continuam mendigando *sem pedir licença*: “O sr. dr. chefe de policia expediu hoje ordem no sentido de serem apresentados todos os mendigos que forem encontrados nas ruas e que não estejam munidos do respectivo attestado do medico legista dr. Victor do Amaral (**Diário da Tarde**, 10/2/1900).

Com a inauguração do Hospício N.S. da Luz em 1903, as emissões das “licenças” tendem a ser interrompidas, pois os mendigos seriam *contemplados* com uma ala especial no estabelecimento, não precisando mais, assim, mendigar e portanto, dispensando as licenças:

“O sr.dr. chefe de policia declarou em circular aos comissarios desta cidade, que não devem fornecer attestados para os mendigos esmolarem porque dentro de poucos dias inaugurar-se-á o hospicio de N.S.da Luz, onde existirá uma secção para recolhimento delles.

Logo que tenha lugar a inauguração deverão os srs. comissarios providenciar afim de ser impedido que os mendigos peçam esmolas, remetendo-os para o alludido estabelecimento.”

(**Diário da Tarde**, 16/3/1903)

A inauguração de um local próprio para a acomodação de loucos e indigentes parece ser de longa data esperada pela policia e pela população. Assim, a inauguração do “Asylo de Alienados” (e de mendigos) é esperada com ansiosidade. Conforme o **Diário da Tarde**, de 17 de março de 1903:

Terá logar no dia 25 do corrente a inauguração solenne do Asylo de Alienados, levantado no bairro do Ahu, nas proximidades desta capital.

Ha cerca de 7 annos que foi collocada a primeira pedra dessa gigantesca obra e os espiritos pessimistas punhão duvida então que sobre essa pedra podesse se erguer o projectado monumento. Effectivamente justificam-se esses laivos de pessimismo, pois quem sabe das difficuldades de toda a ordem com que arcamos para emprezas incomparavelmente inferiores, em um Estado pobre como o nosso, não duvidaria em considerar uma utopia o levantamento tão dispendioso de um edificio nas condições delineadas. Mas á força de vontade dos particulares, colligados com a do governo, o labor incessante á par de uma dedicação desmarcada (...), o auxilio expontaneo da proverbial caridade do povo paranaense, venceram afinal todas as obices, que pareciam insuperáveis, e eis que hoje, galhardamente, se levanta no bairro do Ahu o magestoso Hospício de N.S.da Luz.

Ao penetrar neste vasto templo da caridade, a nossa alma de paranaense se rejubila e se desvanece, palpitando com o mais justo orgulho, pois raras são as cidades que possuem um edificio de tão grandes e bellas dimensões para fins tão humanitarios.

Dentro de poucos dias esses infelizes que perderam a razão, muitos dos quaes se acham aglomerados em logares improprios, sem os requisitos scientificos, reclusos até em prisões correcionaes, serão installados em suas cellas, onde nada lhes faltará e onde serão mais felizes, apesar de desgraçados sempre.

Os mendigos tambem, que por ahi andão maltrapilhos e famintos, esmolando de porta em porta, terão de par em par abertas as portas do grande edificio, de baixo de cujo tecto protector ficarão a salvo da fome, do frio e das intemperies.

Aparentemente serve o asilo, dessa forna, como uma possibilidade de controle policial sobre mendigos, aparente ou verdadeiramente necessitados, e falsos mendigos, ou seja, aqueles individuos ainda que aptos ao trabalho, procuram a caridade pública *explorando-a*

Conforme viram os nossos leitores, o sr.dr. Costa Carvalho, chefe de policia, com o louvavel intuito de evitar que andem a esmolar pelas ruas os mendigos, de accordo com o provedor do Hospicio N.S. da Luz, conseguiu que os pobres vão occupar um compartimento nessa casa de caridade. É digna de louvores essa medida, que vem cohibir, não só um abuso de certos exploradores que abusavam da caridade publica, esmolando indigencia, como tambem vem amparar os que realmente necessitam da generosidade do povo.

De amanhã em diante, portanto, deve cessar a costumeira peregrinação dos mendigos de porta em porta. (Diário da Tarde, 27/3/1903, p.1)

A proibição da mendicância nas ruas e o encaminhamento de mendigos para o Hospício - “vasto templo da caridade”, aproximando indigentes e alienados - parece não trazer resultados muito proveitosos e duradouros. Se num primeiro momento a polícia suspendia a expedição de licenças para mendigar, tal suspensão parece não durar por muito tempo (126).

Ainda que proibidos de esmolar, dada a existência do “Asylo de Mendigos” (anexo ao Hospício N.S. da Luz), os mendigos deveriam recorrer ao Gabinete de Identificação para obter “guias para o Asylo”. Para o ano de 1911, o Relatório do Chefe de Polícia registra a emissão de 17 guias (Além do 1 “attestado de pobreza, no segundo trimestre e 11 “attestados de miserabilidade”, expedido pelo “comissariado de Polícia da 4ª Circumscrição”) (127). Contudo, a proibição da mendicidade nas ruas parece não se sustentar (dado possivelmente o grande número de indigentes comparados a possibilidade de atendimento do “Asylo”). Novamente a polícia passa a emitir licença para mendigar. A partir de 1912, encontramos a expedição de “carteiras de identidade para indigentes”. De acordo com o Relatório do Chefe de Polícia de 1912, neste ano, ao lado de 36 carteiras expedidas para Guardas Cívicas, 53 para empregados públicos, 35 para artistas, 24 para cocheiros, 16 para negociantes, 4 para domésticas, 3 para advogados, 2 para engenheiros, 2 para médicos, 1 para magistrado e 1, igualmente para farmacêutico, consta a expedição de 16 carteiras para indigentes (128).

Segundo a imprensa:

Rumo do Gabinete de Identificação vimos seguir, rua Marechal Floriano abaixo, impressionante turma de mendigos. Homens, mulheres e crianças. Ao soturno rythmo toc, toc, toc, característico de muletas nas calçadas, marchava a triste leva entrapada e lenta, os olhos ennevoados dessa resignação que parece reflexo da penumbra acerba que anoitece, sem auroras, a alma sofredora dos vencidos da vida.

Não iam ao encontro de um vexame que lhes fizesse maior a desgraça, já tão grande: esperava-os no Gabinete uma operação seleccionadora, ha muito necessaria, a fim de se separar os verdadeiros dos falsos mendicantes. Coritiba nos ultimos tempos e quasi de repente, encheu-se de mendigos, pelas esquinas, pelas praças e ruas, por toda a parte, alguns em verdade necessitados, cegos, alujões, phenomenos teratologicos incapazes de angariar a subsistencia; outros, porém, visivelmente fingidos, farroupilhas e sordidos, desengonçando-se em forçadas attitudes enfermias, que os invalidassem para a campanha tenaz que o principio biologico da luta pela existencia impõe a todos os mortaes (...)



Bom signal, incontestavelmente, é a medida ora posta em pratica de serem passados pelo crivo do gabinete identificador os innumeros mendigos que infestam a cidade. Assim, os falsos pobres, os espertalhoes inqualificaveis não continuarão a explorar a caridade publica, fazendo concorrência áquelles que, por sua miseria e desdita, têm o direito ao apoio da solidariedade humana. (129)

As carteiras de identidade para mendigos, além do ano de 1912, aparecerão assim denominadas em 1917 (30 carteiras) e novamente em 1918 (52 carteiras). Todavia, apesar da preocupação da polícia em *selecionar* os mendigos e registrá-los, medida considerada louvável no primeiro instante, a imprensa denuncia a facilidade na obtenção de tal documento:

Noticiamos hontem a apresentação de uma pequena mendiga ao sr.dr. Chefe de Policia. Eis ahi um facto que nos poderia alamar si porventura desconhecêssemos a facilidade e a liberdade que a policia do Estado permite a esse mister. Mas, uma vez que isso conheçamos, o facto não é absolutamente para pascar. Verdade seja que a creança hontem presa não trazia licença da policia para esmolar, mas isso levamos a conta da sua ingenuidade e da pouca esperteza dos paes della que a coagiam a esse vagueiar pelas ruas, de mãos estendidas. Pois si uma licença da policia e um attestado de pobreza são as cousas mais simples e mais faceis de ser adquiridas somente a ingenuidade de uma creança e a pouca esperteza dos paes da mesma é que poderiam fazer com que a pequenita não estivesse aparelhada oficialmente e legalmente para mendigar. Essa licença é apenas a officialisação e a legalisação de um mister que ás sociedade sãs é odioso, mas que ás autoridades policiaes é naturalissimo. (...)

O tom ríspido é justificado a seguir:

Não nos acoimem por estas considerações de deshumanos, pois que differenciamos bem o verdadeiro mendigo, aquelle que por um acidente na vida foi levado involuntariamente á procurar a piedade e a philantropia alheias, daquelles que vão ao Gabinete de Identificação, onde uma simples allegação de miseria sem um inquerito preliminar e um exame physico basta para que os funcionarios dali encham e deem a assignar ao director desse departamento uma carteira com que esse falso mendigo fica habilitado a usar de uma profissão que a muitos parecerá vergonhosa, mas que para elle é uma deliciosa profissão. (...) Por isso não admira nada o facto de ter sido hontem presa uma menina de 11 annos que era coagida pelos paes a estender as mãos pedinte a caridade alheia. O que nos admira é que ella não estivesse oficialmente funcçãoando, com uma carteira (...) (130)

Se por um lado a existência da carteira justifica-se como um elemento de controle sobre a população não trabalhadora (permitindo aos inválidos ao trabalho a prática da mendicância comprovando sua invalidez mediante exame do médico legal), por outro lado, parece não haver, segundo a imprensa curitibana, um critério mais rigoroso na emissão de carteiras. Dessa forma, indivíduos sadios e pouco afeitos ao trabalho estariam se utilizando da carteira para explorar a caridade pública. Em 1920, novamente a imprensa local reclama: “As carteiras fornecidas pela polícia não têm nenhum valor, pois ellas são dadas a quem as queira

e, de resto pouca porcentagem dos pedintes possui carteiras. O que é facto é que precisamos reagir contra este mal, verdadeira praga, não pelo pouco que os mendigos nos arrancam, mas pelo mal que a vida de malandragem destes indivíduos vem causar no meio.” (**Gazeta do Povo**, 06/01/1920. p.1)

A reclamação não é novidade. No final do século XIX, o **Diário da Tarde** já chamava atenção sobre a *praga* que invadia as ruas e a omissão policial:

A mendicância que desde muito tempo infesta esta cidade estava já exigindo que sobre ella cahisse o olhar da policia. Não ha por ahi quem ignore que a mendicância compoem-se de trez cathegorias distinctas: a dos valetudinarios, a dos velhos e moços inhibidos de trabalhar por effeitos naturaes e a mendicância dos profissionaes.

Esta capital pode-se dizer ainda não conta propriamente a mendicância das duas primeiras cathegorias, se a consideramos em relação a terceira que infesta as nossas ruas. (**Diário da Tarde**, 10/4/1899. p.2)

Contudo, essa classificação em “trez cathegorias” parece não se sustentar. Toda forma de mendicância - necessária ou falsa - é condenada pela imprensa. Interessante perceber que uma das hipóteses para explicar o crescimento do número de mendigos recai sobre a própria vigilância policial, ou mais precisamente, seu descaso e, ainda, sobre a existência das próprias *carteiras*, que são entendidas como uma forma de proteção aos mendigos: “Sabbado... e a multidão de mendigos immensa e multiforme, derrama-se pela cidade a cata de esmolos... São centenas, muitas centenas de pobres, que exercem a mendicância, protegidos pelas conhecidas carteiras da policia. Será que esse avolumar do bando maltrapilho tem sua origem na facilidade com que a policia fornece essas carterias? (**Gazeta do Povo**, 05/6/1920. p.1)

De acordo com a imprensa ainda que o número de “pobres” seja de “centenas”, somente um pequeno número é realmente necessitado, isto é, não pode obter seu sustento através da atividade produtiva do trabalho:

(...) o pobre surge sempre a chamar ás pontas com o seu bastão, uma esmola todo o sabbado, sinão todo o dia, porque trechos da cidade ha, que são verdadeiras exposições de desgraçados.

*Uns sem perna, outros sem faces*, que foram corroidas pelo cancro, outros paralyticos, todos, sujos, maltrapilhos e sob uma nuvem de moscas, estendem-se enfileirados a espera de que quem passa lhes jogue um nickel. Esse é o pé em que estamos, não obstante o serviço policial, em fornecer carteira de mendicância, ou licença para pedir esmolos, com o fim de fazer um contrôle. Entretanto o número de verdadeiramente necessitados é muito pequeno e si se quizer depural-o, basta se dar recolhimento aos esfomeados num azylo.

A metade perde a fome, e poucos serão os que preferem um comodo, alimentação e hygiene numa casa de caridade, onde tudo lhes é dado de prompto e ás horas, a andar pelas ruas, em busca de nickels. É que a mendicidade já passou á cathegoria de industria! (Diário da Tarde, 20/1/1919. p.2)

A mesma opinião parecem ter as autoridades policiaes. Em 1920, relatando ao Chefe de Polícia sobre a mendicidade infantil, diz o Delegado do 1º Districto:

Consoante as instrucções recebidas de V. Ex., no mez de Outubro foram iniciadas nesta Delegacia, com auxilio efficaz do snr. inspector da guarda civil, as providencias tendentes a livrarem a nossa Capital do espectáculo desagradavel da mendicidade infantil, cuja progressão era verdadeiramente alarmante.

Notadamente na rua 15 de Novembro, a principal arteria da urbs, a garotada que a indolencia criminosa de paes madraços e inconscientes alli collocava, nos cafés, nos Bancos, em toda parte causavam um aspecto revoltante que não podia permanecer.

No 1º sabbado em que foram postas em execução as medidas salutaes que V.Ex. determinou, me apresentaram nesta Delegacia 22 mendigos, dentre os quaes apenas 4 se achavam em condições de implorar a caridade publica.

As 12 creanças que me foram trazidas, no numero dos 22 falsos mendigos encaminhei-as para os respectivos paes, quasi todos elles possuidores de meios de subsistencia.

Alguns menores V.Ex. recolheu ao Patronato Agrícola, criação feliz e opportuna, de que se esperam satisfactorios resultados.

No 2º sabbado, o numero de falsos pedintes diminuiu: compareceram tão somente 19, sendo alguns reincidentes.

Apenas 3 se achavam em estado de extrema miséria, e 2, por não terem parentes nem recursos, V.Ex. houve por bem mandar recolher a Secção de indigentes do Hospicio "N.S. da Luz".

No 3º sabbado, registou-se uma consideravel diminuição: foi me trazido unicamente 1 mendigo.

E assim tem continuado a vigilancia policial, seguindo sempre a mesma directriz suasoria e conciliadora, de accordo com as communicacões verbaes e escriptas que tenho feito a V.Ex. (131)

Para o ano de 1921, o Relatório de Polícia registra, ainda que somente para o 1º trimestre do ano, a emissão de 29 carteiras (denominadas agora não mais como carteiras para indigentes mas, sim, de "carteiras para esmolar") (132).

Este mesmo Relatório fala sobre uma nova regulamentação para o Serviço Médico Legal do Estado (Lei nº 1981 de 5 de abril de 1920) e consequentemente, sobre o Gabinete de Identificação e de Estatística:

**Art. 92** - O Gabinete tem por fim

a. Effectuar a identificação de todas as pessoas presas ou detidas, qualquer que seja a sua condição social, sem excepção de crimes ou contravenções;

(...)

**Art.106** - No "Registro Civil" do Gabinete serão inscriptas todas as pessoas que requererem os documentos seguintes:

I. Attestado de boa conducta;

II. Carteira de identidade civil;

III. Passaporte internacional;

IV. Carteira de identidade profissional;

V. Carteira de eleitor;

VI. Carteira de serviço domestico;

VII. Carteira de Indigente.

**Art. 112** - As carteiras de identidade para fins de alistamento eleitoral e as de Indigentes serão gratuitas.

A proposta do novo Regulamento atentava ainda para os serviços do órgão:

**Art. 61** - O Serviço de Assistência Médico-Legal, compreende:

- a. O exame dos alienados, em trânsito para o Hospício
- b. O exame dos doentes em trânsito para o Hospital
- c. O exame dos mendigos, que desejarem obter carteira de indigência e que por ordem do Chefe de Polícia, será fornecida pelo Gabinete de Identificação e Estatística.

O mesmo ano de 1921, quando foram enviados 46 indigentes para o Hospício N.S. da Luz, vê o aparecimento de uma nova instituição assistencial, a Sociedade dos Socorros aos Necessitados, criada por iniciativa da Associação Comercial do Paraná:

Uma excelente idéia tiveram varios cavalheiros da nossa culta sociedade, cuidando em fundar uma instituição que vise modificar o sistema, até agora permitido, de se consentir a exposição de aleijados e a correria de pedintes nas ruas afetando a cidade e importunando os transeuntes ao mesmo tempo que da logar as mais ignobeis explorações. Com uma organização social, auxiliada pelo poder publico, é possivel dar amparo aos verdadeiros necessitados, aos mendigos que forem realmente invalidos, ou que estiverem ao inteiro desamparo. Visando levar a effeito essa organização, reuniram-se hontem á noite na Associação Commercial, varios cidadãos, que discutiram o assumpto, ficando fundada uma Sociedade de proteção aos mendigos (...) (Diário da Tarde, 15/9/1921. p.1)

Cinco anos mais tarde, em 1926, é fundado o Asilo São Vicente de Paula, realizando assim a expectativa de vários chefes de polícia, que ano a ano reivindicavam a inauguração de uma instituição que possibilitasse solução ao problema da mendicância.

Acerca destas instituições, que buscam sanar o problema da mendicidade em Curitiba - objeto do próximo capítulo - é preciso percebê-las como instrumentos de controle e até mesmo exclusão social. Por exemplo, os atendidos nessas *casas* deveriam passar por um exame médico comprovando sua necessidade de atendimento e inaptidão ao trabalho. E isto, é algo que marca algumas falas policiais: “Os indigentes são recolhidos ao Asylo mediante guia expedida pela Chefia de Polícia. Essa guia só se expede depois de rigorosa sindicancia no sentido de impedir o recolhimento de pessoas que não sejam verdadeiramente inválidas.” (133)

Esta “rigorosa sindicancia” implica no *fichamento* ou na identificação do indigente perante o Gabinete de Identificação e Estatística. Identificação, esta, que permitia a obtenção

da carteira para indigente ou para internamento no Asilo. Bem como, para o registro do *vagabundo profissional*.

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E ESTATISTICA  
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO MEDICO LEGAL E ANNEXOS  
REGISTRO CIVIL Nº 200 PROMPTUARIO Nº 124

NOME Seraphim Capaduti NASC. 19/7/1885

PROFISSÃO: indigente

MOTIVO DO REGISTO: Tirou em 18/2/29 carteira para uso particular, digo, obteve carteira para ser internado no Azylo S. Vicente de Paulo

RESIDENTE: em Catanduvas-PR

PARENTES E RELAÇÕES SOCIAIS DO REGISTADO: irmãos...

LUGARES E COMPANHIAS QUE FREQUENTAM: baixa sociedade.

REGISTRO CIVIL Nº 203

PROMPTUARIO Nº 210

NOME Joaquim Jose de Araujo

QUALIFICAÇÃO:

Filho de: João de Araujo Pereira e de Josepha de Maria da Encarnação

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: Rio Grande do Norte

Nascido em 11/3/1847

Estado civil: viuvo

Profissão: indigente; sem instrução.

SIGNAES VISIVEIS: -

OBTEVE em 27/2/29 carteira para ser internado no Azylo S. Vicente de Paula

ANTECEDENTES MORAES E POLITICOS DO REGISTADO: veterano da guerra do Paraguay

Nº 162 REGISTRO CIVIL Nº 49

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO MEDICO LEGAL E ANNEXOS

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E ESTATISTICA

PROMPTUARIO Nº 2801

NOME: Elesbão Pacheco

QUALIFICAÇÃO

Filho de: ignorada

Nacionalidade: ignorada

Naturalidade: ignorada

Nascido em: ignorada

Estado Civil: ignorada

Profissão: ignorada

CARACTERES CHROMATICOS ETC.

côr preta

olhos castanhos escuros

cabellos castanhos escuros

bigode: cast. escuros

barba: feita

altura: 1m e 64 cm

instrução: -

SIGNAES VISIVEIS

rosto: -

mão direita: amputações das 2ª e 3ª phalanges do annular

mão esquerda: amputação da 3ª phalange do indicador

MOTIVO DO REGISTO E OUTRAS CIRCUNSTANCIAS:

Em 18/2/930, obteve carteira para o Azylo S. Vicente de Paula.

Nº 16 REGISTRO CIVIL Nº 46

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO MEDICO LEGAL E ANNEXOS

PROMPTUARIO Nº 609

NOME: Manoel Ferreira VULGO -  
 QUALIFICAÇÃO  
 Filho de: Alexandrino Manoel da Silva e Maria da Conceição  
 Nacionalidade: brasileira  
 Naturalidade: Diamantina, Minas Geraes  
 Idade (declarada ou aparente): 29 anos  
 Nascido em: ignora de ignora de 1900  
 Estado civil: solteiro  
 Profissão: (?); sabe ler e escrever: não; instrução nulla.

#### CARACTERES CHROMATICOS ETC.

côr preta  
 cabellos pretos  
 barba preta  
 bigode pretos  
 olhos castanhos escuros  
 bocca com. levantados  
 labios grossos  
 constituição mediana  
 alt. 1m e 64cm  
 nariz concavo  
 dentes estragados  
 fronte convexa  
 palpebras descobertas  
 orelhas normaes  
 queixo normal  
 sobranceiras arqueadas  
 vós media

#### MARCAS, SIGNAES PARTICULARES, CICATRIZES E TATUAGENS

Rosto: cicatriz irregular e espessa no pescoço  
 mão direita: -  
 mão esquerda -  
 tatuagens: representando uma cruz no dorso da mão esquerda.

#### MOTIVO DO REGISTO E OUTRAS CIRCUNSTANCIAS

DATAS: da prisão: 14/4/929  
 da identificação: 15/4/929

NOME COM QUE FOI IDENTIFICADO: Manoel Ferreira  
 AUTORIDADE QUE O MANDOU IDENTIFICAR: Dr. Chefe de Policia  
 MOTIVO: legitimação  
 DATA DE SAIDA: 15/4/929  
 DATAS: da prisão: 30/5/929  
 da identificação: 31/5/929

NOME COM QUE FOI IDENTIFICADO: Manoel Ferreira Silva  
 AUTORIDADE QUE O MANDOU IDENTIFICAR: Dr. Chefe de Policia  
 MOTIVO: legitimação  
 DATA DE SAIDA: 31/5/929  
 DATAS: da prisão: 29/7/929  
 da identificação: 30/7/929

NOME COM QUE FOI IDENTIFICADO: Manoel Ferreira  
 AUTORIDADE QUE O MANDOU IDENTIFICAR: Dr. Chefe de Policia  
 MOTIVO: vadiagem  
 DATA DE SAIDA: 30/7/929

#### PARENTES E RELAÇÕES SOCIAES DO REGISTADO

Nomes: Antonia Maria da Gloria / João Francisco  
 Grau de Parentesco: irmã / irmão  
 Suas Residencias: Diamantina-MG  
 Lugares e companhias que frequentam: ignora / casas de diversão  
 Observação: solteira - costureira / solteiro - açougueiro  
 datas: 15/4/929 Domicilios do registado: Albergue Nocturno  
 Logares frequentados pelo registado: botequim do Ricardo - em Riushinho

ANTECEDENTES MORAES E POLITICOS DO REGISTADO:  
Já trabalhou como padeiro. (134)

Os anos 30 vêem a criação de estratégias que visam a obrigatoriedade da identificação civil a todos os brasileiros.

Estas estratégias, pensadas principalmente por autoridades ligadas à medicina legal brasileira, têm no médico Leonídio Ribeiro um dos seus mais fortes propagadores e influente representante. Discípulo de Afrânio Peixoto e vencedor do Prêmio Lombroso de Antropologia Criminal de 1933, Leonídio Ribeiro, diretor-fundador do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro (posto que ocupará a partir de 1931), se empenhará na organização e sistematização dos Institutos de Identificação espalhados pelos estados brasileiros e principalmente, na adoção da identidade como documento obrigatório do cidadão brasileiro.

As estratégias para a obrigatoriedade do uso do documento de identidade, partirão dos atos mais corriqueiros da vida cotidiana e portanto, imprescindíveis. Não são mais somente os delinquentes e reincidentes, os indivíduos sujeitos à identificação que, agora, torna-se uma exigência também para candidatos à matrículas em escolas secundárias e superiores; para prestação do serviço militar obrigatório; para obtenção do obrigatório título de eleitor e também, para passaportes; para o exercício do serviço público ou profissões liberais; para transações comerciais e bancárias; etc.

Uma interessante trajetória para um documento que surge com a finalidade de identificar, antes de tudo, o delinquente. Se num primeiro momento a identificação indica o controle sobre o infrator, agora se transforma também numa possibilidade de controle sobre o cidadão - legitimado pelo próprio cidadão. Ainda que este mesmo controle, nem sequer seja constitucionalmente legitimado (135).

## NOTAS

- (1) Apud AMARANTE, Jurandyr. *Psicologia e crime*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1936. p.135.
- (2) FOUCAULT. *Microfísica...* p. 79-98.
- (3) MACHADO, Roberto et al. *A danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro : Graal, 1978. p.255-259.
- (4) Ibid., p.248.
- (5) FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p.23-40.
- (6) RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Luiz Antonio Xavier, Secretário do Interior, pelo Des. João Baptista da Costa Carvalho Fº, Chefe de Polícia do Estado. 31/12/1900. p.8.
- (7) CUNHA, op.cit., p.35.
- (8) DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na "Belle Époque": a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.121-138.
- (9) Ibid., p.44-50.
- (10) FRAGOSO, C.H. *Lições de direito penal*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993. p.46.
- (11) DARMON. op.cit. p.53.
- (12) Ibid., p. 42.
- (13) CUNHA, op.cit., p. 25.
- (14) DARMON, op.cit., p.42.
- (15) Ibid., p.42.
- (16) MOREL apud DARMON, op. cit., p.42.
- (17) CUNHA, op.cit., p.25.
- (18) GAROFALO, R. *Criminologia: estudo sobre o delicto e repressão penal*. 4.ed. Lisboa: Clássica Editora, 1925. p.146.
- (19) FRAGOSO, op.cit., p.46.
- (20) DARMON, op.cit., p.139 e PEIXOTO, A. *Medicina legal: psicopatologia forense*. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938. p. 18.
- (21) PEIXOTO, op.cit., p.18.



- (22) Ibid., p.19.
- (23) Ibid., p.19.
- (24) Ibid., p.19.
- (25) MATTOS, Julio de. Prefácio (1893). In. GAROFALO, op.cit. p.V.
- (26) Empregamos o conceito de classificação/desclassificação a partir de Laura de Mello e Souza: o conceito de desclassificação nos remete, obrigatoriamente, ao conceito de classificação, "deixando claro que, se existe uma ordem classificadora, o seu reverso é a desclassificação. Em outras palavras: uns são bem classificados porque outros não o são, e o desclassificado só existe enquanto existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo. Nesse contexto, é impossível pensar a desclassificação social sem pensar na vinculação que esta oferece com o nível infra-estrutural, parte fundante do processo de desclassificação." Cf. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.13-14.
- (27) GAROFALO, op.cit., p.VI; XIV.
- (28) CARELLI, L. Os termos do problema penal. In. GAROFALO, op.cit., p.571-572.
- (29) SCHWARCZ, L.M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.239-255.
- (30) Ibid., p.166-167.
- (31) Ibid., p.208. O século XIX, no Brasil, assistiu uma interessante produção intelectual - e consequentemente, acirradas discussões - acerca da noção de raça e dos efeitos da mestiçagem na população brasileira. Partindo desses elementos, várias correntes de intelectuais - oriundas de diferentes leituras e interpretações - condenarão a mestiçagem como o mal nacional ou ainda, legitimarão sua ação na formação do homem brasileiro: assim, a partir de elementos atrelados a uma suposta "identidade nacional" procurar-se-á pensar a própria viabilidade da "nação brasileira." Sobre o assunto, consultar - além do já citado trabalho da professora Lília M. Schwarcz, *O espetáculo das raças* - ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Especialmente os capítulos: "Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais no século XIX"; e "Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional".
- (32) Ibid., p.209.
- (33) Cabe salientar que a institucionalização de uma Medicina Legal no Brasil - que criará controvérsias e disputas principalmente com o Direito Penal, dado que os médicos entendem ser responsáveis pelo arbítrio sobre o crime - vai ser responsável também, pela institucionalização de uma Antropologia brasileira, a chamada "Escola Nina Rodrigues" Cf. CORRÊA, Marisa. *Antropologia & medicina legal: variações em torno de um mito*. In. EULALIO, Alexandre. *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.53-63.
- (34) GALTON apud DARMON, op.cit., p.195.
- (35) O Dia, Curitiba, 10/01/1934, p.3. O mesmo diz Afrânio Peixoto: "É a aplicação seródia ao homem, de todos esses processos notórios em zootecnia, pelos quaes a sciencia e a industria têm conseguido melhorar e aperfeiçoar as raças animaes. PEIXOTO, op.cit., p.78.

- (36) FERREIRA, João Candido. **A eugenia**. Curitiba: Livraria Economica, 1923. p.1.
- (37) Ibid., p.1, 4.
- (38) Ibid., p. 4.
- (39) Ibid., p.1. Os trabalhos anteriores, aos quais o autor se refere, são: **Prophylaxia da tuberculose** (1897); **O alcool não é aperitivo nem thermogenico** (1922) e, ainda **A syphilis, como problema social** (1922).
- (40) Ibid., p.
- (41) Ibid., p. 12.
- (42) Ibid., p. 12. João Cândido em **O alcool não é aperitivo nem thermogenico**, já se refere a questão: “(...) o alcool, (...) não faz bem algum ao organismo e produz todo o mal - altera, degenera e consome os mais nobres elementos do corpo, enfraquece as energias organicas e estende aos descendentes a degradação dos órgãos primordiais á vida, torna um povo desalentado, faz a Patria infeliz e fraca porque seus filhos são doentes, degenerados, invalidos.” p.5.
- (43) FERREIRA. **A eugenia**. p.19.
- (44) Ibid., p. 19-20.
- (45) Ibid., p. 21.
- (46) Ibid., p. 22.
- (47) LACERDA, Jorge. Discurso. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, v.7, n.6, p.313, jun.1938.
- (48) Ibid., p.313.
- (49) Ibid., p.310.
- (50) Ibid., p.311.
- (51) KEHL, Renato apud SCHWARCZ, op. cit., p.233-234.
- (52) **O Dia**, Curitiba, 10 jan. 1934, p.3.
- (53) Cf. DARMON, op cit., p. 200-204.
- (54) BRASIL. Constituição de 16 julho 1934. Título IV, Art. 138. Cf. KEHL, Renato. Política eugênica. In. \_\_\_\_\_. **Lições de eugenia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935. p.230-280.
- (55) Cf. PEIXOTO, A. **Criminologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933. p.206-218. \_\_\_\_\_. **Medicina legal**. p.78-85.
- (56) CARELLI, In GAROFALO, op. cit., p. 571.
- (57) SEELIG, Ernst. **Manual de criminologia**. Coimbra: A.Amado Editor, 1957. p.90.
- (58) PEIXOTO, **Criminologia**, p. 216.

- (59) Ibid., p. 217.
- (60) BENEDIKT apud DARMON, op. cit., p. 73.
- (61) FERRI, E. **Sociologia criminal**. Madrid: Centro Editorial de Góngora; tomo I, [189\_]. p.129.
- (62) Ibid., p. 129.  
PEIXOTO, op. cit., p.196.
- (63) FERRI, op. cit. , p.315.
- (64) Ibid., p. 314-315.
- (65) GAROFALO, op. cit., p. XVI-XVII.
- (66) GAROFALO, op. cit., p. 534-535.
- (67) Ibid., p. 507-544.  
DARMON, op. cit., p.145.
- (68) FERRI apud DARMON, op. cit., p.147.
- (69) FERRI apud GAROFALO, op. cit., p.235.
- (70) Ibid., p.236.
- (71) Ibid., p.236-237.
- (72) FERRI, op. cit., p.310-314.  
GAROFALO, op. cit. , p.237.
- (73) FERRI apud. GAROFALO, op. cit., p.239.
- (74) GAROFALO, op. cit., p.247.
- (75) Ibid., p. 537.
- (76) Ibid., p. 539.
- (77) CHAVES, João. **Sciencia penitenciaria**. Lisboa: Classica Editora, 1912. p.83.
- (78) Ibid., p. 83.
- (79) Ibid., p. 83.
- (80) Ibid., p. 106.
- (81) FERRI, op. cit., 310-311.
- (82) Ibid., p. 315.
- (83) Ibid., p. 315-317.

(84) Ibid., p. 317.

(85) Ibid., p. 318.

(86) *Revista Brasileira de Medicina e Pharmacia*, v.7, n.2, p.190, abr./jun. 1931.

(87) MOTTA, Cândido. *Classificação dos criminosos: introdução ao estudo do direito penal*. São Paulo: J.Rossetti, 1925. p.81.

(88) *Revista Brasileira de Medicina...* p. 190

(89) Ibid., p. 190.

(90) Ibid., p. 190.

(91) MORAES, Evaristo de. *Ensaio de pathologia social: vagabundagem, alcoolismo, prostituição e lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921. p.7.

(92) Ibid., p. 15.

(93) Ibid., p. 27.

(94) Ibid., p.22-23.

(95) Ibid., p. 27.

(96) Ibid., p. 28.

(97) PERROT, Michelle. *À margem: solteiros e solitários*. In. \_\_\_\_\_. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.287-303.

(98) Ibid., p. 302-303.

(99) Ibid., p. 302.

(100) BRASIL. Constituição 24 fev.1891. Secção II, Art. 72, parágrafo 11.

(101) BENJAMIN, W. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In. KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin: sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. p.76.

(102) MORAES, op. cit., p.30.

(103) Ibid., p. 30-31.

(104) SOARES, op. cit. , p.766.

(105) Ibid., p.766.

(106) FERRI, op. cit., p. 315.

(107) PEIXOTO, op. cit., p. 216-217.

(108) RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Marins Alves de Camargo, Sec. Geral do Estado, pelo Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia do Estado. 31/12/1921, p.170.

(109) LÓRES, Sylvio de. Pelos vagabundos. *Diário da Tarde*, Curitiba, 20 dez. 1907, p. 1.

(110) AMARANTE, op. cit., 162-163.

(111) Cf. por exemplo: PEIXOTO, op. cit., 295p.

POLLITZ, Paul. *Psicologia do criminoso*. Rio de Janeiro: Atlantida Editora, 1934. 295p.

SANTOS NETTO, A.B. *Psicologia criminal e justiça*. Rio de Janeiro: Conkson, 1934. 221p.

AMARANTE, op. cit., 232p.

(112) SANTOS NETTO, op. cit., p.110.

(113) AMARANTE, op. cit., p. 161-165. Acerca da crítica à associação pobreza e criminalidade, Cf. CAMPOS, Edmundo. Sobre sociólogos, pobreza e crime. *Dados*, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.377-383, 1980 e RAMALHO, J.Ricardo. A sujeição pelo crime. In \_\_\_\_\_. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p.155-183.

(114) DARMON, op. cit., p.195.

(115) RIBEIRO, Leonídio. *Medicina legal e criminologia: estudos e observações*. Rio de Janeiro: Livraria Avenida, 1949. p. 420.

(116) DARMON, op. cit., p.213-227.

(117) PAULA, Antonio de. *Do direito policial*. Curitiba: [s.n.], 1928. p.94.

(118) RIBEIRO, op. cit., p. 389.

(119) PAULA, op. cit., p.94.

(120) Ibid., p. 96.

(121) PARANÁ. Leis e Decretos, 1908.

(122) TERMOS DE SEGURANÇA E “BEM VIVER”, 1881/1900. Arquivo Público do Paraná.

(123) SOARES, op. cit., p.768.

(124) “Obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, prostitutas que perturbam o sossego publico, aos turbulentos, que por palavras ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade publica e a paz das familias.” Art. 12, parágrafo 2º, da lei de 29/11/1832. Cf. ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro 1840-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.31.

(125) MOREIRA, Júlio. *História da polícia civil do Paraná*. 1950. (mimeo.)

(126) Os mendigos quando davam entrada no Hospício N.S. da Luz, bem como no Hospital da Santa Casa, tinham seus dados registrados em livro. Encontramos um desses “livros”, do período de 1903-1905, no Arquivo Público do Paraná. Constando na capa a denominação “mendigos”, o livro registra além do nome a data de entrada, a idade, a naturalidade, a residência, estado civil, cor e o

“diagnóstico”. Consta, ainda, a data da expedição da guia policial e, óbvio, a “categoria” (indigentes, mendigos ou alienados).

(127) RELATÓRIO, Chefe de Polícia. 1911.

(128) RELATÓRIO, Chefe de Polícia. 1912.

(129) *Diário da Tarde*, 18 mar. 1916, p.1

(130) *Diário da Tarde*, 03 jul.1915, p.1.

(131) RELATÓRIO, Chefe de Polícia. 1920.

(132) RELATÓRIO, Chefe de Polícia. 1921.

(133) RELATÓRIO, Chefe de Polícia. 1927.

(134) Prontuários de Registro obtidos no Arquivo do Instituto de Identificação do Paraná.

(135) Cf. CORRÊA, M. op. cit., p. 57-59.

### 3 OS ROTOS NA FALA: VADIOS E MENDIGOS NOS RELATÓRIOS DE POLÍCIA

Coritiba, temos dito, cidade nova e habituada a vida laboriosa, não é habitat propicio á classe dos vagabundos.  
(**Commercio do Paraná**, 18 maio 1916, p. 2.)

#### 3.1 A ORDEM E OS OUTROS

Procurando analisar a criminalidade no Paraná de 1854 a 1906, o advogado curitibano Pamphilo de Assumpção publica no **Diário da Tarde** de 21 de agosto de 1908 um extenso e interessante artigo. Intitulado *O Crime no Paraná*, o texto nos deixa entrever várias questões que também comparecem e comparecerão com frequência nos Relatórios dos Chefes de Polícia do Estado do Paraná. Estas questões dizem respeito principalmente à noção de crime e suas causas (donde facilmente vislumbramos as influências da *Antropologia Criminal* e do *Direito Positivo*) e propõe uma concepção de ordem - que se busca implantar - e, consequentemente, uma representação *da ordem*, indicando ainda, para a “boa índole” da população paranaense. Vamos ao artigo:

O crime, esse morbus social, cujo desenvolver constante é thema obrigado para as cogitações dos sociologos, motivo ponderoso de preocupações dos poderes publicos, que comprehendem a sua alta função social na vida moderna, é um d'esses males, como eguaes se acham no organismo, estirpados reaparecem, se suppõem curados e de novo brotam.

A politica criminal, prescutando o organismo social e ensaiando sua regeneração, tem cogitado de todos os meios possiveis de profilaxia, visando, quer o tratamento do delinquente, quer a sanificação do meio, que é a zona do delicto.

Mas, como se fôra um d'esses micro-organismos que zombam do poder das lentes e da impermeabilidade dos filtros nos laboratórios, o crime, zombando de toda a acção defensiva e repressiva, campeia e alastra, sob a influencia de causas multiplas, anthropologicas ou individuaes, physicas ou sociaes, que de modo soberano e irreprimivel, imperam sobre os individuos e as sociedades, proclamando que ou o livre arbitrio é uma mentira metaphysica, ou, é uma verdade, e então, paradoxalmente, tanto mais elle conduz o individuo a violar a ordem juridica, quanto mais o homem avança na linha ascendente de sua evolução moral.

O crime é sempre symptomatico do estado de perfectibilidade social de uma comunidade, revelador do grau de degenerencia dos individuos que a compõem.

Estudal-o, pois, é conhecer as condições de adaptabilidade do meio social para a sua proliferação, é medir o grau de normalidade juridica do viver do povo sobre o qual se vão fazer as investigações:

porque, sendo o crime um mal symptomatico, portanto, não originario, a intensidade de suas manifestações, mede a intensidade do estado morbido social. (...)

O crime - mal sintomático, medidor da perfectibilidade social - tem suas causas e proliferação em meras contravenções. Contudo, tal opinião nos permite perceber o alargamento da própria noção de *crime*, que se confunde com a própria contravenção e que podem ser entendidos como *comportamentos* que atentam, ou podem vir a atentar, contra a ordem e que sendo assim, necessitam de vigilância.(1)

O uso de armas prohibidas: o alcoolismo e a vagabundagem são causas latentes da pratica de crimes.  
O habitat que quase sempre é commum a essas tres especies de infracção da lei, constitue uma zona perigosa para a sociedade; é uma especie de paul que sem o anophels póde contaminar com suas toxinas a sociedade em que se acha.  
Curitiba offerece aos registros da policia um bom numero de ebrios, vagabundos e desordeiros.  
Em 1906 deram entrada na cadeia civil 560 individuos.  
D'esses 27,61% eram ebrios; 20% vagabundos, havendo assim quasi 50% de ebrios e vagabundos sobre o numero total de prisões.  
Naturalmente não se acham n'esse numero os ebrios e vagabundos que foram classificados como desordeiros; pois as desordens surgem em regra entre gente d'aquella casta.  
A porcentagem é muito forte.

Contudo, Pamphilo de Assumpção, estudando o crime no Paraná, conclui pela boa índole da nossa população. Uma população ordeira que impede a criminalidade de vicejar por essas paragens. Calculando o número de prisões conforme o número da população, o advogado compara Curitiba a São Paulo. Enquanto em 1906 registrou-se por aqui 560 prisões, ou seja, 1,02% de população orçada em 55.000 pessoas, na capital paulista, em 1905, para uma população de 280.000 pessoas registraram-se 11.322 prisões; 4,04% da população, nos cálculos do ilustre advogado. Logo,

É pois claro que o crime no Paraná não tem achado meio propicio ao seu desenvolvimento.  
Pode-se dizer que o Paraná é o Estado do Brazil onde maior é o respeito á vida e á propriedade dos habitantes, pois os demais delictos quasi que se desconhecem. (...)  
Provavelmente n'esse caracter ordeiro, n'essa índole sã, tem o Paraná o segredo d'esse progresso material com que surpreendeu os visitantes da exposição nacional e enthusiasma quantos são seus hospedes.  
Na verdade é a ordem a base do progresso.  
E assim, uma vez que o axioma da philosophia positiva offende milindres de crenças, bem podia o Estado ter inscripto em seu pavilhão a divisa que lhe almeja Zacharias ao installar a primeira assemblea legislativa da Provincia "Concordia e Prosperidade."



“A ordem é a base do progresso”. Entendendo o Progresso como sinónimo de Civilização, e o trabalho e a manutenção da ordem social como as bases para se chegar ao próprio Progresso, o controle sobre a população e a vigilância sobre os comportamentos (principalmente sobre os *comportamentos desviantes* da concepção de ordem e sociedade), bem como as práticas de disciplinarização que visam a formação de um indivíduo adequado a este modelo de sociedade, se fazem imprescindíveis.

O apego ao trabalho e a constituição de uma população trabalhadora e ordeira (e, portanto disciplinada), donde sobressai o respeito à propriedade privada, à liberdade e à segurança do indivíduo, são os elementos fundantes (da própria ordem) que possibilitarão a “victória” do Progresso e da Civilização.

Neste amplo leque do ideário liberal, tudo aquilo que se coloca contrário à ordem - e, portanto, a este *ideário* - é um inimigo, ao menos potencialmente, que precisa ser tolhido, e de uma ou outra maneira, enquadrado na ordem.

Dentro desta necessidade de manutenção e controle, cabe à polícia um papel relevante. Considerado talvez o mais importante mecanismo de controle social, a polícia, mais que reprimir, tem por função criar *bons comportamentos*, ou melhor, normalizar comportamentos (2). A vigilância e a atuação policial - preventiva e repressiva - acabam por se confundir com a própria ideia de *normalidade social* e, portanto, de ordem: “a função da polícia”: “órgão de acção social, quer na repressão das causas que perturbam a normalidade da vida colectiva quer na prevenção e vigilância para que os cidadãos desenvolvam sua actividade, tendo plenamente garantias a vida, a propriedade e a liberdade.” (3)

Na sua actual significação de órgão que o Estado emprega na sua própria defesa, póde ser definida a policia como - a organização destinada a prevenir e reprimir os delictos, garantindo, assim, a ordem publica, a liberdade e segurança individual.

(...)

A policia administrativa, (...) é a que tem por fim prevenir os delictos. Constitue um ramo de administração publica, que resume o conjunto de serviços destinados a dirigir, a orientar e a manter o Estado e a cohesão social.

É ella, assim, a guarda vigilante do Estado e de todo o corpo social e olho vivo da publica administração, sempre attento para a manutenção da ordem, da segurança, da saúde e da tranquillidade publica. (4)

Opinião muito semelhante é expressada, mais detalhadamente, pelo delegado João Ribeiro de Macedo Filho, em 1900:

A acção da policia administrativa consiste em accomodar conflictos de interesses, restabelecer a paz, onde esta é ligeiramente perturbada; aconselhar a prática das boas acções e do respeito mutuo; velar pela segurança da vida, da propriedade e da liberdade dos cidadãos; prevenir suicidios; dar abrigo aos ébrios; socorrer os fracos e menores desamparados; (...); auxiliar os poderes da União, do Estado e do Municipio em todo o serviço de hygiene publica; encaminhar os indigentes e os doentes pobres para os asyls e hospitaes, realisando assim um verdadeiro serviço de assistência publica. (5)

Polícia: olho vivo e vigilante de todo corpo social; conselheira da prática de boas ações e respeito mútuo. Sendo “a função primordial da policia... a manutenção da ordem publica”(6) - ou, ainda, “uma organização administrativa, destinada a manter a ordem nas cidades, villas e localidades e proteger a gente honesta contra as investidas dos malfeitores de todas as cathogorias” (7) - faz-se indispensável a organização da própria *organização policial*. Se a manutenção da ordem social é o imprescindível mister policial, imprescindível se faz também a ordenação do corpo policial:

Penso que não se poderá, de futuro, prescindir de um pequeno corpo de Agentes de Policia composto de cidadãos moralizados, inteligentes e trabalhadores, regulamentado, com a sua organização normal, com responsabilidades, garantias e ordenados especificados. Os Agentes de Policia, a policia civil e a policia militar, isto é, agentes a paisana, Guarda Civil e Regimento de Segurança, cada um com a sua formação propria, cada um movendo-se a seu tempo e agindo por meios diferentes, são garantias da ordem publica que não se excluem nem se repellem mutuamente, em contrario, são forças que se completam e se elevam em prestigio com os seus recíprocos auxilios. O officio da policia nem sempre é prevenir e reprimir; a dedicação summa não é simplesmente evitar o mal e impor pela força a soberania da lei; existe o mistér de investigar. (8)

Esta anunciada *organização policial*, pelo Chefe de Polícia, dr. Estanisláu Cardozo, em 1911, é apenas mais um dos elementos que devem propiciar a manutenção da ordem. Questão central no discurso das elites dirigentes, a manutenção da ordem, ou a sociedade no seu *principio de defesa*, busca dispor de uma *ciência criminológica* para se defender dos elementos perigosos ou potencialmente perigosos. *Ciência* embasada fundamentalmente nos ensinamentos da *Escola Positiva ou Antropológica*, a *defesa da sociedade*, principalmente

contra o crime e contando com a *organização da polícia*, sinônimo de uma polícia moderna e aparelhada - deve buscar combater antes de mais nada as causas da criminalidade. Para tanto, deve conhecer essas causas, seus elementos e fatores. Assim, a proteção da sociedade - da *ordem social* - depende do conhecimento acerca do próprio criminoso, sua constituição e meio.

Em 1912 realizou-se o Convênio Policial Brasileiro onde se propunha o *aparelhamento* e modernização das polícias estaduais e sua integração no combate aos *perigos sociaes*. Dentre este *aparelhamento*, destaca-se o apelo a utilização da estatística, como método de controle sobre as flutuações nas taxas de criminalidade e suas diferentes causas:

Não podemos indagar dos meios de evitar os crimes sem conhecer-lhes as causas geradoras, e para o conhecimento destas é indispensavel adoptarmos o methodo de observação do qual é esteio poderosissimo a estatistica.

Foi baseado nesta sciencia que Ferri poude concluir que os phenomenos criminaes, variam em função das condições climatericas, avultando os delictos contra á pessoa quando a temperatura se acha elevada, e contra á propriedade quando se verifica o declinio thermico. (...) (9)

A organização de um sistema penitenciário, de uma “polícia científica” e ainda de escolas de polícia, são mais algumas das recomendações do Convênio, visando um bom aparelhamento da polícia em defesa da sociedade e da manutenção da ordem.

Incutir hábitos e comportamentos ditos civilizados, coagir a má-ação de elementos pouco afeitos a ordem, reprimir a ociosidade e vigiar elementos suspeitos, prevenir o delito, são alguns dos elementos que aliados a uma *polícia organizada*, representam segurança em prol da defesa social.

Curitiba por sua vez - capital do “Estado do Brazil onde maior é o respeito á vida e á propriedade dos habitantes” - é caracterizada pelos “funcionários da vigilância, prevenção e repressão dos delitos” como uma cidade ordeira, uma terra de *cidadãos*. Uma capital que parece fazer jus ao Estado que representa (“A população paranaense é laboriosa e

tradicionalmente ordeira. Vive e trabalha sob um regimen de liberdades e garantias”) (10). Tal *tranquilidade* (traduzida por respeito à ordem) por conseguinte, parece se refletir no trabalho policial como nos deixa entrever Benedicto Pereira da Silva Carrão, Chefe de Polícia, em 1894: “Graças á boa índole, por natureza pacifica, da população do Estado do Paraná, à vigilância constante das autoridades publicas e ao respeito á lei por parte do povo, a tranquilidade publica não tem soffrido alteração alguma, durante o tempo em que me acho á frente dos negocios policiaes do Estado.” (11)

A mesma satisfação policial – em relação à população laboriosa, encontramos quase quatro décadas depois, em 1933, nas palavras do Sub-Delegado Naby Mansur Paraná ao Chefe de Polícia, Cel. Silvio Van Erven:

Mais uma vez tenho a oportunidade de patentear a V.Ex.<sup>a</sup> e as demais autoridades competentes, a minha imensa satisfação, em poder proclamar que, a índole pacata e ordeira, a nitida compreensão dos deveres para com as autoridades constituídas, o grande amor ao trabalho e o devotamento humanitário e progressista dos habitantes (...), têm concorrido eloquentemente para a manutenção da ordem publica, fator primordial para o progresso moral, material e politico de um povo. A ordem e o respeito imperam (...) de uma maneira harmoniosa e eloquente, concorrendo exuberantemente para o decrescimo do crime e da desordem (...).(12).

Amor ao trabalho, respeito, compreensão e acatamento das leis e dos deveres.

Parecemos caminhar ao *Progresso*, aspiramos ares de *Civilização*:

“A tranquilidade publica continua a ser mantida em todo o Estado, sem que um ou outro caso, sem importancia, ocorrido tomasse proporções taes, que, de qualquer modo, fizesse perigar esse poderoso elemento de conservação e progresso do Paraná. (...) a ordem e respeito ás leis são os melhores meios de nos fazer conhecer como nação civilisada entre os demais povos. (13)

Contudo, as mesmas falas policiais que elogiam o apego ao trabalho, o respeito às leis e, portanto, à ordem, denunciam, contraditoriamente, a desordem e a existência de elementos pouco habituados a ordem. Por contradição, o mesmo caminhar civilizado ao *Progresso* traz, implicitamente, os seus *bárbaros* isto é, indivíduos/grupos que distoam dos elementos que compõem a definição de ordem social (trabalho e, principalmente, respeito às leis e à propriedade).

Neste sentido, a polícia deve necessariamente se organizar e, desta forma, conquistar mais e maiores espaços de atuação dentro da sociedade. Assim, a atuação policial e o desenvolvimento de mecanismos policiais se fazem indispensáveis, dado o próprio desenvolvimento social e o *Progresso*. Em outras palavras é possível perceber, através de alguns Chefes de Polícia, que a instituição de uma *sociedade civilizada* implica numa *sociedade policiada*.

Em 1895, Benedicto Carrão, agora Chefe de Polícia interino, se utiliza das palavras de seu antecessor, Dr. Walfrido da Cunha e Figueiredo, para colocar em dúvida a própria civilidade do paranaense (e aí entenda-se, principalmente, do curitibano):

Só nos paizes bem educados, cuja civilisação tem attingido o maior grau de perfeição, a policia goza de geral estima, apoio e coadjuvação de que tanto precisa para cabal desempenho de seus multiplos e importantissimos deveres. Em nosso porem, estamos ainda bem longe disso: quando é necessario para os casos de vingança ou de esforço pessoal, socorro immediato, e descubrimto de objetos furtados ou roubados, procura-se com afan essa instituição e exige-se della verdadeiros milagres; mas fôra disso, censuras, resistencias, apodos os mais injustos, negação de todo e qualquer auxilio, até o proprio testemunho em factos aliás publicos, eis os elementos com que podem contar as autoridades policiaes, que só por patriotismo, ou vocação imperiosa, exercem tão espinhozos e peniveis cargos! (14)

O próprio Carrão retoma a palavra e nos aponta, em desabafo, para uma das possíveis causas políticas - responsáveis pela existência de desordeiros - além, é claro, da própria e *natural* marcha do Progresso, marcha esta, que exige policiamento:

(...) permittí que vos diga (...), tendo por unico objectivo o bem-estar do povo e a garantia de sua liberdade, que o Estado do Paraná, tão prospero em seu desenvolvimento material, tão rico e tão promettedor, resente-se extraordinariamente de um conjunto de reformas policiaes, que tenha por unico fim, garantir, de modo proficuo, os direitos individuaes e firmar com precisão o respeito á lei, baze segura da prosperidade moral dos povos civilizados.

É penoso dizer-se, porem, é a verdade, que deve ser dita com toda franqueza. Em virtude dos maus habitos implantados no povo paranaense, desviando-o do caminho do dever e do respeito á autoridade, mal que lhe trouxeram os caudilhos da invasão de 1894, é imprescindivel que os poderes publicos competentes não regateem medidas para aperfeiçoar a nossa organização policial, cercando este ramo do poder publico de atribuições especiaes para prevenir os crimes, dando-lhe mesmo um mais elevado caracter juridico na punição dos delictos.

**O paizes mais adiantados no mundo civilizado, procurão sabiamente a policia, como um poder publico Importantissimo, visto n'elle firmar-se a base das garantias sociaes.** [sem grifo no original]. (15)

A necessidade da organização policial e os problemas oriundos com o próprio desenvolvimento se fazem presentes, insistentemente, nos Relatórios de Polícia. Tais questões

se justificam se levarmos em conta as próprias considerações alocadas acima: *a policia é a base das garantias sociais*. Logo, o corpo policial é meritório das mais acuradas atenções (ao menos na visão da própria policia). Enfim, é a mais pura medida de conservação da inquestionável ordem social:

Em these, não se pode comprehender um serviço de policia estacionario, como não se deve pretender um serviço de policia barato e confuso, em outras palavras, com um pessoal incompetente e mal gratificado. Sem a proficiência do funcionario ou agente da policia, sem a generosidade do salario que o estimule e o possa collocar a salvo da conveniencias extranhas, oppondo-se vigorosamente ás tergiversações e á incuria, o serviço policial será anarchico, quanto defeituoso e demorado se tornará, limitando-se a sua natural evolução. No Paraná, talvez mesmo na maioria dos Estados Brasileiros, o progresso se mostra dia a dia na actividade que o povo desenvolve nos diversos ramos do trabalho e no ideal de elementos para uma civilização completa. Semelhante accellerção conduz de envolta com os beneficios que offerece, uma série de accidentes e males accessorios que devemos vigiar e punir com presteza e segurança que nos facilitar o mais perfeito systema de policiamento. (16)

Como já frisamos anteriormente, se por um lado a população é adjetivada como ordeira e trabalhadora, por outro lado, a vigilância sobre essa mesma população é *fundamental*. Contraditoriamente, se por um aspecto - do cumprimento dos deveres e respeito às autoridades e às leis - a população merece elogios, por outro, existem elementos que carecem de vigilância.

Mais do que maus hábitos incutidos no *laborioso* povo paranaense pelos revoltosos de 1894, o *germe* da violação da ordem não é uma rara exceção mas, *sim*, uma constante nos Relatórios.

Benedicto Carrão, no ainda Relatório de 1896, é quem - mais do que denunciar o *desvio* do caminho do dever e do respeito no qual se enveredou o povo paranaense, no contato com os caudilhos da Revolução Federalista - chama nossa atenção sobre o perigo representado pelas *classes inferiores da sociedade* (classes onde ainda não penetraram, pelo menos de modo *proveitável*, o respeito e a dignidade pessoal): camadas “que se incubem em fornecer crescido numero de elementos de perturbação e desordem.” (17)

Cabe à polícia - olho vivo e vigilante - o controle sobre os comportamentos suspeitos, previndo, assim, os possíveis delitos (18) e, ainda, a repressão sobre as *classes inferiores*. Cabe à polícia principalmente incutir o respeito e a dignidade pessoal nessas *camadas*, ou em outras palavras, faz-se sua função o saneamento moral e social desses elementos de perturbação e desordem:

(...) Todas as medidas tendentes ao saneamento moral das classes desprotegidas, ao seu avigoreamento physico, ethico e economico, constituem preciosos elementos de hygiene social, com que contamos na benemerita luta contra o crime. “O pantano produz o miasma e a morte. Converte-o a acção do trabalho em elemento de vida e de riqueza.” (...)

Si procurassemos, no convívio intimo das infimas classes, conhecer das condições do seu habitat, se nos depararia um espectáculo dolorosamente triste e de horrivel miseria. Crianças e adultos, meninas e meninos, paes e hospedes, vivendo n’uma quasi completa promiscuidade. E tanto mais perniciososa é esta quanto mais immoderados e despudorados os adultos. Necessaria uma grande fortaleza de caracter para reagir e vencer essa avalanche de vícios e crimes em que desamparados, succumbem os infelizes predispostos, desde a infancia habituados ao convívio entre gatunos e vagabundos, marofonas e ébrios. Acostumados ao exemplo aviltante e espectacular da embriaguez, ao egoismo estúpido dos paes ás rixas degradantes em que fervilham as palavras tão próprias da ralé e a opressão mais brutal, elles, pobres párias dos nossos tempos, vencidos, fatalmente precipitam-se na voragem do crime, indo acabar os tristes dias nas enxergas dos hospitaes e manicômios ou como soldados veteranos do tenebroso e formidável exercito das galés, nas cellulas das penitenciarias. (19)

Na “missão educativa” de zelar pela “boa ordem” (20), faz-se necessário conhecer não somente as “zonas de perigo” mas sim toda a cidade. Conhecer a cidade e os elementos que a compõem e, principalmente, identificar seus perigos e corrigir os *desvios*: “Conhecer a vida de um Cidade, para combater-lhe os vícios, corrigir-lhe os desvios, prover á segurança de seus habitantes, pelos meios preventivos e repressivos de toda a ordem, facultados pela lei, são misteres que exigem uma serie de qualidades especiaes no funcionario, as quaes muitas vezes não podem ser adquiridas senão após uma lenta aprendizagem (...).” (21)

O mesmo Chefe de Polícia, em 1920, Luiz de Albuquerque Maranhão, identifica os elementos e “vícios” que compõem as *classes inferiores* (ou “ífinimas”) da sociedade

A falsa mendicidade, a embriaguez habitual, o meretrício escandaloso, a vadiagem, os levantes frequentes dos agitadores perigosos, a infancia desprotegida e abandonada, a progressão do jogo, as sociedades operarias, perturbadas muitas vezes pelos individuos imbuidos de doutrinas subversivas, as varias modalidades dos ataques ao direito de propriedade, as casas de tolerância, a censura as representações theatraes, a repressão do lenocínio, e tantos outros, são os problemas fundamentaes que o policial tem que encarar de frente para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vicio.

A ordem está em perigo. Com tais problemas - os quais “o policial tem que encarar de frente para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vício” - percebemos que apesar do amor ao trabalho e o respeito ao dever e às leis demonstrados pela população, a vigilância policial deve recair sobre *certos comportamentos suspeitos*. Contudo, a mesma vigilância deve observar também para o próprio trabalhador morigerado, *presa* fácil às idéias subversivas (que, no fundo, significavam não muito mais que a própria organização destes mesmos trabalhadores, em termos reivindicatórios e profissionais). Se por um lado o vagabundo, encarnando a negação ao trabalho, é objeto/alvo do olhar policial, por outro, e em certa medida, as mobilizações operárias também o serão (ou não serão menos). Em outras palavras: a população pobre é o foco da ação preventiva-repressiva e *educativa*, do controle policial.

Curitiba apresenta, ainda, outro elemento interessante: a representativa presença do imigrante. Certamente este elemento tem grande responsabilidade sobre o crescimento populacional da cidade (que em 1890 orçada em 24.553 habitantes, apresentará em 1920 uma população de 78.986 pessoas) (22). Tal reflexo o imigrante terá, também, nos Relatórios de Polícia: considerado um elementos *exótico* - para não dizer estranho - o imigrante será visto como responsável pelo aumento da *desordem* e consequentemente, pelo crescimento da criminalidade.

O imigrante, por vezes colocado ao lado de vadios e ébrios - quando não o próprio vadio e/ou ébrio - é acusado de causar a criminalidade. E lembremos que isto não é pouco numa sociedade que busca conhecer, através da prevenção e/ou repressão, as “causas criminógenes” e assim fazendo pretende conhecer o próprio criminoso mais que o crime. Ou, também poderíamos dizer, que busca conhecer o criminoso antes do próprio crime. Preocupação esta que se refletirá na construção da própria imagem do delinquente. (23)



A segurança individual é sem dúvida um objecto precioso da vigilância, dos cuidados e da protecção assídua da polícia.

A falta regular do policiamento de toda a cidade, em seu vasto perímetro, o extraordinário aumento de toda sua população, em parte grande número de estrangeiros, na sua maioria proletários, tem dado causa a que muitas vezes a vida e a propriedade de nossos concidadãos sejam atacadas, ainda que esta Repartição por todos os meios procure reprimir esses crimes. (24)

A preocupação acerca do elemento imigrante - e seu possível mau comportamento - torna-se mais incisivo no relato do Delegado de Polícia do 3º Distrito, enviado ao Chefe de Polícia, Dezembargador Luiz de Albuquerque Maranhão, em 1925:

Capital acolhedora de imigrantes, Curitiba se me afigura assim um pequena Babel - nova espécie de Cosmopolis em miniatura - onde se ouvem a cada momento sons de varias linguas vivas e mortas, manejados por alienigenas que aqui aportam, vindos de diversos pontos do globo, trazendo dentro de si uma multiplicidade de costumes exóticos.

Numa terra como esta, tão longamente procurada por individuos estranhos, o papel da Policia deve ser antes de tudo, essencialmente preventivo: separando o joio do trigo, abrindo os braços áquelles que venham cooperar connosco na formação de uma Patria mais rica e mais forte, obstando a entrada de elementos indesejaveis, defendendo a todo transe o organismo social com o mesmo ardor com que os phagocytos defendem o corpo dos viventes contra a incursão revolucionaria dos germes máos. (25)

A preocupação com o imigrante nos permite perceber os desdobramentos no Paraná, e principalmente em Curitiba, da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Ainda que não possamos caracterizar a economia paranaense como uma economia escravista, a transição ao trabalho livre - e tudo o que daí se despreende - fica caracterizada no afluxo do imigrante para as terras paranaenses (26). A elaboração de um novo conceito acerca do trabalho - agora positivizado - implicará consequentemente numa nova definição de ordem social, donde a idéia de controle, vigilância social e disciplinarização, enfim, do próprio cotidiano policiado são elementos essenciais

O impedimento à entrada de *elementos indesejáveis* - dada a relação que se faz entre imigração e disseminação de *idéias exóticas* ou subversivas à ordem - implica também num outro aspecto da *indesejabilidade*, bastante presente nos *discursos eugênicos*: os indesejáveis devido sua desqualificação, não só *ideológica* mas também, “pela sua constituição etnica, fisica, psiquica ou moral, (...) julgados incompatíveis para a formação eugenica da

nacionalidade, ou inassimiláveis e, portanto, improprios para a formação racial, social e política do país.” (27)

Dado o grande afluxo de imigrantes indesejáveis para o Brasil, os médicos eugenistas, *na salvaguarda da Pátria* e principalmente visando o precioso *bem eugênico*, propõe uma “Regulamentação para a Seleção Qualitativa dos imigrantes.” Bastante reveladores do teor deste documento são os seus quatro primeiros artigos (dos dez que o compõem). Em conformidade com o Artigo primeiro,

Todo estrangeiro, sem distinção de sexo, que pretender fixar residência no Brasil (**Imigrantes ou não**) [sem grifo no original] deverá instruir sua petição com os documentos que o provem:

- A) identidade;
- B) boa conduta;
- C) profissão;
- D) Capacidade de trabalho;
- E) saúde física e mental;
- F) atestado da situação moral e economica propria e da familia.

De acordo com o segundo artigo a entrada de estrangeiros, sem distinção de sexo, fica vedada nos seguintes casos:

- A) aos que não apresentarem os documentos aludidos no artigo anterior;
- B) aos analfabetos maiores de 15 anos;
- C) aos sem profissão definida;
- D) aos que sofreram condenação penal;
- E) aos portadores de doenças contagiosas ou de taras transmissíveis por herança;
- F) aos individuos indigentes, atrasados mentais, loucos, maniacos, epilepticos e psicopatas em geral;
- G) aos ciganos, nomades, vagabundos e mendigos;
- H) aos que se dedicam a profissões parasitarias ou exercem atividades imorais ou anti-sociais.

Art.3 - Os Atestados de Identidade, boa conduta etc., do artigo 1 serão passados por autoridade competente do pais de residencia do imigrante, sendo o da *letra e (saúde física e mental)*, por dois médicos indicados pelo consul brasileiro. Estes atestados devem trazer as garantias de responsabilidade profissional a juízo das autoridades brasileiras

Art.4 - O exame médico será passado em papel especial, fornecido pela repartição oficial ou pelo consulado, devendo mencionar, especificadamente, os exames feitos e discriminar a ausência do paciente dos seguintes males ou deformidades:

- A) doença mental (debilidade ou alienação mental), epilepsia, cegueira, surdo-mudez. (Em caso de duvida será feito um inquerito ou exigida do paciente uma declaração assinada com termo de responsabilidade;
  - B) toxicomanias e alcoolismo;
  - C) doenças infecciosas (lepra, tuberculose, doenças venereas, afecções parasitarias ou microbianas);
  - D) ausencia de qualquer mal, mutilação ou deformidade asquerosa ou que incapacite para o trabalho;
  - E) ausencia de tara criminal ou de maus antecedentes morbidos na familia do imigrante.
- Parágrafo Único - Este exame será comprovado no porto de desembarque por medicos oficiais.(28)

Em 1916 nossa imprensa local, representada pelo **Diário da Tarde**, já faz alusão à vinda de *indesejáveis*, principalmente inválidos procedentes dos campos de batalha ou arruinados pela Primeira Guerra que transcorria na Europa:

A vinda de mutilados europeus agravará mais a nossa já penosa situação. Convém, portanto, adoptarmos medidas preventivas, que tranquem nossos portos á invasão desses elementos imprestáveis. Armemo-nos de recursos legais contra essa perniciosa immigração. Inuteis na terra de origem virão atravancar nossas vias publicas, fazendo concorrência aos nossos pobres, que formam incontestavel legião (...) Ora, os mutilados tem o pessimo precedente congenito de serem imprestáveis, de serem trombolhos incapazes para qualquer sorte de trabalho. (29)

Quanto mais se aproxima o término do conflito, mais o **Diário**, *carinhosamente*, profetiza a imigração indesejada de mutilados e congêneres. Tal previsão se faz posto que a América do Sul e, principalmente, o Brasil - Terra prometida - se anunciam como uma Cannaã do século XX:

Mais de uma vez o "Diário da Tarde" tem carinhosamente tratado de um assumpto do mais elevado interesse para a nossa nacionalidade: a immigração de mutilados.

Com abundancia de argumentos já demonstramos que, finda a guerra européia, os estropiados, os mutilados, os cegos, os coxos, produzidos no horror das batalhas cruentas, acossados pela miséria que reinará nos seus países, emigrarão, por força em busca de terras outras onde possam conseguir facilmente recursos.

A America do Sul, Chanaan aberta a todos que a procurarem, lhes sorrirá...

E da America do Sul o Brazil ha de ser preferido para a sua residencia.

Não podendo trabalhar ou tendo o exemplo do que aqui ocorre. Onde a mendicância constitue rendosa profissão tornando abastados certos farroupilhas cautos, os imigrantes exportados pela Europa atirar-se-ão a cata de esmolas, na impertinente perseguição ao nickel.

Esta questão, de caracter nacional, por affectar todos os Estados do Brazil, felizmente já começou a preocupar alguns homens de responsabilidade.

O sr. Nicanor do Nascimento apresentará á Camara um projecto, prohibindo a entrada no Brazil aos estrangeiros maiores de 50 annos, ás mulheres sem familia, ou viúvas com filhos menores, que não tenham 5:000\$000 ouro ou não documentem profissão honesta, aos cegos, surdo-mudos, imbecis, loucos de todo genero, aos tuberculosos, doentes de trachoma ou outra moléstia contagiosa ou incuravel e transmissivel, embora tragam patrimonio, e os criminosos condemnados em seus países exceptuados os crimes politicos.

São incluidos nas prohibições os estrangeiros inimigrantes ou não que não apresentarem documentos de procedencia, identidade e conducta visados pelos nossos consules nos portos de embarque, comprovando a qualidade de agricultores, mechanicos ou qualquer profissão reconhecida honesta.

Os que violando estas prohibições invadirem o territorio nacional, por fronteira terrestre ou porto, serão expulsos no territorio e entregues a seus consules para repatrial-o. Mas caso não o façam, serão elles postos fôra das fronteiras, não se podendo nunca constituir residencia com a fraude praticada.

Basta que o operoso deputado acrescente prohibição, também a entrada de mutilados.

Approvado o projecto estará o Brazil precavido. (30)

Também em 1916 o **Diário** - de 11 de outubro - publica outro artigo sobre os *indesejáveis*, comentando mais um - e semelhante - projecto legislativo, agora do deputado Augusto Barroso, proibindo a entrada de *inconvenientes* (cegos, surdo-mudos, aleijados,

doentes e miseráveis). A preocupação dos deputados com a entrada de *estrangeiros* imprestáveis no Brasil é também uma preocupação policial. A partir de 1921, com a Regulamentação da Inspectoria da Polícia Marítima, comparece nos Relatórios policiais do Estado, a estatística do inspector de Polícia Marítima e a proibição dos *indesejáveis* de aportarem no Paraná. Se o país busca impedir a entrada e/ou excluir as hordas indesejáveis, o Estado - e respectivamente a cidade (Curitiba) - farão o mesmo.

#### Uniformizado com

Blusa azul marinho com botões dourados, em globos sendo 4 grandes para cada lado da frente, e 2 pequenos em cada canhão das mangas. Calça e colete da mesma fazenda, ou brim branco, tendo o colete botões dourados com globos de tamanho próprio. Sobre o bonet de capa azul ou branca, uma ancora dourada, em volta da qual serão bordadas em letras as palavras *Polícia Marítima*,

cabia ao inspector - responsável por “exercer rigorosa vigilância no porto e providenciar, na forma das leis, sobre tudo o que pertença á prevenção dos delictos e manutenção da segurança e tranquilidade públicas” - também:

A inspecção dos navios e passageiros que entrarem e sahirem dos respectivos portos e os exames dos passageiros, lavrando auto circunstanciado das ocorrencias que tiver tomado conhecimento; Exigir dos comandantes e mestres das embarcações mercantes ou de outra qualquer classe, á exepção das de guerra, uma relação, por elles assignada a bordo, contendo o número, nome, emprego, occupação e nacionalidades dos passageiros que trouxerem, com passaporte ou sem elle, ou de quasquer pessoas que não pertençam á matrícula de suas embarcações, impondo-lhes a multa de trinta mil réis a cem mil réis por pessoa, se permittirem a alguns dos mesmos passageiros, ou a outra qualquer pessoa, desembarque sem ordem e depois da visita da policia. (31)

Em 1926 a Inspectoria Marítima impede o desembarque, em Paranaguá, de 16 indivíduos “que viajavam sem os respectivos documentos de identidade e expulsos pelas seguintes policia: do Rio de Janeiro, 2; de Santos, 8; de São Francisco, 1; de Florianópolis, 3; e do Rio Grande do Sul, 2. (32)

E a viagem da *Stultifera navis* prossegue. Em 1928, a Inspectoria Marítima impede o desembarque de 10 indivíduos - com direito a uma reincidência,

Que viajavam á bordo dos vapores sem os documentos de identidade, e expulsos pelas policia dos seguintes portos, á saber:

Jose de Oliveira Sucupira, Benedicto Bittencourt, Manoel do Pratas, brasileiros; Rio de Janeiro - motivo: vagabundagem.

Otto Hermann Kerbon, allemão; Edward Hoen, allemão; Belmiro Alvar Vicy, oriental; Sebastião Miguel, syrio; Francisco Eteffel, allemão; do Rio de Janeiro: vagabundagem.

Horacio Antonio de Lima, brasileiro; Manoel de Freitas, brasileiro; Benedicto Bittencourt, brasileiro (reincidência) de Florianópolis - motivo vagabundagem. (33)

Novamente, em 1933, o Delegado de Polícia Marítima do Porto de Paranaguá registra 82 impedimentos de desembarque de *indesejáveis*: 32 expulsos pela polícia de Santos, 16 do Rio de Janeiro, 12 do Rio Grande do Sul, 9 de Florianópolis, 5 de Porto Alegre, 4 de São Francisco do Sul, 2 da Bahia, 1 de Pernambuco e mais 1 de Vitória. (34)

Contudo, imigrantes ou não, estrangeiros ou não, *indesejáveis* ou não, os *bárbaros* - e portanto indesejáveis sim - habitam as fronteiras da ordem, exigindo cuidados e representando perigo - com seu comportamento *de baixa classe* - à idéia de civilização. Sobre eles deve cair a *mão da ordem*.

A polícia visando, principalmente, reprimir os hábitos perniciosos e os vícios, nocivos à idéia de ordem (onde estão incluídas as noções de segurança individual e respeito à propriedade privada), se lançará na repressão - através fundamentalmente das prisões correcionais (35) - daqueles comportamentos contraventores considerados causadores de crimes (e portanto também criminosos), os quais já citamos através da fala do Dr. Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia em 1920: falsa mendicância, vadiagem, embriaguez, prostituição e lenocínio, jogos, infância desprotegida, entre outros.

Estes elementos, considerados pela criminologia moderna como fatores responsáveis pela criminalidade e sua progressão, serão objeto do olhar policial e de falas dos Chefes de Polícia.

Garofalo por exemplo, como já foi citado antes (36), propunha como meios preventivos de delitos, justamente, a proibição da ociosidade, a criação de estabelecimentos agrícolas e asilos educativos para crianças pobres ou abandonadas, proibições de publicações

e espetáculos *desonestos*, além da existência de uma *boa polícia* e da vigilância sobre indivíduos suspeitos.

Prostitutas, menores abandonados, alcoólatras, vadios, jogadores e mendigos serão aproximados, dada sua *nocividade social* e portanto sua delinquência, e exigirão continuamente os olhares e a ação policial. Exigirão concomitantemente, justificativas e reivindicações do Chefe de Polícia aos Secretários de Estado, principalmente no sentido da necessidade da construção de instituições de sequestro. Da mesma forma, tais delinquentes, elementos bastante visíveis na cidade, concorrem para, ora aproximar a polícia da imprensa local, ora distanciar (dadas as reclamações dos jornais sobre o aumento da delinquência e a inoperância policial).

Se os problemas acima citados - e consequentemente as formas de solução, donde sobressaem as práticas repressivas como sinônimo de eficácia policial - estão presentes desde o primeiro Relatório pesquisado, de 1894, é no Relatório do Delegado do Terceiro Distrito, em 1928, que a relação mendicância, embriaguez, vadiagem, prostituição como *comportamentos desviantes* e suas representações na ótica policial se fazem mais interessantes - seguidos da sua *localização na cidade* e, claro, da *medida* da ação policial:

A repressão á mendicidade, á embriaguez, á vadiagem, ao meretricio desenfreado e escandaloso que prolifera no logar denominado "Barranco", logar infecto, immundo e immoralissimo, que offende não só aos bons costumes como a esthetica da rua onde se assenta o casebre, que é a Rua Ractcliff, deveria, já, ter sido demolido pela honrada Prefeitura Municipal, que prestaria extraordinario serviço á nossa urbs condemnando áquelle indecente monstrengo. O vicio, de permeio com a ralé feminina que não se peja e não córa diante de tamanha immoralidade que ali se practica, muito embora a nossa acção seja inflexivel e energica, terá que desaparecer, fatalmente, pois que para isso medidas severas já empregamos. O "congresso", que outróra enchia os annaes policiaes de chronicas e de assumptos para todos os dias, desapareceu, felizmente, do numero dos que ainda offendem a ethica profissional. Os typos populares, os vagabundos, os desoccupados, já são em pequeno numero dentro deste districto policial porque a nossa campharia perseverante e tenaz, não os deixa um só instante sem o peso ferreo de nossa perseguição e de nossa ojerisa por estes repugnantes vicios. (37)

Assim como o jurista Pamphilo de Assumpção aponta em 1908 - a vadiagem, o alcoolismo e o uso de armas proibidas, como as “causas latentes da practica de crimes” - antes dele, outros “homens da lei”, haviam indicado estes mesmos fatores como causas de crimes.

Em 1894 Benedicto Carrão aponta - para o “bem da ordem, da liberdade e dos direitos do cidadão” - os vagabundos, ao lado de “pequenos delictos, incêndios e correrias de indios, como os “males que entorpecem a marcha das garantias sociais.” (38)

Novamente Carrão, em 1895, discorrendo acerca da Segurança Individual e de Propriedade, menciona a vagabundagem, agora ao lado da “embriaguez” e o “uzo generalizado de armas proibidas” como as “causas determinantes dos ataques á vida e a propriedade do cidadão”. Hábitos perniciosos que acompanham a “parte inferior da sociedade em seus desvarios”. “Verifica-se que a maior parte das vezes em que é desrespeitada a vida ou a propriedade do cidadão, tem como principal cauza ou a vagabundagem ou a embriaguez ou o uzo de armas proibidas, influindo no individuo que praticou a ação criminoza.” (39) Os mesmos fatores são apontados - *ipsis literis* - pelo major Augusto Silveira de Miranda, Chefe de Polícia interino em 1898. (40)

Opinião comum ainda ao Dr. Manoel Bernardino Cavalcanti Filho, em 1896. Referenciando o uso de armas proibidas, a embriaguez e o jogo e ainda, a vagabundagem como “as diversas...causas que concorrem para a perpetração de crimes neste Estado”, o Chefe de Polícia justifica-se com a “insuficiência da força pública”: (...) a insuficiência da força pública exerce, igualmente, grande influencia no crime, porque para reprimil-o, não conta, muitas vezes, a autoridade policial que não só intimida, como também previne os delictos”(41). Contudo, apesar da insuficiência policial e da identificação das causas criminógenes que infestam a estatística policial, curiosamente, o dr. Chefe de Polícia felicita a população paranaense pelo pequeno número de delitos contra a propriedade, “o que consigno

com muita satisfação, e em honra á sua população.” (42). Talvez isso se explique, em parte, pela sensacional medida tomada pelo Chefe, ao criar o “policiamento nocturno” (apesar da “insuficiência da força”):

Assumindo as funções de Chefe de Policia verifiquei que, nesta cidade, não existia policiamento á noite, dando este facto ensejo para que cidadãos pacíficos fossem atacados por individuos vagabundos e os gatunos emprehendessem seus meios criminosos de vida, isentos de quaesquer embaraços. Entendendo-me com o digno coronel commandante do Regimento de Segurança, sobre os meios de remediar estes males, assás reclamados pela população e denunciados pela imprensa; fiz recolher ao respectivo quartel o numero necessario de praças, sem desfalcar as localidades mais importantes do Estado, e estabeleci, nesta Capital, o serviço de patrulhas em suas ruas durante toda a noute, com o numero de 20 praças, sendo parte de infantaria e parte de cavallaria, pertencentes ao citado Regimento. De então para cá melhoraram as condições de segurança individual e da propriedade (...) Consigno este facto, não para fazer galardão de serviços e sim para demonstrar que a boa organização policial constitue um elemento de ordem e garantias para a sociedade. (43)

Buscando-se remediar os mesmos males e aumentar o suprimimento do efetivo policial - uma vez que *a boa organização policial constitui um elemento de ordem e garantias para a sociedade* - foi criada, em 1911, a Guarda Cívica (lei nº 1041 de 3 de abril).

Segundo o Regulamento da Guarda, “especificamente, deverão ser presos: todo aquelle, mesmo da Corporação, que for encontrado promovendo desordem e por qualquer fôrma e em qualquer lugar alterar a ordem publica, ou em estado de embriaguez, notadamente os vadios, turbulentos habituaes e as prostitutas”. E ainda, “os que forem encontrados mendigando”. Enfim, caracterizadamente, os *anti-sociais*. De acordo com o Regulamento também, “deverão ser detidos e conduzidos á presença da autoridade competente: Os individuos sem profissão definida e os que forem encontrados á noite parados junto á alguma porta, muro ou em attitude suspeita e que interrogados, não derem explicações satisfactorias.”(44)

Contudo, aqueles que, *especificadamente* deveriam ser presos, aparentemente, resistem a prisão, e colocam o *mantenedor da ordem* em apuros. De forma bastante curiosa, o Relatório do Chefe de Polícia de 1925 traz uma interessante nota sobre os “guardas-cívicos” - por falarmos no uso de armas, prisões e desordem:



Os guardas, a principio, não conduziam armamento algum além do casse-tête, trazendo no braço uma fita azul e branca, como distinctivo do rondante de serviço.

A experiencia, porem, demonstrou que por enquanto, só o casse-tête era insufficiente para a defeza do mantenedor da ordem. Em muitos casos luctavam com dificuldades invenciveis para effectuar certas prisões ou siquer fazer respeitadas as suas ordens em materia de policiamento de que estavam incumbidos.

Foi assim que surgiu a ideia, tomada effectiva, de armal-os de revolvers, quando no exercicio de suas funções.(45)

*Problema* também bastante presente nos Relatórios dos Chefes de Polícia, principalmente a partir da década de 1910, a menoridade, ou a infância desamparada, será, frequentemente aproximada da *ociosidade*. Ainda que tal aproximação se explique pelo aspecto *repugnante* de mendicidade do *ocioso* quanto da criança desamparada, a justificativa pode ser encontrada num outro elemento: a infância desvalida assim como a ociosidade representam um terreno propício para a criminalidade (“A ociosidade desvalida e moralmente abandonada tem o direito de ser assistida pelo poder publico, no proprio interesse do Estado de evitar que perambulem pela via pública pequenos mendigos, que cedo ou tarde penetrarão nas trevas da delinquencia, começando pelos pequenos crimes até chegarem a degradação máxima”) (46).

*Estados anti-sociais*, a ociosidade e a menoridade desamparada se aproximam também no que se refere aos seus *tratamentos* ou seja, nos encaminhamentos idealizados para a solução do problema: a construção de institutos assistenciais ou de *correção* pelo trabalho. Lembrando, por vezes de sobremaneira, os “substitutivos penaes” do Direito Positivo escreve extensamente, em 1911, o dr. Estanisláu Cardozo:

Permitto-me suscitar a ideia do estabelecimento de um Instituto Disciplinar para menores desamparados ou condemnados e da Colonia Correccional para a internação de individuos viciados, sem profissão ou domicilio, e reclusão de contraventores. Proveito algum a experiencia evidencia na promiscuidade de menores e adultos como na dos simples infractores com os sentenciados. Toda dissertação é fastidiosa neste sentido. Nas duas hypotheses, a transmissão de conselhos e as narrativas obscenas ou com ensinamentos de perigos deixarão reminiscências de alguns feitos odiosos, de crueldade repugnante, e a admiração dos mais fracos e dos noviciados pelo heroismo detestavel dos incorrigiveis. O meio, a convivencia com os degenerados, são poderosos factores na historia dos delinquentes. Nos estabelecimentos referidos os individuos ficam obedientes á disciplina, sujeitam-se á instrucção elemental e ao conhecimento de artes ou officios apropriados ás suas vocações, ao trabalhar práctico da agricultura nas suas variadas especies, sahindo regenerados, com vigor moral e aptidão para uma vida irreprehensivel. O nossoCodigo Penal no artigo 30 faz referencias a estes Institutos industriaes onde os sentenciados maiores de 9 e menores de 14 annos devem cumprir a pena, não excedendo ali a idade de 17, sendo que os reclusos de mais de 14 annos, dizem os arts. 49 e 399 parag. 2º, permanecerão até a

maioridade. O que o mesmo Código contempla no quadro de contravenções em especie de perigo commum, podemos classificar summariamente nas infracções dos regulamentos da Policia, da Municipalidade e da Hygiene Publica. Vamos consequentemente encontrar essa multidão de desequilibrados com as denominações de - malfasejos, obstinados, indolentes, desordeiros, vigaristas, etc. A semelhantes desventurados e para os que se afastaram dos bons costumes e decencia, cujas penas applicadas no Código Penal não excedem a multas ou prisões de poucos dias ou de mezes na reincidencia, não aproveita, repito, viver na Penitenciaria ou nos cárceres, por mais austero que seja o regimen. Diversamente, elles devem ser encaminhados com o habito de trabalhar, com preleções sobre a moral, conhecimento de processos especiaes de artes, noções de industrias e sciencias, consentindo-se-lhes leituras, palestrar, recreios e exercicios e tratando-se enfim a saude e a intelligencia. Qual o correctivo igual para os vagabundos e os ebrios que despertam todas as manhãs das detenções da policia? (47)

Na maior parte das vezes a responsabilidade da existência dos menores desamparados é da própria família. Vergonhosamente explorados pelos próprios pais - geralmente viciosos, vadios ou mendigos - a criança também será, indiscutivelmente, um indivíduo nocivo à sociedade:

Lemos ha dias uma interessante observação a respeito do abandono moral e material da creança e não nos furtamos ao prazer de transcrevel-a:

“A educação que as creanças recebem no seio da familia, diz Mendes Correia, é um factor importantissimo de sua conducta. Os maos exemplos dados pelos paes, as suas desharmonias, as suas violencias corporeas, e até estimulos directos, conduzem muitas creanças a vadiagem e ao crime. Algumas dessas teem um legitimo horror da casa paterna. O pae embriaga-se, a mãe pragueja e bate-lhes; não há pão nem conforto. A um lar assim desorganizado, a creança prefere a rua, kaleidoscopio variado que interessa sua imaginação infantil. Um dia demora mais e não regressa à casa a horas. Quando se lembra de voltar, é noite. Receia que lhe batam. Fica na rua. E os paes não cuidam de procurar o filho extraviado. Assim se gerou um vadio.” (48)

Fruto das desarmonias da cada paterna, são considerados menores abandonados aqueles

- Que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus paes fallecidos, desaparecidos ou desconhecidos, ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam;
- Que se encontrem eventualmente sem habitação certa nem meios de subsistência, devida enfermidade, indigencia, ausencia ou prisão dos paes, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda;
- Que se encontre em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem; (49)

A solução do problema da infância desvalida - bem como da vadiagem e da mendicidade - idealizar-se-á - na construção das instituições de sequestro (*disciplinares ou de correção*), concomitantemente ao avigoramento da “acção policial”.

Em 1917 o dr. Moreira Garcez, citando o seu Relatório anual anterior ao Chefe de Policia, observa da necessidade da criação de um “Instituto Disciplinar”, visando afastar a infância desamparada do “lodaçal do vício”:

Em meu ultimo Relatório annual lembrei a necessidade da criação de um Instituto disciplinar, escrevendo o seguinte: "A criminalidade infantil no Paraná, principalmente na Capital, tem augmentado sensivelmente. Sem habitos de trabalho, sem instrução, sem quem lhes dirija a educação doméstica, innumeras crianças ahi vivem no mais completo abandono material e moral. São seres desprotegidos da sorte, fadados a constituirem as legiões do crime, se a sociedade os não amparar e se o Estado não adoptar meios de prevenção e repressão. Impõe-se, portanto, a necessidade urgente e imprescindivel da criação de um instituto disciplinar, destinado a inculcar habitos de trabalho, a educar e fornecer instrução literaria e profissional, esta ultima de preferencia agricola, aos maiores de 9 annos e menores de 14 que obrarem com discernimento; aos maiores de 14 annos e menores de 21, condemnados por infracção do Art. 399 do Código Penal e Art. 2º do Decreto Federal nº 145, de 11 de julho de 1893; e aos pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados maiores de 6 annos e menores de 14". (...)

O Delegado de Polícia justifica seu *projeto* ancorando-se na necessidade das práticas de profilaxia social que, embora enérgicas, representam a salvaguarda da infância desprotegida:

E é contra este lamentavel estado de cousas, contra a imperdoavel incuria dos responsaveis directos por tal situação, que se levanta a grita da imprensa bem orientada e o clamor dos homens de consciencia e de coração. E de outro assumpto eu não sei, com effeito, que mais possa apaixonar os espiritos de escol e exaltar as almas bem formadas. Preservar a infancia desprotegida dos miasmas contaminadores da corrupção, arrancar-a do lodaçal do vicio em que se atasca, guial-a para o bem, com carinho e amor, reforma-lhe os habitos pela educação moral, literaria e profissional, tornando-a apta para os nobres combates da luta pela vida, é comeseinho dever social a que se não podem furtar os dirigentes de boa vontade.

(...)

É a corrupção se alastrando pela contaminação, é a propagação do crime pelo contagio, é a preponderancia dos factores sociaes no augmento da criminalidade infantil. Os symptomas são alarmantes, resta que as medidas de prophylaxia social sejam energicas. (50)

A segurança pessoal e de propriedade, dos pacíficos cidadãos, é colocada em risco devido a existência de quadrilhas compostas por menores ociosos, *afastados do caminho do bem*. Teorizando acerca de uma *tendência natural para o mal* - avalizando-se na Escola Antropológica de Lombroso - o Chefe da Inspectoria do Corpo de Agentes, Antonio Francisco Nauffal, em Relatório ao ainda Chefe de Polícia Lindolpho Marques, escreve em 1918:

Não obstante a grande vigilancia e prevenções, alguns membros da já celebre quadrilha de gatunos precoces, deram, ainda, este anno, muito que fazer á esta Inspectoria, praticando furtos de alta valia e com tanta arte que á primeira vista não parecia fossem praticados por creanças, taes eram a astucia e os meios por elles empregados.

Infelizmente este anno ainda não tivemos a satisfação de ver transformada em realidade a idéia do "Instituto Disciplinar" (...)

Acreditamos, porém, que essa esperança plausivel do Instituto, converter-se-á brevemente em realidade, com resultados effectivos para collocar no caminho do bem, creanças a quem a fatalidade quer fazer criminosos, e criminosos audazes e temiveis. Basta verificar o que está acontecendo a esses membros da quadrilha de gatunos precoces (...), atirados á vida social sem ter quem os amparasse e os disciplinasse no trabalho honroso e util, a si e á sociedade em que vivem.

Creanças impellidas pelo desejo de revelar sua natural fraqueza, sua inclinação nativa para o mal, e mesmo sem terem amadurecido sufficientemente o seu discernimento, agarram-se fatalmente ao mal, ao vicio como uma tabôa de salvação. E mesmo ficou provado, após grandes investigações feitas pelos famosos sabios sociologos da victoriosa escola Positiva ou Anthropologica, que a creança sempre mostrou tendencias bem caracterisadas para o mal, tendencias essas que são contrariadas lentamente pela educação, e muitas vezes perduram através de muitos esforços, como que querendo resistir a acção educativa; esse influxo benefico que actuando sobre o sentimento embrionario do futuro adulto, o faz homem de bem, adaptavel á sociedade, commungando assim para a grandeza e harmonia da vida social é algumas vezes contraproducente, vencido pelo instinto perverso que no homem, ás vezes não apparece como uma aberração da natureza!!! Que não succederia aos desamparados, sem educação e sem instrucção?

Fatalmente seriam criminosos na sua maioria, obedecendo aos instinctos naturalmente perversos do homem selvagem.

Por fim, reclama o Chefe do Corpo de Agentes a criação de um “Instituto Disciplinar”, mostrando que a solução para a *conversão* da infância desvalida - e tendenciosamente perigosa, dada sua *inclinação natural para o crime* - reside na construção da apregoada instituição:

O mesmo, porém, já não aconteceria, aos desamparados no meio da sociedade sem educação e sem instrucção, quando houvesse um instituto disciplinar: os sentimentos maléficos transitorios que são inherentes as creanças, vão pouco a pouco desaparecendo. Ao contrario esses mesmos sentimentos acentuar-se-ão para o mal, a ponto de em grão já bem adeantado tornarem-se habitos bem arraigados, constituindo-os em elementos deletérios, em pustulas tão raramente curaveis e constituindo ao mesmo tempo um elemento de desordem e perigo social. Tornar-se-ão inadaptaveis á sociedade. Antes prevenir que reprimir! E o unico meio, a solução da incognita dessa equação social reside no Instituto Disciplinar (...) (51)

Assim, visando solucionar tal *equação social*, acreditando-se recolocar os menores no *caminho do bem*, através da educação pelo trabalho *tornando-os úteis a si mesmo e à sociedade* - é criado, pelo Decreto nº 942 do Executivo Paranaense, de 17 de agosto de 1920, a Escola Agronômica do Paraná.

Conforme o Regulamento do Patronato Agrícola - aprovado pelo Decreto 943 da mesma data:

Art. 1º - O Patronato Agrícola, creado pela Escola Agronômica do Paraná, com sede no Instituto Agronomico do Bacachery, é exclusivamente destinado ás classes pobres e visa a educação moral, civica, physica e profissional de menores desvalidos e, daqueles que, por insufficiência da capacidade de educação na familia, forem postos, por quem de direito, á disposição, da Escola Agronomica.

Art. 2º - Este patronato constitue, em seu conjunto, um instituto de assistencia, proteção, tutela moral de menores comprehendidos no art. 1º do presente regulamento, recorrendo para esse effeito ao trabalho agricola, sem outro intuito que não o de utilizar sua acção educativa e regeneradora, com o fim de dirigir e orientar, até incorporal-os no meio rural. (52)

Buscando criar, através do trabalho e para o trabalho, corpos dóceis e úteis, a solução encontrada para o *problema dos menores* parece não lograr o sujeito tão anunciado.

Os Relatórios de Polícia posteriores à criação do Patronato Agrícola, apesar dos elogios aos trabalhos da instituição e também ao organato Asilo São Luiz (criado em 1918), deixam entrever a existência de menores desamparados nas ruas, cometendo pequenos delitos e *atentando contra a ordem*.

Dessa maneira, seja devido aos motivos apontados anteriormente, seja por seu comportamento anti-social ou ainda, pelo fracasso das idealizadas *instituições de sequestro*, os menores continuarão se avizinando de vadios e mendigos. Crianças desamparadas, vagabundos e mendigos, os rotos enfim, permanecerão nas falas policiais - engrossando a estatística policial das contravenções - exigindo, dada sua existência, ações e justificativas permitindo assim, através dos *remendos*, vislumbrarmos a própria constituição da idéia de ordem social.

### 3.2 VADIOS, MENDIGOS E CHEFES DE POLÍCIA

Em 1926 o “Problema da Mendicidade” tem uma solução final no Paraná. E consequentemente na capital, Curitiba. É isso pelo menos que entende o chefe de polícia, desembargador Clotário de Macedo Portugal, em seu relatório de 31 de dezembro para o secretário geral do Estado, Coronel Alcides Munhoz. Clotário Portugal acredita na solução do problema e justifica sua asserção comentando que a responsabilidade pelo termo do *problema* em questão, cabia à inauguração, em 30 de outubro daquele mesmo ano, do Asylo de São Vicente de Paulo. O Chefe de Polícia comenta também que a Sociedade de Socorro aos Necessitados, enfrentando o problema da mendicância com “energia e segurança” e contando com o auxílio da polícia, já havia dado um grande passo em direção à solução do problema.

Para a felicidade geral de então, e valendo “um título a mais de benemerência do governo do Exmo. Sr. Dr. Munhoz da Rocha”, o problema está solucionado. E faziam apenas dois meses. (53)

Dentre os *comportamentos nocivos à ordem*, a mendicância e a vadiagem ocupam um lugar de destaque. São os *comportamentos* que mais geram preocupações ao *organismo* policial e às elites dirigentes

Referenciados indistintamente, vadios e mendigos personificam a *anti-norma*: numa sociedade onde o trabalho representa um valor supremo ou a norma da própria existência, vadios e mendigos, voluntária ou involuntariamente, representam a própria negação desta norma; numa sociedade onde a cidadania é dada pela inserção no mercado de trabalho ou pela participação/cooperação do indivíduo no *organismo social*, os elementos da negação ao trabalho representam a própria parasitagem, numa proclamada atitude anti-social. Por fim, vadios e mendigos simbolizam a subtração em relação à outra norma básica, aquela que diz respeito a própria estruturação familiar: a da residência ou moradia fixa e certa (critério também imprescindível à cidadania).

Ainda que explanações psiquiátricas se detenham em explicar tanta recusa - principalmente através das *neurastenias* - a vadiagem e a mendicância, justamente pela recusa à lei suprema da sociedade, preocupam por seu aspecto ou teor criminógeno. Mesmo que não represente um ato criminoso em si mesmo, a ociosidade (de vadios e mendigos) é concebida como o noviciado para a criminalidade ou ainda, seu ambiente mais fértil.

É interessante percebermos, entre os Relatórios pesquisados, que o número de prisões por vadiagem e mendicância é bastante pequeno. Por outro lado, a preocupação, principalmente policial, sobre estes comportamentos é extremada.

Os Relatórios - através do registro de prisões ou dos registros de “indivíduos contraventores” do Gabinete de Identificação - marcam 343 indivíduos presos e/ou registros por vadiagem (ou contravenções ligadas a elas).

Ainda que a importância da estatística - como uma forma de controle, policial, sobre a criminalidade - seja comentada pelos próprios Chefes de Polícia, os números por elas indicadas são bastante provisórios. Tudo nos faz crer que o número das contravenções por vadiagem e mendicância fosse bem maior. Contudo, até mesmo pelo caráter correccional das prisões onde, supostamente, os presos não excediam vinte e quatro horas encarcerados, é de se supor que vários vagabundos e mendigos sequer fossem registrados.

Dos 343 registros (entre 1894 e 1933) 277 são por “vadiagem” apenas. Dentre estes conseguimos precisar, com exatidão, a existência de 57 estrangeiros, 50 menores de 21 anos e 40 mulheres. O restante dos registros se distribuem da seguinte maneira:

“Vadiagem e desordem”: 3;

“Vadiagem e embriaguez”: 7 (dentre os quais 1 mulher);

“Vadiagem, embriaguez e desordens”: 5 (dos quais, 3 mulheres e 2 menores);

“Embriaguez, vadiagem e averiguação de antecedentes”: 4 (1 menor);

“Vadiagem e antecedentes” (registro que aparece a partir de 1920): 31 (5 menores e 2 mulheres);

“Falsa mendicância” (registro presente nos relatórios a partir de 1921): 14 (1 mulher);

“Vadio, jogo e antecedentes”: 1;

“Vadiagem e expulsão da força militar do Estado: 1.

Além destes, registram-se ainda:

Duas prisões por “embriaguez e mendicância”;

dezesesseis prisões “por esmolar”;

cinquenta e duas por “exploração da mendicidade”.

O Relatório do Chefe de Polícia de 1911 registra também, para o segundo semestre do ano, a prisão de 10 indivíduos por “indigência”. A mesma espécie de registro aparece em 1912, com apenas 2 casos.

Ainda que apesar do seu pequeno número, os “motivos” das prisões e/ou seus registros acabam por chamar nossa atenção. Por exemplo, em 1911 registram-se 52 prisões por “exploração da mendicidade”. Tudo indica que esta “exploração” é no sentido do próprio “esmolar” e não de uma “falsa mendicidade”. Fruto de *campanhas saneadoras*, estas prisões visavam *limpar a cidade*: os “exploradores da mendicidade” deveriam, no mínimo, não estar portando ou não possuir as carteiras para esmolar.

A aparente confusão nas denominações dos motivos de prisão e contravenção, parece, contudo, não se restringir à polícia (ou, pelo menos, não ser responsabilidade desta).

Em 1922 o Ten. da Força Militar, Aristoteles Xavier, escreve uma espécie de dicionário da **Gyria dos Delinquentes (Dialecto dos Malandros)**. Justificando seu trabalho: “...gyria, dialecto, calão ou argot dos delinquentes [é] a linguagem usada principalmente pelos vagabundos, desordeiros e ladrões, com o fim de melhor exercer os seus mistéres criminosos e illudir a vigilância da policia” (54), o Tenente Xavier, entre outras *curiosidades*, indica para a expressão “vadiar”, o significado - *malandro* - de “jogar capoeira”. *Esporte*, este, que implicava em contravenção (no mesmo art. XIII dos vadios). O sinônimo delinquente de “vadio”, por suas vez, era “desordeiro”, outro motivo bastante frequente nas prisões por contravenção (55). Na “gyria” da malandragem, o vagabundo aparecem como “lustroso” e ainda, “pila”. (56)

Contudo, ao fim de seu trabalho, avisa o oficial da Força, numa “Observação Necessária”:



Cumpre-nos notar que os gatumos, tendo o seu mysterioso e extenso vocabulario desvendado e vulgarizado pela policia, raramente o empregam, (...) com o fundado receio de serem surprehendidos. Por outro lado, de sua convivencia com os vagabundos e desordeiros nas ruas, nos antros e nas pensões, resultou passar grande parte dos termos de *gyria* para o linguajar do povo, tomando-se *commum* e sem valor para os fins que tinham em vista. (57)

Geralmente comentadas indistintamente nos Relatórios, tanto a vadiagem quanto a mendicância se constituirão em objetos tanto de uma policia “correcional”, quanto “de assistencia”, ou ainda, “de costumes”. (58)

A vagabundagem - “indivíduos sem occupação honesta e proveitosa , sem familia e sem domicilio; que se incubem com o seu contingente de avolumar a relação dos criminosos na estatística policial” (59) - torna-se um dos principais motivos de atenção policial, desde os primeiros Relatórios republicanos.

“Elemento prejudicial á ordem e tranquillidade publica”, importante fator “nas causas dos crimes contra a segurança individual, contra a propriedade e contra a liberdade publica”, os vagabundos serão alvos de práticas de controle social visando - assim como aos menores - encaminhá-los “convenientemente, de modo que tornem-se uteis a si e á sociedade”. Isto sempre através do chamamento ao trabalho regular. (60)

Motivos de reclamos por parte da imprensa e da população, a existência e a dificuldade de repressão aos vagabundos é justificada pela policia - enquanto *órgão de manutenção da ordem* - devido à falta de instituições apropriadas e por deficiências das leis ou, até mesmo, por causa da falta de cooperação da população com a própria policia:

Os Arts. 399 e 400 do Codigo Penal, e Art. 111 e 112 do Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, determinão que aos vagabundos, individuos sem profissão e sem meios honestos de subsistencia, obriguem as autoridades policiaes á assignatura de termos de *bem-viver*, esperando a infracção delles, para a applicação das penas estabelecidas.

Esta medida aconselhada pela lei, até hoje não nos offereceu resultado satisfatorio, por muitos e diversos motivos.

Sabeis de quanta garantia é cercado o individuo sujeito a um processo de termo de bem-viver, de quase sempre é absolvido, depois de um trabalho prolongado, penoso infructifero e em que a auctoridade processante gasta tempo e sacrificios em pura perda.

(...)

“Não ha duvida, a nossa legislação criminal é deficientissima nas medidas de repressão contra males desta ordem. O termo de bem-viver é cousa que só poderá servir em falta de providencias mais efficazes e promptas: e muita vez a autoridade ve-se ainda na impossibilidade de uzar delle pela difficuldade de encontrar testemunhas, em cujos depoimentos se apoie: o vadio publicamente conhecido e ja

solemnemente proclamado como tal, apenas conduzido a policia, encontra mil protectores philanthropos, e transforma-se, como por encanto, em cidadão trabalhador e morigerado!...” (...) (61)

Como já abordamos nos capítulo anterior, com a criação do Hospício N.S. da Luz, em 1903, funda-se uma ala destinada ao atendimento dos *verdadeiros necessitados*. Uma espécie de instituição - a primeira em Curitiba - visando o *tratamento* de mendigos. Dado que o Código Penal, através do artigo 392, proibia “mendigar ... nos logares onde existem hospícios e asylos para mendigos”, esperava-se um exercício - policial - de maior controle sobre esta população com a inauguração do hospício. Contudo, parece que tal medida não contribuiu nem para a possibilidade do controle policial nem para a erradicação da mendicância nas ruas. Ainda assim, a idéia de controle passa, necessariamente, pela ação institucional. Ouçamos o Dr. Estanislau Cardoso, em 1911:

Com relação aos falsos mendigos é dever salientar a providencia deliberada por um accordo entre Policia, o Commercio e a Casa de Misericordia. Entre as contravenções do Codigo está articulada a de mendigar nos logares onde houverem azylos ou hospícios para indigentes, mendigar aos bandos, ou simulando enfermidade, ou ainda, por intermedio de menores. Crescia o numero dos que exploravam a mendicidade nas ruas desta Capital, principiando a ser desagradavel o aspecto da miseria e tonando-se vexativa a situação dos negociantes, principalmente os quaes precisavam já occupar empregados em determinados dias para despachar pedintes incommodantes. No sentido de permittir esmolar somente perante as Redacções dos jornaes ou Associações Pias ou de Caridade, com a necessaria licença ou carteira de identidade adoptada pela Policia, foram toleradas concessões aos indigentes que não se poderiam transferir para o Asylo sem desamparar pessoas que careciam da sua tutela e protecção. Em beneficio dos verdadeiros pobres, manifestou-se grande sympathia por esta elevando-se rapidamente o total das esportulas que são depositadas para socorrer. E, para as compaixões sem fundamento não se decidirem pela situação presumivel de angustias dos necessitados, com o proceder da policia, assevero que nos inqueritos feitos mais da metade dos que recorriam a caridade publica eram exploradores de varias nacionalidades, com meios de vida regularmente confortaveis. Infelizmente, os limites deste breve documento não comportam relatar o cynismo de casos diversos que ficam no archivo policial.(62)

Este mesmo Relatório de 1911 - que justifica as 52 prisões por “exploração da mendicidade”, comentadas anteriormente - chama nossa atenção para outra curiosa questão: o chamado “cinismo” de alguns indivíduos que se dedicam à exploração da caridade alheia, apesar de possuírem recursos próprios ou serem, até mesmo, abastados.

Sempre presentes, principalmente na imprensa, as denúncias sobre os “falsos mendigos” abeiram-se, de certa forma, de um *exotismo*:

De tempos a tempos a imprensa irritada registra a extravagante noticia da morte de mendigos que deixam envolvidos nos sordidos farrapos de sua miseria aparente saquinhos empanturrados de esplendidas moedas nacionais.

Esses individuos bizarros exercendo a inclemente profissão do pedinchamento provam a posse do elevadissimo grau de energia que applicada em ramos uteis da operosidade humana floresceria em brilhantes e compensadores resultados.

Incapazes, porem, de sair da ociosidade perambulante a que não se fazendo desde a juventude convergem o seu exforço em arrancar dos proximos os vintens que, juntados um a um, formam com o dobrar dos annos, essas extranhas fortunas ciosamente acumuladas e nunca jamais gosadas.

Aqui, em Coritiba, conhecem-se varios mendigos que se encontram em optimas condições financeiras.

Aliás, a mendicidade é sempre uma profissão rendosa, e que perde tantos individuos inutilizando-os para aptidões industriaes ou commerciaes.

Prossegue o artigo denunciando as artimanhas perversas de exploração, empregadas pelos falsos mendigos :

A infância explorada perversamente fornece contingentes numerosos para os falsos mendigos.

Paes, mães ou tutores sem entranhas, malevolos sujeitam os menores á gandulagem, forçando-os a andarem de porta em porta extendendo as debeis mãos á fácil caridade pública.

Os nossos jomaes ainda ha poucos dias pormenorizaram o caso repellente de um indigno soldado do Corpo de Bombeiros, morador na Villa Paraná, o qual, sob ameaças tremendas coagia uma pequena a esmolar pelas ruas.

Essa menina infeliz conseguia uma feria diaria de 5 \$ a 6\$000 que integralmente revertiam aos bolsos do ignobil especulador.

Uma variante dessa torpidade é essa de transformarem criancinhas innocentes em vendedores ambulantes.

E Coritiba esta cheia desses mascates meiminhos que, no contacto com as turmas contaminam-se de vicios insanaveis.

A rua fascinante e arrebatadora é um monstro immenso que corrompe, estraga quem vive nellas dia e noite.

Percustrand-a caem as crianças nas malhas do crime e em vez de se familiarizarem com o rumo das escolas aprendem o caminho das detenções. (63)

Ou ainda, “muitos pedintes, tão rendoso é o negocio, chegam a enriquecer, possuem casas, dão dinheiro a juro. Uma certa vez, pedia de comer em uma residencia. Deram-lhe - e comeu tanto que acabou por ter um ataque e ir-se desta para melhor. Chamada a policia foram encontrar-lhe no forro do paletó nada menos de (?) contos! E o desgraçado que morreu de tanto comer, morria de fome...”(64)

O periódico carioca *A Noite Ilustrada*, de 3 de janeiro de 1934, investe na mesma espécie de sensacionalismo, num texto à respeito da mendicidade em São Paulo. No artigo *Falsa Mendicancia e os seus typos curiosos*, a partir de um “Interessante Inquérito”, as histórias não são diferentes. Falsos mendigos, apanhados pela policia, que carregavam nos bolsos mais de um conto de réis: mendigos donos de vários imóveis e até... o aparecimento de

um velho mendigo, supostamente primo do ditador italiano Benito Mussolini, Severo Mussolini:

Roupa escura em desalinho, gravata posta á maneira dos pintores e bohemios do “Quartier latin”, (...) tinha ainda longa cabelleira branca e uma barba espessa, mal cuidada, que lhe davam ares de intelectual. A apparencia não deixava de ser nobre, fazendo lembrar certos escriptores da antiga geração européa, como, por exemplo, Leon Tolstoi. Baixote, traz consigo uma bengala grossa e nodosa, na qual se ampara. Possui, juntamente com duas irmãs um sitio em Serra Negra, com 20.000 pés de café. (...) Foi preso quando pedia esmolas na praça da Sé. (65)

“Na terra em que todos cultivam a religião do trabalho não pode haver logar para indolentes” (66), o autor se refere à São Paulo, no texto, como uma cidade invadida por imigrantes, indesejáveis, responsáveis pelo aumento exagerado da mendicância. Tal visão é também comum a outros jornalistas. Gastão Faria, escrevendo no **Diário da Tarde**, de 28 de setembro de 1917, já dizia, culpando não exclusivamente os imigrantes mas sim, o próprio povo brasileiro com seu *sentimentalismo pouco nacionalista*:

O Congresso Nacional deliberou que não poderão desembarcar em território nacional os mutilados na guerra européa. É uma medida sobremaneira patriótica. Com aquella providencia evitaremos de alguma forma que augmente assustadoramente, o numero de mendigos no paiz. E é mesmo preciso que se saiba que o Brazil precisa, mas é de braços para o trabalho. Não necessita elle de individuos incapazes, que para aqui viriam absorver as reservas das nossas energias. Está em jogo o interesse vital do paiz (...). Depois, não há entre nós razão para que o numero de mendigos seja tão grande. Paiz novo, de uma riqueza sem par, o trabalho aqui não falta (...) A culpa desse abuso é unicamente nossa. Não fossemos tão ridiculamente sentimentalistas e poderíamos evitar o triste espectáculo da mendicancia exagerada. (67)

Parece que não somente em São Paulo é cultuada a religião do trabalho.

Uma vez que a mendicidade (ou poderíamos dizer a ociosidade?) *perde tantos individuos, inutilizando-os para aptidões industriaes ou commerciaes*, a melhor forma de reabilitação é através do próprio trabalho. O **Diário da Tarde**, em 1916, sugeria ao poder público encaminhamentos para a solução da ociosidade.

(...) esta prestes para seguir para Rio Branco uma companhia do Regimento de Segurança destinada a tarefa da construcção da estrada de rodagem do Assunguy. Era o caso do sr. chefe de policia fazer uma vasta caçada de vagabundos e fazel-os acompanhar a força que poderá mantel-os no trabalho auxiliando-a efficaçmente. Esta medida parece-nos de utilidade sob multiplos aspectos. Limpa a cidade de elementos maus, fomentadores de desordens, da gatunagem e da falsa mendicidade. Descança as autoridades (...) ao espectáculo vicioso de prender os vadios para depois soltal-os e, de novo, mais tarde, os recolher á custodia.

*Lucram os vagabundos que trabalhando ganharão honradamente a vida, podendo, muitos delles, adquirir habitos definitivos de trabalho, extincta ou suffocada, assim a morbida tendencia degradante da ociosidade.*

*O proprio governo e o proprio publico tem interesse na practica dessa idéa: aquelle porque disporá de mão de obra barata; e este porque ficará livre da promiscuidade de vagabundos, sempre perigosos.*

*Pode-se, assim, ainda ir concorrendo, paulatinamente, para a solução do serio problema do excesso da população urbana que, á falta de occupação, resvala, na certa, para a vagabundagem. (...) (68)*

Contudo o artigo causa controvérsias. É o que deixa entrever o jornal **Commercio do**

**Paraná** de 26 de agosto de 1916:

*Não partilhamos a idéia que suggeriram os nossos collegas do “Diario da Tarde” de a policia preparar uma leva de vagabundos para ir trabalhar sob a vigilancia do destacamento do regimento de segurança que vae abrir a estrada de Rio Branco ao Assungui.*

*Foi por todos applaudido o bello gesto do Regimento, deixando o sabre e tomando a picareta e o alvião, quando repousa das lides marciais, para continuar a servir o Estado, na obra do augmento da riqueza economica.*

*São sem duvida particularmente nobres esses operarios improvisados, que numa espontaneidade sympathica se propoem a gastar esforços em mister diverso daquelle para o qual tomaram seu compromisso d’hora.*

*Mais nobre e mais sympathica, quando a sua attitude diversifica tanto da que tem a maioria dos que vivem de função publica e que prolongam o mais possivel o momento de entrar para o seu bureau, e abreviam quanto podem o momento de sahida contando pelos dedos os annos, os mezes, as horas e os minutos que faltam para a comoda aposentadoria.*

Temeroso de uma “contaminação dos bons”, exigindo, portanto, o afastamento dos *desclassificados* para evitar o contato e o possível “nivelamento de alturas moraes diversas”, aventa o artigo:

*Pois bem. Junto de homens que assim vão para o trabalho digno em virtude de uma livre deliberação de sua vontade, não se pode pretender que vão trabalhar tambem os desclassificados sociaes, para quem o esforço physico é uma pena, que iriam servir por uma coacção determinada pela sua insubmissão á ordem juridica.*

*Não seria justo que se confundissem na mesma obra que virá a constituir um título de orgulho para o bravo Regimento de Segurança, homens, que são muitas vezes desagregados daquella disciplinada corporação, expulsos por indignos de pertencer ás suas fileiras.*

*Mandados para um trabalho commum com os correctos soldados da milicia estadoal, seria nivelar alturas moraes diversas, sacrificando o estimulo d’aquelles que pelo seu proceder merecem a estima do Estado.*

*Faça-se a regeneração dos maus, mas não se contaminem os bons. (69)*

O **Diário** por sua vez se defende:

O nosso lembrete sobre o possível aproveitamento dos vagabundos, na construção de estradas, junto á Companhia do Regimento de Segurança, mereceu da parte do “Commercio do Paraná” alguns comentários.

Quando expuzemos o nosso alvitre o fizemos como digno de ser estudado, pois que consideravamos inutil e até perigosa a remessa de maltas de vadios para logares onde não ha força capaz de os conter nos seus excessos e impetos de revolta.

Não resta a menor duvida que a intenção do sr. chefe de policia mandando limpar as nossas ruas de vagabundos e remetel-os para um local onde trabalhassem na lavoura ou em outros serviços, foi excellente.

Entretanto a falta justamente de força contrariou esta optima medida, pois que nem bem chegavam ao lugar lhes determinado para a lide rural, já os vadios rebellavam-se e davam de volta para a sua costumeira ociosidade.

Assim, pareceu-nos que si o sr. chefe de policia, fizesse seguir junto a tropa policial um grupo de vagabundos o desideratum daquela alta autoridade ficaria plenamente autorizado.

A cidade expugar-se-ia de elementos perniciosos; as familias livres de sobressaltos a deshoras devido a constantes tumultos; a sociedade na expectativa de reaver, pelo treino efficaz do trabalho, unidades desviadas das normas da vida honesta.

A defesa recorre a própria disciplina da corporação. Ainda que não sugira a possibilidade da transformação moral dos vadios pelo contato com as “forças moraes” dos soldados construtores, tal moralidade suprimiria o perigo da *contaminação*:

Da prudencia do commandante da força, da compustura dos seus subalternos dependeria, exclusivamente, evitar as consequencias de contactos malversores entre praças da policia e os vadios.

A moralidade dos nossos soldados, o seu procedimento serio, seriam barreiras collocadas deante de seus fortuitos companheiros de empreitada, tanto mais que para a construcção da estrada devem ser escolhidas a dedo as melhores e mais distinctas praças do Regimento de Segurança.

Afinal, o que dissemos e o que ora escrevemos é, apenas, um lembrente destinado ao estudos dos competentes. Estes que lhe calculem o valor, a practicabilidade, comparando os prós e os contras. (70)

A exclusão de ociosos do meio urbano consideradas medidas de saneamento moral e social e justificadas pela necessidade da reeducação pelo trabalho em prol do ingresso na *cooperação social*, parece ser uma prática comum neste período.

Em 1917, Bernardo Moreira Garcez, substituindo temporariamente o Chefe de Polícia, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, relata, felicíssimo, as medidas por ele tomadas em seu período à frente da Chefia de Polícia:

Como medida de saneamento moral e com o intuito de cooperar para a intensificação do trabalho, tão necessario no momento historico que atravessamos, em que todos os brasileiros devem applicar a sua atividade em prol da nossa grandeza economica e militar, ordenei fossem apreendidos e enviados para a zona agricola do norte do Estado, os muitos individuos desoccupados, que perambulam nas ruas e praças desta Capital e nas principaes cidades do interior, fornecendo passagem de segunda classe e algum numerario para socorrer ás primeiras despezas, nos pontos de destino.

Nesse sentido expedi ordens aos Srs. Delegados (...), tendo aqui, na Capital, eu mesmo seleccionado o pessoal válido para os trabalhos ruraes, antes da partida de cada leva. A grande maioria seguia contente e muitos houve que, espontaneamente, se apresentaram para a viagem.

O Chefe de Polícia interino prossegue seu Relatório recorrendo ao aval da imprensa para legitimar suas patrióticas e saneadoras atitudes:

A imprensa patricia e a opinião publica applaudiram a providencia patriotica e eminentemente salutar que vinha de ser adoptada, prevendo-se, desde já, que contribuirá, efficazmente, para o levantamento moral de tantos desprotegidos da sorte e desamparados da fortuna, os quaes aqui, só encontravam no vicio e na ociosidade a applicação do seu tempo, ao envez de rumarem aos campos, onde o trabalho honesto lhes dará vida e relativo conforto.

Hoje, é innegavel, notamos a nossa urbs livres daquelles muitos typos caracteristicos das ruas contumases vagabundos que diariamente infesvavam os xadrezes das detenções, ou aliás, tomavam por completo os bancos das praças, aguardando a passagem de caridosos transeuntes a quem estendiam a mão humilhada, supplicando uma esmola. (71)

Complementando seu programa de repressão à vadiagem, o delegado restringiu o número, segundo ele “considerável”, de vendedores de bilhetes de loteria. Tal comércio só foi permitido aos indivíduos reconhecidamente inválidos, após terem feito exame e recebido atestado dos médicos da polícia.

Arredando *homens válidos* da venda de bilhetes e conduzindo-os para atividades mais úteis à sociedade, a campanha contribuiu concomitantemente, segundo Garcez, para diminuir o número de mendigos *inválidos* pois, tendo em vista a menor concorrência, vários mendigos passam a vender os bilhetes de loteria assim “sendo-lhes poupado o sacrificio da mendicancia”. (72)

No mesmo Relatório de 1917, o Chefe de Polícia, Lindolpho Marques, não se apresenta tão otimista quanto seu delegado e substituto. Ainda que reconhecendo os esforços da polícia empregados na repressão à vagabundagem, através principalmente das medidas de saneamento, dr. Lindolpho, contudo, as considera medidas de “effeitos transitórios”. Segundo o Chefe de Polícia, a solução radical para o “problema da vagabundagem” somente será possível com a criação de uma “Colonia Correccional”. Da mesma forma, a mendicidade só poderá ter solução com a fundação de um Estabelecimento para mendigos, especificamente. Uma vez que a mendicidade somente é punível em localidades onde existam “Hospícios e Asylos para mendigos”, “e não havendo neste Estado nenhum Estabelecimento desse genero, segue-se que a mendicidade dos invalidos não póde ser reprimida”. (73)

Se a questão do controle policial - através da repressão e campanhas de *saneamento* - fica caracterizada desde nossos primeiros Relatórios de Polícia, por outro lado é o controle institucional - através do trabalho assistencial - que garantirá a possibilidade de se trabalhar a

imagem da “cidade sem mendigos”. Imagem esta que tenta se elaborar a partir dos anos 20, principalmente.

Partindo da suposição que “consentir que individuos desoccupados, frequentadores assíduos das tavernas, perambulem pela cidade, sem nenhuma outra cousa a fazer, sinão a de se embriagarem diariamente e darem os piores exemplos, em prejuizo do decoro publico, é o que não é possivel ser tolerado, porque seria pôr em duvida os nossos foros de gente civilizada” (74), o Chefe de Polícia, Luiz Albuquerque Maranhão, lança em 1921 uma campanha repressiva (mais uma!) contra a vadiagem e a falsa mendicidade. Contudo, ainda que a autoridade exulte dos resultados obtidos pela campanha e repute definitivamente resolvido “problema de tão grande alcance social”, o ano se caracteriza pela criação da Sociedade de Socorro aos Necessitados.

Fundada por iniciativa da Associação Comercial do Paraná - (seria devido ao desagradável aspecto da miséria tornar “vexativa a situação dos negociantes”, de que nos fala Estanisláu Cardozo em 1911?) - cabia à Sociedade, segundo seus estatutos:

- Suprir do necessario para a vida os verdadeiros indigentes, domiciliados em Curityba, e, assim, eliminar a causa de mendicidade nas ruas;
- Socorrer pobres, mesmo não registrados como indigentes, em casos de necessidade eventual ou urgente, bem verificada;
- Socorrer, por tempo limitado, pessoas validas necessitadas e agenciar para ellas collocações ou emprego honesto, compativel com as suas aptidões; (...) (75)

Em 1922 João Ribeiro Fº, em comemoração ao Dia das Mães, no Grêmio das Violetas, exalta o trabalho da Sociedade de Socorro. Iniciando sua *Oração*, faz toda uma divagação sobre a relação entre a caridade e a civilização:

(...) O altruismo é próprio do homem civilizado, podendo se aquilatar do adiantamento de um povo pelo grau de altruismo que ele tenha alcançado. É sabido que o egoísmo puro é sentimento dos seres inferiores, dos selvagens, com tôda a rudeza das suas tendências, do seu *temperamento*, dos seus costumes (...) Com a civilização os costumes se suavizam, a solidariedade vai ganhando terreno, o homem já vê ao redor de si, não um inimigo, mas um semelhante que lhe merece simpatia e amizade.

E prossegue o orador:



(...) A sociedade, tal qual está organizada, é incontestavelmente a sociedade ideal e definitiva. Pobres e ricos, grandes e pequenos. O capital e o trabalho.

*Utopico qualquer outro sistema. Irrealizavel, ou pelo menos funesta, qualquer tentativa de implantação do socialismo, nas suas seitas variadas e multiformes, seja o comunismo, o coletivismo, o socialismo de Estado ou o anarquismo. O que é necessário no nosso sistema, no individualismo, é a exata compreensão dos deveres do homem para com o homem. É a compreensão de que Curitiba está dando um exemplo admirável e indefectível; que neste momento de dúvidas e incertezas, o nosso povo demonstra, não por palavras, mas por atos, não por doutrinas e por teorias, mas por fatos reais e positivos. É a solidariedade humana, a serviço da qual tendes, senhores, como instrumento grandioso, a sociedade de Socorro aos Necessitados.*

(...)

Si em poucos meses de existência, já se vê no seu pequeno passado um acervo tão extraordinário de benefícios espalhados, o que fará, si não lhe faltar o auxilio do povo (e não faltará) em um futuro próximo? É do seu programa trabalhar e trabalhar pelos necessitados; (...)

Muito lhe falta para a consecução integral do bem a que se propõe. Tudo, porem, sera vencido, ante a abnegação e a bondade sem limites dos seus diretores.

Por fim exorta fulminante:

E, no centenário do nosso amado Brasil, graças aos sentimentos generosos do nosso povo e á ação sacrosanta dessa Sociedade e das demais instituições pias, poderemos, como uma sensacional exceção, como um caso único na vida das cidades, proclamar bem alto e com legitimo orgulho:

“Em Curitiba, capital do Estado do Paraná, não há crianças ao desamparo, não há ninguém sem teto; não há ebrios e não há vadios; não há miséria e não há fome!” (76)

Eleito Presidente da Sociedade em 1926, o médico José Pereira de Macedo, no seu discurso de posse, busca explicar o *sucesso* da instituição no combate à miséria. Inicia, justamente, diferenciando a miséria da mendicidade.

Muito de proposito digo miseria e não mendicidade. A mendicidade nem sequer é reflexo da miséria material. A mendicidade quando muito é o reflexo moral. É o vicio que medra em toda a parte (...). É o vicio exclusivamente de alçada policial, mas em toda a parte a cobro da necessaria repressão, intrincheirado como se apresenta, na muralha sentimental de defesa que lhe proporciona a própria miséria.

Mas, se directamente não exterminastes as mendicidade, fostes vós, senhores fundadores da Sociedade de Socorro aos Necessitados, que abristes brecha naquella formidavel muralha, condicionando meios de vida aos realmente necessitados, separando estes dos viciados e dos malandros, assim preparando campo amplo para a acção policial (...) surgindo então, desse conjunto de felizes circunstâncias, radiosa na sua belleza sadia, a nossa Curitiba sem miseria e sem mendigos, sem chagas intencionalmente abertas ao sol, em espectacular exposição e os seus reconditos mais sombrios vasculhados pela luz suave da caridade bem applicada. (77)

Substituído o Presidente em 1927, agora Gastão Câmara, a concepção acerca da instituição e da *limpeza* da mendicidade das ruas parece continuar a mesma. Curitiba, uma cidade sem mendigos. Cidade modelar.

(...) desde 21 de setembro de 1921, data da organização da Sociedade Socorro aos Necessitados, tem Curitiba melhorado muito a situação dos pobres.

Deixou de existir nas ruas desta cidade, a leva de pobres, que se apresentava, diariamente, a pedir de porta em porta, alguns pela necessidade que tinham, porque já nada mais podiam produzir; outros a explorar abusivamente a caridade publica, como meio de viver sem trabalhar. (...)

Conseguiu a nossa Sociedade, desde o inicio, por uma combinação feliz com os poderes publicos, abolir a mendicancia nas ruas. Curityba apresenta esse aspecto confortador e bello, não tanto pela ausencia dos pedintes, mas pela certeza, que está na consciencia de todos, de que ninguém precisa pedir! (...) É com grande orgulho que a Sociedade de Socorro pode afirmar que em Curityba ninguém tem o direito de dizer que não tem onde comer.

(...) A ausencia de miserias em nossa Capital, [a torna] a primeira cidade do Brasil em materia de Assistencia Social. (78)

Todavia, surgem censuras ao trabalho da Sociedade de socorro aos necessitados. Às críticas responde, longamente, a diretoria:

De todas as acusações (...), a mais grave e que pode impressionar, é (...) excluirmos os pobresinhos do convívio social, de tolher-lhes a liberdade, visto que já não se vêm pelas ruas a estender as mãos aos transeuntes, os pobres mendigos, como se vê em todas as cidades.

A isto responderemos (...) “Sim, a nossa Sociedade esta a tolher a liberdade de ter fome, de soffrer os rigores do inverno, de rastear implorando, de morrer de miserias

Dando as pobres o socoro necessario (...), poude a nossa cidade ver desaparecer das ruas o triste espectáculo da mendicidade. Em Curitiba ninguém mais precisa pedir esmolas para viver. Extincta a causa da mendicancia, esta teria de desaparecer. (...) Quem quizer saber como os pobres são tratados vá a qualquer das nossas villas, vá a suas moradas. E convencer-se-á de que, em vez de excluidos do convívio social, elles vivem contentes, ajudando-se mutuamente e com liberdade inteira de locomoção, vivendo em contacto com o povo, subordinados, somente, á disciplina da hygiene e da boa educação. Verá que, livremente, seguem as suas crenças.

Reconhecerá que, em vez de tolhidos e humilhados como viviam, pela miseria organica e pela miseria moral, elles se acham bem nutridos, bem abrigados, cobertos de pellucias e acolchoados, tendo estimulo para ser bons e sentindo-se respeitados e dignificados. (79)

Parece que uma das diretrizes do trabalho da Sociedade é aquela da reeducação pelo trabalho. Tal conclusão é possibilitada a partir das conclusões do documento **Sociedade de Socorro aos Necessitados**, de 1926:

O grande homem de industria que é Henrique Ford, plyphologo dos mais perfeitos, expande no seu livro “A minha vida e a minha obra”, a sua doutrina a respeito e pelo que tem elle conseguido na pratica, chega-se a perfeita conclusão de que não é utopia abolir-se a esmola e obter-se de cada pobre, e mesmo de cada doente, em certas condições, um trabalho que esteja de accordo com a sua capacidade, para prover a propria subsistencia. (80)

Ainda que os Relatórios Policiais elogiem a atuação da Sociedade de Socorro aos Necessitados, parecem não acreditar na solução do problema da vadiagem e da mendicidade.

Em 1925, o Delegado de Polícia do 1º Districto - em Relatório ao Chefe de Polícia, Desembargador Luiz de Albuquerque Maranhão - preocupado com o alarmante crescimento da vadiagem, recomenda a criação de um Instituto Disciplinar, ao modelo do existente em Dois Rios:

Se o controle a vadiagem, segundo o criterio da moderna sciencia penal, constitue um dos mais efficazes meios preventivos da criminalidade, sabendo-se que outro não é o termo de formação e cultura dos malfetores, convem reconhecer o valor social no combate a esta contravenção do nosso Codigo Penal.

A vadiagem em nossa Capital começa a estender os seus tentáculos (...) tornando-se por este motivo necessario e urgente crear-se um estabelecimento (...) a exemplo do que se encontra na Capital da Republica e que tem dado optimos resultados (...)

Bastante perseverante, o delegado conclui:

Portanto, só nos falta a criação das Colonias Correcionais, como tambem torna-se necessario o aumento de policionamento, com o fim não só de evitar que muitos ao iniciarem a vida de vadiagem encontrem, desde logo, alguém que lhes embargue os passos e ainda para segurar e levar a correcção á aquelles que estejam affectados, desse vicio e que necessitam necessariamente serem segredados, em defeza dos altos interesses da sociedade. (81)

Voltamos ao nosso ponto de partida. Finalmente em 1926 é construída pelo Estado sua primeira instituição assistencial, visando exclusivamente o tratamento de indigentes: o Asylo de São Vicente de Paula. Regozijos do Chefe de Polícia, o Asylo é anunciado como a solução final (e portanto definitiva) para o problema da mendicância.

Quase conjuntamente à criação do Asilo é também criada a Delegacia de Polícia de Costumes:

A Delegacia de Policia de Costumes, creada pela lei nº 2531, de 27 de março de 1928, estão affectos complexos problemas de alta significação social: prostituição, vadiagem, vagabundagem, jogos e apostas, ultrage publico ao pudor, defloramento, estupro, inspecção ás casas de diversão publica, alcoolismo, exposição e ministration de substancias venenosas e entorpecentes, processos referentes á occultação, abandono e delinquencia de menores.

(...) começando por falar sobre a vadiagem, vagabundagem, mendicancia, que sob o ponto de vista social, andam, quasi sempre, juntos: a sua repressão, como muito bem nota Drioux e Evaristo de Moraes: “tem antes de tudo, caracter preventivo; presume-se, com razão, que o individuo, vivendo assim, será levado a commeter crimes e delictos, ou, pelo menos, a viver como parasita, á custa da sociedade, repellindo a lei do trabalho que se impõe a todos”.

A sua origem repousa, principalmente, em um factor economico: a falta de trabalho.

Ás vezes ainda pode ser, (...) consequência de defeitos physicos e psychicos ou de infortunios immerecidos.

Dahi a necessidade de submeter o vagabundo, o vadio e o mendigo á previo exame medico, para então prestar assistencia material e moral aos que querem trabalhar (...), recolhimento aos hospitaes e asylos aos doentes e desvalidos: repressão energica aos que tendo saúde e aptidão para trabalhar não queiram exercer profissão (...) em que possam ganhar honestamente a vida.

Felizmente, entre nós, o problema de assistencia social se acha perfeitamente organizado. O governo, desde ha muito tem dispensado a essas classes de pessoas cuidadosa atenção (82)

Enfim o problema parece estar solucionado. Uma cidade sem mendigos, a construção de uma instituição idealizada e por muito tempo reivindicada e ainda, a criação de uma polícia encarregada de corrigir os *maus costumes* atentatórios à ordem.

Já em 1933, passados, portanto, apenas sete anos do otunista relatório de Clotário Portugal, o agora Chefe de Polícia, Ten. Cel. Silvio van Erven, em Relatório para o Secretário

do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, sugere a criação de uma “Colônia Correccional” “para solucionar vários problemas, assáz de magno interesse”, dentre estes: a falsa mendicidade e a vadiagem. Inspirando-se no artigo 400 do Código Penal, o Chefe de Polícia sugere que essa “Colônia Correccional” seja fundada “em uma das salubres ilhas de Paranaguá ou Guaratuba”.

Na ambiciosa visão do Chefe de Polícia, a inauguração da Colônia resultaria no “descongestionamento de presos na ‘Penitenciária’ e ‘Casa de Detenção’ com resultante economia para os cofres públicos”. (83)

O contentamento gerado pela criação do Asilo São Vicente de Paula parece ter sido efêmero. A ociosidade continua seu labor.

Ainda que observado, classificado, medicalizado, noticiado, policiado ou ocultado, o *não-trabalho* insiste. A barbárie da desordem, personificada em vadios e mendigos, entre outros estigmatizados, permanece dentro das fronteiras da sociedade da ordem e do trabalho.

### 3.3 *ARES PROVINCIAIS E TIPOS POPULARES*

Se deve haver um campo de investigação chamado de “comportamento desviante” são os seus desviantes sociais (...) que deveriam, presumivelmente, constituir o seu cerne. As prostitutas, (...) os delinquentes, os criminosos, (...), os boêmios, (...) os parasitas, os vagabundos (...) e o mendigo impertinente da cidade seriam incluídos. São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. GOFFMAN, Erving. (84)

Buscando encontrar uma certa privacidade, Maria Ballão, para satisfazer aquela idéia que lhe assaltara, caminhou ao longo de toda Rua XV dirigindo-se a Comendador Araújo. Durante o trajeto não deixou de provocar menos espanto que sua “petoresca” figura cotidianamente já provocava.

Se a sua busca de privacidade, ao longo das principais ruas e portanto das mais movimentadas, esbarrava com *footing* domingueiro de jovens casais e das famílias que se dirigiam às confeitarias e cinemas e se seu “typo” gerava comentários e repugnância - negra, alcoólatra e mendiga - sua reação em relação aos transeuntes não era muito diferente: Ballão não conseguia ficar diferente com os “typos normaes” que encontrava durante sua caminhada. Foi dessa forma que sentenciou, em plena XV, ao encontrar um feliz casal:

“- Credo! Elle é um lingüicinha, tão magrinho e ella gorda como um zepellin...” (85)

Chegando lá no fim da Rua Comendador Araújo, Ballão pôde concretizar sua idéia, ou melhor, resolver seu problema. O excessivo calor daquela tarde de domingo de 1927, de inícios de verão, incomodava a “negra pernóstica” e portanto, nada melhor que se refrescar.

Assim foi flagrada Maria Ballão, sem o menor pudor, lagarteando em trajes de Eva. Como a própria manchete noticia (86), tal feito deve ter constrangido - e bastante - os passeadores daquela quente tarde.

Já não era a primeira vez que Maria Ballão afrontava a moralidade pública (87). Pelo contrário. Mário Marcondes nos fala dos habituais banhos de Ballão no repuxo da Osório - o “pátio das excentricidades” (88). Contudo, não apenas o repuxo da Praça Osório pode ser tido como o palco das excentricidades mas também, toda a *urbs*, ou melhor, todo o espaço da cidade (que, a bem da verdade, não se estendia muito além das imediações das ruas XV, Comendador Araújo, Riachuelo, Muricy e algumas outras).

Assim como Maria Ballão, vários *outros* - *excêntricos*, *exóticos*, *diferentes* - os tipos populares (“os nossos typos populares”) figurarão no espaço da imprensa e também nos *discursos competentes*.

Se pelo repuxo da Osório desfilavam as excentricidades e, portanto, a praça (ou a rua) era o palco, nos cabe perguntar pelos atores, os *excêntricos* da Curitiba que o tempo do cronista guardou. Ou, pelo menos, sobre a elaboração de tal *excentricidade*.

A *Curityba* dos anos 30 é apresentada, pela imprensa periódica, como uma Curitiba que adquire foros de “cidade grande”. Tal crescimento evidenciar-se-ia a partir do próprio crescimento da população: segundo Romário Martins, a cidade que em 1920 possuía 78.986 habitantes, em 1940 contabilizará 142.185.

Concomitante ao crescimento urbano, o que mais parece afligir a cidade é a perda de uma certa *tranquilidade*, de um certo *provincianismo* que lentamente vai deixando de existir. Consequentemente, a noção de segurança e ordem devem (e são) redimensionados.

Assim atesta a **Gazeta do Povo**, em 11 de junho de 1930, abordando a vida noturna:

A vida nocturna de Curityba resume-se quasi que exclusivamente à malandragem.  
Ha um ou dois clubs onde, sob o rotulo de sociedade se pratica toda a especie de jogos de azar.  
As casas de diversões, reduzidissimas, estão, ao que parece, em crise, pois mantêm em cartaz o mesmo programma, durante 6 a 7 dias.  
O povo, ante a falta de diversões procura o conforto do lar, distraindo-se com a leitura de jornais e revistas.  
A vida de rua, porém, continua como sempre, apesar de estarmos atravessando a estação mais fria do anno.  
Em zonas pouco favorecidas pela illuminação publica pode-se constatar diariamente scenas pouco edificantes. Individuos desconhecedores do regulamento da nossa delegacia de Costumes reúnem-se às creadinhas e mesmo a certas mulheres e transformam as nossas vias e jardins em palcos para scenas de amor pouco dignas de serem assistidas.

Recorre a **Gazeta** à imagem de uma certa *vagabundagem comovida* e seu *encantamento*:

A par, porém, de tudo isto ha o encantamento da vagabundagem comovida. É a serenata. O violão gemendo em uma canção sentida - Nunca mais um verso meu terá... O trovador, voz rouqueira, vae accentuando as passagens sentimentaes do verso procurando intencionalmente demonstrar que soffre...  
E o povo no aconhego do lar, escuta o “solo” de violão e depois o cantar, muitas vezes irritado por sentir-se interrompido em seu socego, no somno. Isto nas zonas onde não existem casas de tolerância, porque, geralmente, nos locais onde se mercadeja o amor, ha sempre scenas de bebedeiras, desordens e brigas de mulheres.  
É a eterna questão da rivalidade.  
Se as nossas autoridades competentes cuidassem de abolir a venda de bebidas alcoolicas nos prostibulos o mal cessaria ou ao menos soffreria sensivel declinio.  
O policiamento de nossa cidade resume-se, quasi exclusivamente, á rua 15 de Novembro.  
Para o nosso centro, que progride diariamente, já está se fazendo sentir a necessidade de um *aparelhamento* policial maior e mais efficiente.

O crescimento da cidade vai obscurecendo a identidade da cidade consigo mesma e, ainda, a possibilidade do *identificar o outro* (num exercício *meio policialesco*):

Não ha muito tempo, quando Curitiba era ainda uma menina provinciana, toda simplicidade, si bem que garrida por natureza, a sua população conhecia-se tão intimamente que se diria pertencer a uma mesma família.

Os maus e os bons dividiam-se pelo antagonismo dos costumes, sendo apontado a dedo nas ruas aqueles que se desviavam do caminho do bem.

Não havia mistérios no viver de ninguém, pois toda a gente sabia a atividade de cada um na luta pela vida.

As explorações, as chantagens, as escroqueries, os meios de existência obtusos e suspeitos não encontravam campo na pequenina cidade dos pinheirais.

Eram sobejamente conhecidos os pouquíssimos boêmios, na maioria amantes do violão e da “branquinha” ou de noites passadas a “orelhar” uma carta, no clube ou na casa do compadre mais íntimo.

...

Que diferença hoje em dia. (89)

Buscando resgatar um certo *ar provinciano*, a imprensa se detém sobre aquelas personagens que são consideradas seus tipos populares. Ainda que os mesmos assim não se considerem.

Mesmo que este tipo de reportagem não seja uma criação dos anos 30 - pois aparecem nos jornais desde fins do século passado - é neste momento que aparecem com mais frequência na imprensa diária. Alguns são até mesmo *descobertos* nesta época:

Conseguíramos a custo atravessar o campo arado a que deram o nome de rua Aminthas de Barros. Com os sapatos bastante enlameados, cançados já de trilhar com difícil equilíbrio uma picada estreita, aberta ao meio daquelle lamaçal, atingimos o engenho Guimarães.

Na curiosidade de sabermos o grau de esquecimento em que a Prefeitura tem aquella zona, fomos um pouco adiante, onde deparamos com um montão de cacarécos velhos sob o qual habita uma pobre preta desajuizada (...)

Quizemos penetrar na choça mas fomos impedidos pela dona, que nos recebeu, senão a bala, pelo menos com uma chuva de reprehensões.

Entre outras dizia ella: “Os senhores sabiam dahi porque este terreno é meu, eu o comprei”

- Mas dona, atalhamos, nós queremos mandar calçar isto aqui...

- “Qual calçar, qual nada, eu moro aqui a tanto tempo e nunca ninguém fallou nisso, e mesmo é bom os senhores irem se arretirando...”

Não nos era possível conversar com a velha; ella logo nos dava as costas e sahia resmungando, indo alinhar-se sob aquelle entulho que relembra mais a habitação dos “esquimós”.

QUEM É ESTA INFELIZ TRESLOUCADA

Indagamos sobre a personalidade da habitante de tal choça.

Alguns visinhos attenderam-se dizendo que a velha chama-se Luiza. Morava com um filho que morreu, e agora com o juízo já abalado insiste em permanecer nesta miseria, tendo se recusado a acceitar o auxilio da Sociedade de Socorro, que a procurou, por querer viver independente, segundo diz. Nunca tirou esmola vive a custa do que ganha lavando alguma roupa e trabalhando pra si. (90)

Passados alguns anos, a personagem retorna às notícias:

A preta Luiza, uma personalidade exquisita que ha longos annos construiu seu tugurio - um amontoado de taboas e latas velhas - em um terreno situado nas proximidades da rua 15 de Novembro, volta hoje a occupar nossas columnas.

Apezar de ser bastante conhecida, por vagar communmente pelas ruas da capital, ninguém conhece os pormenores da vida de tão interessante creatura.

A preta Luiza vive exclusivamente de seu trabalho, negando-se a receber qualquer auxilio. (...). (91)

Assim, procurando seu *ar provinciano*, através dos tipos populares - que vão da vendedora de doces da porta do Palacio Theatro e do pasteleiro da rua Dr. Muricy até os “bohemios” e ébrios contumazes - a cidade parece buscar, também, seus *elementos de identidade*.

Os annos passam. Curityba, num repente, deixou seus ares de provinciana simploria e engalanou-se toda com o brilho faustoso de gran cidade. O asphalto, o bonde electrico, o omnibus, o bulicio da população cosmopolita, o cinema falado, os grandes predios e tantos outros factos do progresso transformaram-na visivelmente. Até crimes mysteriosos e consequente incapacidade policial dos nossos “scherlocks” concorrem para isso.

Uma cidade sem mysterio e sem fracassos policiaes não é cidade. Londres, Paris, Nova York, Rio e S. Paulo, são exemplos frizantes. O desenvolvimento da capital paranaense, a sua metamorphose maravilhosa ainda não apagaram de todo, entretanto, o signaes da Curityba de outróra.

Ficaram alguns. Uns poucos costumes encantadoramente simples permanecem, a par de algumas figuras populares, que não soffreram a influencia da modernização da cidade, que se deixaram ficar, em seus habitos, em seus meios de vida, tal qual 20 annos atraz. (92)

*Sinal* de permanência, numa cidade que se moderniza, os tipos populares curitibanos, ainda que contraventores, são qualificados como “interessantíssimos”:

Nos sempre fomos prodigos em typos de rua interessantissimos.

O alcool tem sido a varinha de condão para celebrizal-os. E o cadastro policial é o grande livro, onde são escritos as suas aventuras, si bem que não as registre com todos os seus pormenores turbulentos. (93)

Muitos e muitos foram os typos populares que transitavam pelas ruas da capital paranaense.

É bem verdade que, a maioria deles, já desapareceu do cenario populoso fazendo a “viagem para o outro mundo”. Todavia, apaga-se um “astro” e logo nasce outro para substitui-lo...

A cidade não pode ficar sem os seus classicos typos de ruas ... Alias isto é tão comum, aqui, em em toda a parte ...

Curitiba, porem, é que, tem dado os mais inteligentes e interessantes typos dessa natureza.

Desnecessario, entretanto, é inumerá-los. Seria tomar tempo do leitor e o espaço ao periódico. (94)

Realizando um *exercício de alteridade* essas reportagens - através da *identificação do outro* - reafirmam os valores da *sociedade do nós*. O *outro*, estigmatizado, garantiria a manutenção e reafirmação dos valores vigentes (95). Insistindo na estigmatização da loucura, do alcoolismo ou da vagabundagem, os jornais através da identificação do diferente - no caso, o *tipo popular* - estariam identificando a si mesmos, isto é, a própria *sociedade da ordem*, numa espécie de imagem invertida:

A FILOSOFIA DE UM VADIO

Amantes dos bancos das praças publicas sempre os tivemos.



Curitiba pode se vangloriar de ter possuído em todos os tempos os seus dois ou três boêmios celebres, tipos populares, alguns dos quais de verdadeiro talento.

(...)

Na noite de ante-ontem, ao passarmos pela praça Senador Correia, avistamos, sentado em um dos bancos, fisionomia serena, o conhecido tipo popular José Bureco, o homem que conta 236 entradas no xadrez da Central de Polícia e 56 passagens pelo Gabinete de Identificação por embriagues, tendo cumprido a pena de 12 anos por haver assassinado sua esposa com uma machadada.

- Como vai a vida, Bureco?

O interpelado, soerguendo, sonolento, o rosto, respondeu-nos entre beijos:

- Mal, hoje pelo menos.

Conhecedores da vida do boêmio, incapaz de uma queixa, estranhámos a frase:

- Como mal?

- Não consegui ser preso e estou, portanto, sem o meu costumeiro hotel. Os homens deram para modificar o xadrez, da Central de Polícia e não há vaga para mim. Até o meu plano falhou.

- Que diabo de plano é esse ó Bureco?

- Quando não querem me deixar dormir no xadrez, eu saio a rua e me deito nos trilhos do bonde.

Vem o veículo. (...)

Chega o guarda (...)

E eu nada.

(...)

Dai a pouco estou roncando soberbamente no xadrez. (...)

- Então você gosta da vida, ó homem?

- Como não? Ainda mais que, enquanto todo o mundo paga carceragem, à mim é o carcereiro quem paga, pois, de manhã, quando me solta, põe-me na mão quatrocentaço para a média.

Despedim-nos do boêmio, voltamos à redação refletindo que Bureco é, talvez, o único e Curitiba para quem a falta de dinheiro não faz falta e a crise é um mito.

Questão de hábito, com certeza...(96)

Se o enquadramento do indivíduo na *sociedade da ordem* (apego ao trabalho, disciplina, norma familiar, bom comportamento e até boa saúde) resulta uma certa *felicidade* por outro lado, a não inserção resulta na *infelicidade*.

“Em face do que eu quize ser e em face do que sou, fiquei a pensar se haveria alguém na vida, por mais nababalesco que seja, que um dia não julgue pobresinho, como esse mendigo, ao menos ante o desabar tristíssimo das próprias ilusões.” (97)

Onde está a felicidade? Em que consiste ela? Em quais alicerces se assenta e se firma, acenando de seu posto ao homem que, quer ser feliz?

Ninguém o sabe. A felicidade talvez esteja, paradoxalmente, no que não é feliz. No que sofre e não tem prazeres, no miserável que inveja o rico, no oprimido que odeia o opressor, ou o opulento monarca que olha com ciúmes para o pastor que não tem camisa.

Felicidade...

Estará ela escondida nos que gosam, nos que vivem de prazeres, ou nos que sofrem, alimentando-se de aborrecimentos? (...)

O rico ou o mendigo? O arranha-ceu opulento ou a miserável choupana? (98)

*Populosa* e conseqüentemente *problemática* em decorrência do *progresso*, Curitiba vê nos seus *tipos populares* a lembrança (ou a memória) da “pequena cidade”: “os typos de rua,

as almas encantadas da “cidade sorriso” vão desaparecendo, um a um, no cenário vertiginoso do progresso...(99)

Por outro lado, *colocados* como indivíduos contrários à ordem (ainda que talvez não tivessem essa política preocupação), os tipos populares se constituem em sujeitos de um *comportamento desviante*. Não constituído por si mesmo, o *desvio* é fruto deste próprio jogo social, da própria transgressão de regras: “os *grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio* e ao aplicá-las a pessoas particulares (...). Sob tal ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa faz mas, sim, a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao *transgressor* (100). Diferentemente do discurso médico ou jurídico/criminológico que vê no *desvio* um comportamento de ordem patológica (individual ou social), podemos buscar entender o sujeito desviante não como um marginal mas, bem pelo contrário, um sujeito pertencente à *cultura do nós*, que *lê*, contudo, essa cultura a partir de outros códigos - talvez, *diferentes dos normais*. Em todo caso, é portador de um conjunto de significações que o orientam em relação ao mundo. (101)

Na ânsia de boas reportagens - e no *reforçamento* desses tipos populares - os jornais curitibanos realizaram algumas entrevistas. A partir dessas entrevistas, com trechos abaixo reproduzidos, podemos, muito singelamente, ver esboçadas algumas referências destes indivíduos *exóticos*, principalmente - e que nos interessa - em relação a própria sociedade da ordem.

Maria Ballão - que abriu nosso texto - considerada “um tipo sem dúvida desagradável”, foi presa inúmeras vezes, principalmente por desordem e bebedeira. “Eterna discípulo de Bacho” (numa *sociedade apolínea*), Maria Ballão “nasceu para ser homem e não para representar o sexo frágil”. (102)

Condenada em 1931 a um ano de prisão, por embriaguez habitual, Ballão foi posta em liberdade em junho de 32.

Saiu e jurou por todos os santos nunca mais beber... Mais fez o juramento para santos hipotéticos e um dia destes, num botequim da rua Marechal Floriano, quando o reporter por ali passava e procurava comprar umas laranjas ao receber o troco de uma moedinha de dez tostões, ouviu uma voz rouca que, de um canto, dizia:

“- Nhonhô, como é o negócio? Esse troquinho não vem pra ‘negrinha’ matá a sede?”

Voltando-se para o local donde partia a voz rouquenha, o reporter reconhece a “Nega Balão” que, de olhos vidrados deixava escapar por entre os lábios, restos da “branquinha”...

(...)

Sentamos ao seu lado...

- “Você”, nhonhô, o querem é “paia”...

Tô vendo que tá querendo me “arranca” uma ... entrevista ...

A “nêga” é tão aguia, que adivinhou o que de fato tencionávamos.

“Nega Balão” foi logo propondo:

-Prá começa, um copo de “cana” ... “serve”?

(...)

- Maria queremos que você nos diga o que pensa da vida e do mundo...

- Ora - voltou ela - que pergunta ingenua a sua ...

Fiquei “parafusando” e resolvi entrar noutro assunto. Maria como é o seu verdadeiro nome?

- Maria Augusta.

- Maria Augusta do que?

- Ah! Isso eu não digo. Não posso dizer...

- Mas, porque? Você deve ter um sobrenome...

- Ah! - “nhonhô”, eu tenho muitos deles ...

- Mas como? Como se compreende isso?

- Ora, muito simples: é que eu, como qualquer mulher, mulher americana do norte, posso ter inúmeros sobrenomes...

- Mas, Maria, em nossa terra, não há lei do divórcio...

- Ué isso é o de menos ...

Então eu não posso ter hoje um marido e amanhã outro?

- Pode sim, como não ...

- Pois é, tem-se as “carradas”, só por esporte ...

- Conte-nos um pouco de sua vida.

- Ela começou: Si você soubesse “nhonhô” porque “nêga” se deixou vencer pelo alcool você me daria razão ... Foi, por questões de amores...

(...)

Resultado: fiquei completamente viciada como você me vê hoje...

- E sobre as suas prisões, o que poderá dizer?

- Nem é bom falar “nhonhô”, nem é bom falar, nas grades de uma prisão, onde se aneia pela liberdade que vos faz enlouquecer. O frio que nos invade até a própria alma, nos faz desesperar e o passadio que ali se leva, nos revolta!

- Que mais de importante você tem a nos dizer?

- Por ora é quasi só, pois, hoje estou muito esquecida...

- A respeito da política, não poderá dizer palavra?

E a “Maria Balão” tomando o copo na dextra, suspendeu-o e olhando através o liquido disse:

- Vê essa cachaça que aí está?

- Sim, respondemos.

E ela com a maior naturalidade desta vida concluiu: Esta é que é a minha política ... (103)

Outra Maria, de Curitiba, tornou-se, ou foi tornada, figura típica: Maria Pelanca.

Hontem fomos surpreendidos com a visita de Maria Pelanca.

Vinha protestar contra a accirrada perseguição de que esta sendo victima.

- Imaginem-se os senhores que uma pessoa decente, uma senhora de respeito, não póde mais transitar pelas ruas da capital. Os moleques e os moços não se cansam de me dirigir insultos - foi dizendo, de me dirigir insultos - foi dizendo, de um folego.

Depois, tomando assento, com atitudes affectadas, Maria desenrolou um longo rosario de lamurias.

- Não sei porque me chamam de “Maria Pelanca”. Nunca pertenci a familia que tenha tal nome e, tão pouco, como os srs. podem vêr, não sou desprovida de carnes. Não posso tolerar tal alcunha ... Meu nome é Maria Francisca Bernardes.

- Conhece o sr. Arthur Bernardes?

- De nome apenas, mas não tive a honra de privar tão importante personalidade e tão pouco sou sua parenta.

Maria compreendeu a finalidade maliciosa de nossa indagação.

- Mas - prosseguiu - não pensem os srs. que não tenho parentes importantes. Sou sobrinha do grande Antonio Carlos.

Dissimulamos a hilaridade que tal resposta nos causou a interrogamos:

- Tem certeza?

- Juro.

(...)

Estou com 26 annos apenas e já pareço uma velha de 50. Isto é resultado dos maus tratos. Façam os srs. um apello a policia para que esta não deixe que os vagabundos me proporcionem dissabores.

Maria tem razão - é uma deshumanidade perseguil-a com chacotas (...)

Antes de se retirar de nossa tenda, Maria Francisca Bernardes disse-nos que desejava trabalhar para custear sua subsistência.

- Se houver alguma familia que deseje uma creada, estou a disposição. Não faço questão de ordenado e de trabalho ... (104)

Em 1939, quando da morte de Maria Pelanca, o jornalista Dicesar Plaisant da Gazeta do Povo, a elege sua “Glória contemporânea”:

Com a celebridade, no Paraná, de Maria Pelanca não podem competir os tipos populares dos últimos tempos. Ela que morreu outro dia deixa uma das mais interessantes e sugestivas lembranças. Constitui um desses exemplares que se perpetram nas recordações e cuja imagem, por mais longo e diuturno, não possui o poder de esmaecer. Será, por ventura, o grotesco que fixa assim a atualidades sucessiva, facilitando a evocação do seu tipo singular?

(...)

Eu (...) lhe choro coitadinha a morte. Ela teve o fadário de lhe acompanhar os passos, das ruas da grande e formosa cidade que JOÃO MOREIRA GARCEZ, insigne civilizador urbano, governa, a molecagem e os ditérios (...). (105)

Além destas duas *figuras* poderíamos lembrar a Preta Luiza, a lavadeira *descoberta* pelo **Diário da Tarde** em 1828. Inquirida por que não aceitava ajuda - através da Sociedade de Socorro aos Necessitados - a lavadeira declarou recusar qualquer assistência, preferindo a liberdade, ainda que miserável, à escravidão da caridade. Foi designada de tresloucada. (106)

Se alguns anos antes, os *excêntricos* deveriam sumir das ruas em nome da civilização (“esses tipos são próprios de villas do interior, mas devem desaparecer de uma cidade que se presa de ser culta”) (107), a partir da elaboração dessas figuras - que decorrem de um processo de estigmatização - a cidade busca se afirmar. Através dos *excêntricos* (loucos, desordeiros, mendigos, vagabundos, boêmios, libertinos, etc.), que habitam o espaço urbano, a cidade se

afirma e constrói uma *memória*. Uma curiosa e imprescindível identificação para uma sociedade que se afirma na *ordem*.

## NOTAS

- (1) Cf. BONI, op. cit., p.66.
- (2) Cf. STORCH, op. cit., p.16-30.
- (3) D'ASSUMPÇÃO, Pamphilo. Prefácio. In. PAULA, Antonio de. **Do direito policial**. p.V.
- (4) Id. p. 6, 27.
- (5) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1900. p.36.
- (6) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1926, p.III.
- (7) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1925. p.229.
- (8) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1911. p.6.
- (9) NASCIMENTO, Mario de Castro. In. RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1912. p.25.
- (10) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1926. p.IV.
- (11) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1894. p.3.
- (12) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1933. p.37.
- (13) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1897. p. 4.
- (14) FIGUEIREDO, Walfrido Cunha e. In. RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1895. p.7.
- (15) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1895. p.3.
- (16) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1911. p.3.
- (17) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1895. p.5. Relatório já citado no capítulo 2, notas 19-22.
- (18) Benedicto Pereira da Silva Carrão, em seu **Guia Policial para as Autoridades Policiais**, de 1895, aponta as atribuições do Chefe de Polícia (Cap. II): Art. 3º: Ao Chefe de Polícia compete:
  - a) Quanto a policia administrativa ou preventiva:
    - I. Tomar conhecimento das pessoas que vierem habitar em suas circumscrições, se forem desconhecidas ou suspeitas (\*) colhendo para isso as necessarias informações.
    - (\*) Para esse fim deve haver um livro, na Repartição a seu cargo, onde o respectivo secretario fará inscrever, quando lhe for ordenado pelo Chefe de Policia, todos os individuos suspeitos, com declaração de nomes, signaes caracteristicos e todos os esclarecimentos necessarios, afim de tornal-os bem conhecidos, pondo-os sob vigilância das autoridades policiaes.
- (19) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1916.
- (20) Cf. STORCH, Robert D. **O policiamento do cotidiano** ... p. 11.

- (21) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1920. p.21.
- (22) Cf. MARTINS, Romário. **Quantos somos e quem somos: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná**. Curitiba : Gráfica Paranaense, 1941. p.102.
- (23) Cf. BONI, M.I.M. de. Vigilância e punição : o espaço da criminalidade na constituição do trabalhador urbano; Curitiba (1890-1920). **História: questões e debates**, Curitiba, v.8, n.14/15, p. 46, jul./dez. 1987.
- (24) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1898. p.9.
- (25) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1925. p.200.
- (26) Cf. BONI. op. cit., p.46. Cf., também, cap. 1.3. desta dissertação: “Mundos do trabalho e não-trabalhadores.
- (27) KEHL, R. **Licões de eugenia...** p.249.
- (28) Ibid., p.246-247.
- (29) A imigração dos Mutilados. Diário da Tarde, Curitiba, 19 jan. 1916. p.01., apud DALDEGAN, Cleomar Rogério. **Palavras e esmolos: o discurso sobre a mendicância em Curitiba (1915-1920)**. Curitiba, 1992. Monografia (Bacharelado), Departamento de História, UFPR. p.34.
- (30) DIÁRIO DA TARDE, 7 jul. 1916. p.1.
- (31) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1921. p.107.
- (32) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1926. p.121.
- (33) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1928. p.128.
- (34) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1933. p.107.
- (35) Cf. BONI, op. cit., p.55 e FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano...** p.31.
- (36) Cf. cap. 2, nota 74.
- (37) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1928. p.38.
- (38) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1894. p.3.
- (39) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1895. p.5.
- (40) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1898. p. 9.
- (41) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1896. p. 29.
- (42) Id. p.29.
- (43) Id. p. 13-14.

- (44) Regulamento da guarda cívica de Curitiba (decreto nº 262 de 17 de junho de 1911). RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1923.
- (45) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1925. p.XXX.
- (46) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1912. p.5.
- (47) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1911. p.7.
- (48) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1920. p.25.
- (49) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1921. p.50.
- (50) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1917. p.18-19.
- (51) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1918. P.55-56.
- (52) Apud DIEZ, Carmem Lucia Fornari. **Práticas sociais e a reeducação do menor: construção de um arquivo.** Curitiba, 1993, p.194. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.
- (53) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1926. p.X.
- (54) XAVIER, A. **Gyria dos delinquentes: dialecto dos malandros.** Curitiba, 1922. p.3
- (55) Cf. Boni, op. cit. p.57.
- (56) XAVIER, op. cit., p.27, 34.
- (57) Id. p.48.
- (58) PAULA, op. cit., p.123, 173-175, 320.
- (59) RELATÓRIOS, Chefe de Polícia, 1894, 1895, 1896.
- (60) RELATÓRIOS, Chefe de Polícia, 1894, 1895.
- (61) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1895. p.7.
- (62) RELATÓRIO, Cdhefe de Polícia, 1911. p.8.
- (63) GOMES, Raul. A falsa mendicidade. **Diário da Tarde**, Curitiba, 20 jul. 1915.
- (64) GAZETA DO POVO. Aspectos de São Paulo: A mendicância. Curitiba, 30 abr. 1930. p.8.
- (65) A NOITE ILUSTRADA, Rio de Janeiro, v. 4, n. 199, p.23, 3 jan. 1934.
- (66) Ibid., p.19.
- (67) DIARIO DA TARDE, Curitiba, 28 set. 1917. p.1 apud DALDEGAN, op. cit., p.57.
- (68) DIARIO DA TARDE, Curitiba, 24 ago. 1916. p.1.



- (69) COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 ago. 1916. p.1.
- (70) DIARIO DA TARDE, Curitiba, 28 ago. 1916. p.1.
- (71) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1917. p.34.
- (72) Ibid., p.35.
- (73) Ibid., p.18.
- (74) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1921. p.35.
- (75) SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, Curityba, 1926. p.6.
- (76) MACEDO FILHO, João Ribeiro. Orações, 1940. p.38-39, 43.
- (77) SOCIEDADE DE SOCORRO... p.12.
- (78) RELATÓRIO apresentado ao conselho deliberativo da Sociedade Socorro aos Necessitados, relativo aos trabalhos no anno de 1927. Curityba, Graphica Paranaense, 1927. p.3-10.
- (79) SOCIEDADE DE SOCORRO...p.23-24.
- (80) Ibid., p.30.
- (81) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1925. p.165.
- (82) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1928. p.XI.
- (83) RELATÓRIO, Chefe de Polícia, 1933.
- (84) GOFFMAN, E. Estigma... p.154-155.
- (85) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jun. 1930, p.1.
- (86) **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 nov. 1927, p. 2.
- (87) Ibid., p. 2.
- (88) ALBUQUERQUE, Mario Marcondes. **Curitiba que o meu tempo guardou : história**. Curitiba : Editora Lútero-Técnica, 1986. p.85.
- (89) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 set. 1931, p.3.
- (90) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 abr. 1928, p. 1, 3.
- (91) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 1930.
- (92) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 jul. 1930, p. 1.
- (93) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jun. 1930, p.1.
- (94) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 jul. 1932, p.6.

- (95) Cf. GOFFMAN. op. cit., p.12-13.
- (96) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 ago. 1931, p.8.
- (97) **A Flamulla**, n.1, p. 15-16, maio 1922.
- (98) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 jul. 1935, p.6.
- (99) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jun. 1931. p.8.
- (100) VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência ...** p.23-24.
- (101) VELHO, op. cit., p. 11-28 e BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva ...** p.53-67.
- (102) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 jul. 1932. p.6.
- (103) Ibid., p.6.
- (104) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jun. 1931. p.8.
- (105) **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 out. 1939, p.3
- (106) Ana Maria Ganz em seu trabalho **Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945**, aborda estas “figuras típicas”. Contudo, noutra perspectiva, a partir das questões de gênero. GANZ, Ana Maria. **Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- (107) **Comércio do Paraná**, Curitiba, 20 jan. 1916 apud LUZ, Regina Maria. **A modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense : Curitiba 1890-1925**. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná.

## CONCLUSÃO

*Homens, mulheres; brancos, pardos, pretos; solteiros, casados, viúvos; analphabetos, não analphabetos; maiores, menores; brasileiros, polacos, italianos, francezes, allemães, portuguezes, russos, austriacos, syrios, belgas; lavradores, jornaleiros, doméstica, negociantes, artistas, sem profissão.*

Assim se referia a estatística do Gabinete de Identificação, no Relatório do Chefe de Polícia em 1909, em relação aos *indivíduos contraventores* registrados naquele gabinete. Sexo, cor, estado civil, instrução, idade, nacionalidade, profissão, eram alguns dos elementos fundamentais na identificação - também fundamental - dos acusados de vadiagem e mendicância.

Os discursos sobre vadios e mendigos e outros *indivíduos contraventores* ou *de mau comportamento* nos permitem entrever um aspecto - ainda que pequeno - da própria construção da sociedade liberal no Brasil.

A partir destes discursos podemos vislumbrar a necessidade de se *positivizar* a noção de trabalho: tarefa árdua num país onde *trabalho* traduz escravidão.

O trabalho deve se tornar a própria atividade de *redenção* do homem, numa sociedade que objetiva a *Civilização* e o *Progresso*. Os menores movimentos devem se pautar pela lógica da atividade produtiva. O trabalho, em certa medida, significa a própria ordem.

Respeito, Ordem, Trabalho, Progresso, Civilização se constituem noções ou normas fundamentadoras da própria sociedade. Sendo que a inserção no mundo do trabalho - ou trabalho enquanto norma - garante o próprio reconhecimento do indivíduo, sua própria cidadania.

Pelo contrário, a vadiagem e a mendicância - na sua suposta *negação ao trabalho* - simbolizam a recusa àquela que é considerada sua lei fundamental ou a norma da própria existência social.

Pautados pelo qualificativo do *científico* (e portanto *verdadeiro*) diferentes saberes, disseminados em redes de poder, lançam seus olhares, sempre vigilantes, em torno dos *parasitas sociais*, *classificando-os* e principalmente, buscando regenerá-los, tornando-os *úteis a si mesmos e à sociedade*.

Percebemos entretanto que o discurso sobre vadios e mendigos - e as práticas de controle social que daí sobressaem - acaba por se tornar o próprio discurso da positividade do trabalho. Se vadios e mendigos seriam o seu alvo, outros grupos são também atingidos: mulheres, menores, estrangeiros, etc., incluindo-se aí também o próprio *trabalhador*. Enfim, o controle sobre vadios e mendigos implica no controle sobre a própria *pobreza* (que, por sua vez, implica na *(des)*classificação social).

O sujeito idealizado - *honesto, apegado ao trabalho, ordeiro, saudável, respeitador das leis e autoridades*, enfim o cidadão - construído pelas normas fundantes da sociedade institucionalizada, possibilita a ação dos mecanismos de controle sobre normas de conduta diferentes daquelas da *ordem*. Onde se destaca a constituição do próprio organismo policial organizado.

Refletir sobre a *construção* das práticas de negação ao trabalho, pelos saberes que se ocupam de estudá-la e ministrar suas *terapêuticas* - a medicina social, a psiquiatria, a criminologia, e seus desdobramentos, a eugenia, a identificação civil e criminal - nos permitem perceber o próprio nascimento desses conhecimentos e a gênese de valores sociais.

Dar vida à vadios e mendigos, e principalmente às falas institucionais e práticas de controle sobre a vadiagem e a mendicância, acaba por se constituir numa reflexão - mínima -

sobre valores já institucionalizados e quase indiscutíveis: representações e construções sociais que tão bem se arraigaram aos *nossos olhos* que se assemelham à manifestações meramente naturais. Valores sociais que direcionam nossas vidas, de morigerados trabalhadores, cotidianamente.

## FONTES

### ARQUIVOS CONSULTADOS

- Arquivos do Instituto de Identificação do Paraná
- Arquivo Público do Paraná
- Biblioteca da Academia Paranaense de Letras
- Biblioteca do Club Curitibano
- Biblioteca do Setor de Ciências Jurídicas - UFPr.
- Biblioteca Júlio Moreira - Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
- Círculo de Estudos Bandeirantes
- Divisão de Documentação Paranaense - Biblioteca Pública do Paraná

### FONTES MANUSCRITAS

RELAÇÃO de Alienados e indigentes recolhidos ao Hospital da Santa Casa e N.S. da Luz. 1903/1907. Arquivo Público do Paraná.

TERMOS de Segurança e “bem-viver”. 1881/1900. Arquivo Público do Paraná.

### JORNAIS

Diário da Tarde  
Gazeta do Povo

### FONTES IMPRESSAS

Relatórios, Chefes de Polícia:

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses - Presidente da Província do Paraná - pelo Chefe de Polícia da mesma Província, Carlos Augusto de Carvalho. 1879.

RELATÓRIO do Chefe de Polícia do Estado, Benedicto Pereira da Silva Carrão, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Governador Luis Xavier da Silva. 1894.

RELATÓRIO apresentado ao Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica do Estado do Paraná, pelo Chefe de Polícia Interino Benedicto Pereira da Silva Carrão. 1895.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica do Estado do Paraná, pelo Juiz de Direito e Chefe de Polícia Dr. Manoel Bernardino Cavalcanti Filho. 1896.

RELATÓRIO apresentado ao cidadão dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica do Parana, pelo Comissario de Polícia da 1ª Circumscrição desta Capital - Encarregado do Expediente da Polícia do Estado. 1897.

- RELATÓRIO apresentado ao cidadão Dr. Sec. do Interior, Justiça e Instrução Publica do Paraná, pelo Major Augusto Silveira de Miranda, Chefe de Policia Interino do Estado. 1898.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Luis Antonio Xavier, Secretario do Interior, pelo Desembargador João Baptista da Costa Carvalho, Chefe de Polícia do Estado. 1900
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Bento José Lamenha Lins -digno Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Chefe de Policia do Estado, Bacharel Luiz de Albuquerque Maranhão. 1904.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Bento José Lamenha Lins - Secretario de Estado do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Exmo. Snr. Dr. Felinto Manoel Teixeira, Chefe de Policia. 1906.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Bento José Lamenha Lins, Dd. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dez. Dr. Felinto Manoel Teixeira, Chefe de Polícia. 1907.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, pelo Cel. Antonio Xavier, Secretario D'Estadp dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. 1908.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretario do Interior pelo Dez. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Chefe de Policia do Estado. 1909.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Secretario dos Negocios do Interior pelo Dr. Estanisláu Cardozo, Chefe de Polícia. 1910.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Secretario dos Negocios do Interior pelo Dr. Estanisláu Cardozo, Chefe de Policia. 1911.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Marins Alves de Camargo, Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Chefe de Policia, Dezembargador Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho. 1912.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, Chefe de Policia do Estado. 1916.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, Chefe de Policia do Estado. 1917.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario do Interior e Justiça, pelo Dr. Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, Chefe de Policia do Estado. 1918.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Marins Alves de Camargo, Secretario Geral do Estado pelo Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Policia do Estado. 1920.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Marins Alves de Camargo, Secretario Geral do Estado pelo Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Policia do Estado. 1921.
- RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Marcus Alves de Camargo, Secretario Geral de Estado pelo Dr. Luiz Albuquerque, Desembargador Chefe de Policia. 1922.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Alcides Munhoz, Secretario Geral de Estado, pelo Desembargador Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia. 1923.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Alcides Munhoz, Secretario Geral de Estado, pelo Desembargador Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia. 1924.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Alcides Munhoz, Secretario Geral de Estado, pelo Desembargador Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia. 1925.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Alcides Munhoz, Secretario Geral de Estado, pelo Desembargador Clotario de Macedo Portugal, Chefe de Polícia. 1926.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Alcides Munhoz, Secretario Geral de Estado, pelo Desembargador Clotario de Macedo Portugal, Chefe de Polícia. 1927.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. José Pinto Rebello, Secretario de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Arthur Ferreira dos Santos, Chefe de Polícia. 1928.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Euripedes Garcez do Nascimento, Secretario do Interior Justiça e Instrução Publica, pelo Ten. Cel. Silvio Van Erven, Chefe de Polícia. 1933.

A ESCOLA, Revista do Gremio dos Professores Publicos do Estado do Paraná, Curitiba, anno I, n. 5, jun. 1906.

ALBUQUERQUE, Mario Marcondes. **Curitiba que o meu tempo guardou : história.** Curitiba : Editora Littero-Técnica, 1986.

A Noite Ilustrada, Rio de Janeiro, v. 4, n.199, p.23. 3 jan. 1934.

AMARANTE, Jurandyr. **Psicologia e crime.** Rio de Janeiro : [s.n.], 1936.

BASTOS, J.T. da Silva. **Diccionario etymológico, prosódico e orthográfico da lingua portugueza.** 2. ed. Lisboa : Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1928.

BRASIL. Código Penal de 1890. Comentado por Oscar de Macedo Soares. 7. ed. Rio de Janeiro : Livraria Garnier. [s.d].

BRASIL. Constituições do Brasil. São Paulo ; Saraiva, 1954.

CARELLI, L. Os termos do problema penal. In. GAROFALO, R. **Criminologia:** estudos sobre o delicto e a repressão penal. 4. ed. Lisboa : Livraria Classica Editora, 1925. p.567-607.

CARRÃO, Benedito Pereira da Silva. **Guia policial para as autoridades policiais do Paraná.** [s.n]. 1895.

CHAVES, João B. de Vasconcellos. **Sciencia penitenciaria.** Lisboa ; Livraria Classica Editora, 1912.

ESTAPÉ, José Maria. Contribuições para o estudo da psycho-pathologia do vagabundo (resenhia). **Revista Brasileira de Medicina e Pharmacia**, anno VII, n.2, p.190, abr./jun. 1931.



- FERREIRA, João Candido. **A eugenia**. Curitiba : Livraria Economica, 1923.
- \_\_\_\_\_. **O alcool não é aperitivo nem thermogenico**. Curitiba : Empreza Graphica Paranaense, 1922.
- FERRI, Enrico. **Sociologia criminal**. Madrid : Centro Editorial de Góngora. Tomo I. [s.d.]
- GAROFALO, R. **Criminologia**: estudo sobre o delicto e a repressão penal. 4. ed. Lisboa : Livraria Classica Editora, 1925.
- HOERNER JUNIOR, Valério. **Rua e histórias de Curitiba**. Curitiba : Artes e Textos, 1989.
- INGENIEROS, José. **As forças moraes**. (obra postuma). Montevideo : [s.n.], 1928.
- KEHL, Renato. **Lições de eugenia**. 2. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1935.
- LACERDA, Jorge. Discurso. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, v. 7, n.6, jun. 1938.
- LÓRES, Sylvio de. Pelos vagabundos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 20 dez. 1907, p.1.
- MACEDO, Rafael V. G. **Cada um cai do bonde como pode**. Curitiba : Edições Paiol, 1975.
- MACEDO FILHO, João Ribeiro. **Orações**. Curitiba [s.n.], 1940.
- MARTINS, Romário. **Quantos somos e quem somos**: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba : Gráfica Paranaense, 1941.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente** : ensaios de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo : T. A. Queiroz, 1988.
- MORAES, Evaristo de. **Ensaio de pathologia social** : vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio. Rio de Janeiro : Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921.
- MOREIRA, Julio Estrella. **Dicionário bibliográfico do Paraná**. Curitiba : Imprensa Oficial do Estado, 1957.
- \_\_\_\_\_. **História da policia civil do Paraná**. Curitiba, 1950. Mimeo.
- MOTTA, Cândido. **Classificação dos criminosos** : introdução ao estudo do direito penal. São Paulo : J. Rossetti, 1925.
- PARANÁ. Leis, decretos e regulamentos. 1900.
- PARANÁ. Leis e decretos. 1908.
- PARANÁ. Relatório do Instituto de Identificação. Serviço de Expediente e Estatística Policial, Criminal e Judiciária. 1936.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 1937.
- PARANÁ. Polícia Civil. "Partes" da Delegacia de Segurança Pessoal. Arquivo Público do Paraná. 1942.

- PAULA, Antonio de. **Do direito policial**. Curitiba. Penitenciária do Estado, 1928.
- PEIXOTO, Afrânio. **Criminologia**. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora Guanabara, 1933.
- \_\_\_\_\_. **Medicina legal : psicopatologia forense**. v. 2. 5. ed. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves, 1938.
- POLLITZ, Paul. **Psicologia do criminoso**. Rio de Janeiro : Atlantida Editora, 1934.
- RAMOS, Joaquim José Pereira da Silva. **O indicador penal contendo por ordem alfabética as disposições do código criminal do Império do Brasil**. Rio de Janeiro : Eduardo & Henrique Laemmert, 1861.
- RIBEIRO, Leonídio. **Medicina legal e criminologia : estudos e observações**. Rio de Janeiro : Livraria Avenida, 1949.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro : Organização Simões, 1951.
- ROMERO, S. **Folklore brasileiro; contos populares**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1887.
- SALES, Alberto. **Catecismo Republicano (1895)**. In. VITA, Luis Washington. **Alberto Sales, ideólogo da República**. São Paulo : Cia Editora Nacional, 1965.
- SANTOS NETTO, A.B. **Psicologia criminal e justiça**. Rio de Janeiro : Conkson, 1934.
- SOCIEDADE de Socorro aos Necessitados. Curitiba. 1926.
- SOCIEDADE de Socorro aos Necessitados. **Relatório ao Conselho Deliberativo, relativo aos trabalhos no anno de 1927**. Curitiba : Graphica Paranaense, 1927.
- TESCHAUER, Carlos. **Novo dicionário nacional**. 11. ed. Porto Alegre : Livraria do Globo, 1928.
- XAVIER, Aristóteles. **Gyria dos delinquentes : dialecto dos malandros**. Curitiba, Escola Policial da Guarda Civil, 1922.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Sergio França Adorno; CASTRO, M.M. Pugliese. A arte de administrar a pobreza : assistência social institucionalizada em São Paulo no século XIX. In. TRONCA, Italo A. (org.). **Foucault vivo**. Campinas : Pontes, 1987. p. 101-109.
- BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.
- BENJAMIN, Walter. A Paris de Segundo Império em Baudelaire. In. KOTHE, Flávio R. **Walter Benjamin : sociologia**. São Paulo : Ática, 1985. p.44-122.
- BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto : vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. Tese (Doutoramento), Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Vigilância e punições : o espetáculo da criminalidade na constituição do trabalhador urbano: Curitiba, 1890-1920. **História : questões & debates**, Curitiba, v. 8, n. 14/15, p.45-99, jun./dez. 1987.
- BOTTOMORE, T.B. **Introdução a sociologia**. 9. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.
- BRESCIANI, M. S. M. Comentário do texto de Peter Linebaugh : crime e industrialização ; a Grã-Bretanha no século XVIII. In. PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) **Crime, violência e poder**. São Paulo : Brasiliense, 1983. p. 138-141.
- \_\_\_\_\_. **Londres e Paris no século XIX : o espetáculo da pobreza**. 5. ed. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. Lógica e dissonância - sociedade do trabalho : lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 7-44, set. 1985/ fev. 1986.
- BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49-61, jul./ dez. 1991.
- BURKE, Peter. **Sociologia e história**. Porto : Afrontamento, 1980.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. Disciplinarização e trabalho : Curitiba, fins do século XVIII, inícios do século XIX. **História : questões e debates**, Curitiba, v. 8, n. 14/15, p.117-127, jun./dez. 1987.
- CAMPOS, Edmundo. Sobre sociólogos, pobreza e crime. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 377-383, 1980.

CARRARA, Sérgio Luis. Os mistérios de Clarice : etnografia de um crime na avenida. In. BRETAS, Marcos. **Crime e castigo**. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p. 39-63.

\_\_\_\_\_. Singularidade, igualdade e transcendência : um ensaio sobre o significado social do crime. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 6, n. 16, p. 80-88, jul. 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados** : o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas** : o imaginário da República no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil** : crítica do discurso político. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982.

CIDADE, Maria Lucia ; PAZ, F. M. O poder em questão : vigilância e punição em Curitiba. **História** : questões e debates, Curitiba, v. 8, n. 14/15, p. 160-172, jun./dez. 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim** : o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo : Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. Vadios e barões no ocaso do Império : o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888. **Estudos Ibero-Americanos**, n. 9, v. 1/2, p. 53-67, jul./dez. 1983.

CHEVALIER, Louis. **Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle**. 2. ed. Paris : Pluriel, 1978.

CORBAIN, Alain. **Saberes e odores** : o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

CORREA, Mariza. Antropologia & medicina legal : variações em torno de um mito. In. EULÁLIO, A. **Caminhos cruzados** : linguagem, antropologia, ciências naturais. São Paulo : Brasiliense, 1982. p. 53-63.

COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. SWAIN, T. N. **História no plural**. Brasília : Editora da UnB, 1994. p. 189-207.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo** : Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

DALDEGAN, Cleomar Rogério. **Palavras e esmolos** : o discurso sobre a mendicância em Curitiba (1915-1920). Curitiba, 1992. Monografia (Bacharelado). Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

- DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na *belle-époque*** : a medicalização do crime. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **Trabalho & sociedade**, [s.d]. (Mimeo).
- DIEZ, Carmem Lucia Fornari. **Práticas sociais e a reeducação do menor** : construção de um arquivo. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado). (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Paraná.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores** : saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo : Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Marta Abreu. Em nome da moral e dos bons costumes : discursos jurídicos e controle social. In. BRETAS, Marcos. **Crime e castigo**. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p. 1-20.
- \_\_\_\_\_. **Meninas perdidas** : os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano** : a criminalidade em São Paulo (1880-1924) São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da PUC**, Rio de Janeiro, v. 6, 1974.
- \_\_\_\_\_. **História da loucura na idade clássica**. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir** : história da violência nas prisões. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1986.
- FRAGOSO, Claudio Heleno. **Lições de direito penal**. 3 ed. Rio de Janeiro : Forense, 1993.
- GANZ, Ana Maria. **Vivências e falas** : trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- GOFFMANN, Erving. **Estigma** : notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1988.
- KOWARICK, Lucio. **Trabalho e vadiagem** : a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1987.

- LINEBAUGH, Peter. Crime e industrialização : a Grã-Bretanha no século XVIII. In. PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) **Crime, violência e poder**. São Paulo : Brasiliense, 1983. p.101-137.
- LUZ, Regina Maria. **A modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense** : Curitiba, 1890-1925. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**. : a trajetória da arqueologia de Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1988.
- MACHADO, Roberto et al. **A danação da norma** : medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro : Graal, 1978. p. 255-259.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas : Pontes/Unicamp, 1989.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro** : a pobreza mineira no século XVIII. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- MUCHAIL, Salma Tannus. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In. RIBEIRO, Renato Janine (org.). **Recordar Foucault**. São Paulo : Brasiliense, 1985. p.196-208.
- NEVES, Delma P. Mendigos : o trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**, v.1, n. 4, p. 28-36, jan./fev. 1983.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes : fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. **História** : questões & debates, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 83-103, jun. 1988.
- PERROT, Michelle. À margem : solteiros e solitários. In. PERROT, M. et al. **História da vida privada** : da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. São Paulo : Companhia das Letras, 1991. p. 287-303.
- \_\_\_\_\_. **Os excluídos da história** : operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Céli R. J. A teoria : a noção de discurso; a sociedade e seus discursos; para analisar os discursos. In. \_\_\_\_\_. **Com a palavra o senhor Presidente José Sarney** : o discurso do plano cruzado ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo : Hucitec, 1989. p. 7-71.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 19. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo : Brasiliense, 1972.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime** : a ordem pelo avesso. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1985.

RIBEIRO, Leonídio. **Medicina no Brasil**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1940.

RIBEIRO, Luiz Carlos. **Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada** : o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870-1889). São Paulo : Hucitec, 1986.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais . In. LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo : Martins Fontes, 1990. p. 261-290.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças** : cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

SEELIG, Ernst. **Manual de criminologia**. Coimbra : Armério Amado Editor, 1957.

STOFFELS, Marie-Ghilaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo** : ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 7-33, set. 1984/ abr. 1985.

THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In \_\_\_\_\_. **Tradición, revuelta y consciencia de clase** : estudos sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 2. ed. Barcelona : Critica, 1984. p.239-293.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante : a contribuição da antropologia social. In. \_\_\_\_\_. **Desvio e divergência** : uma crítica da patologia. 5. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985.

VITA, Luis Washington. **Alberto Sales, ideólogo da República**. São Paulo : Cia Editora Nacional, 1965.